

Professores em foco

80 REFLEXÕES SOBRE
A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

ORGANIZAÇÃO
INSTITUTO PENÍNSULA
PROFISSÃO DOCENTE

Fundação **Santillana**



80 narrativas, 84 especialistas, múltiplas vozes ecoando dos mais distintos lugares, representando variados papéis sociais, revelando diversas perspectivas para refletir sobre o mesmo tema: a importância dos professores.

Há muitas formas de interagir com esta obra: seguindo a ordem dos autores, escolhendo um ou outro nome aleatoriamente ou acompanhando os grifos que destacam ideias interessantes em cada texto, selecionadas pelos editores.

Não importa a escolha – todas permitem o encontro. Encontro breve e fluido com uma ideia que completa ou reitera outra já lida, ou que se soma a uma terceira logo adiante, criando um mosaico de vozes distintas e contundentes.

Atratividade da carreira, formação inicial e continuada, condições de trabalho, oportunidades de desenvolvimento, bem-estar, inovação. Muitos e variados pontos foram abordados; alguns, por mais de um autor. Seja evocando uma lembrança da época de escola, seja escolhendo um dado relevante retirado de uma pesquisa, os textos deste livro reforçam a mesma

mensagem dita de muitas maneiras: professores precisam de valorização e de desenvolvimento.

Não existe, hoje, país algum no mundo que cresça desconsiderando a Educação como parte importante da equação do enfrentamento à desigualdade e da aceleração do desenvolvimento. As nações mais bem posicionadas nos *rankings* de desempenho de alunos investiram em seus professores. Talvez, essa seja a contribuição mais efetiva desta obra: colaborar para a criação de um consenso social que induza a criação de políticas públicas voltadas para professores.

Que possamos abraçar essa missão coletivamente, compreendendo o tema, construindo argumentos que alimentem o debate qualificado e exigindo, como cidadãos, que seja dada, aos professores brasileiros, prioridade absoluta. Esse é, sem dúvida, o caminho mais curto para darmos o próximo passo rumo à Educação de qualidade que o Brasil precisa e merece.

HELOISA MOREL

*Diretora-Executiva
Instituto Península*

Professores em foco

80 REFLEXÕES SOBRE
A IMPORTÂNCIA DA PROFISSÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

ORGANIZAÇÃO
INSTITUTO PENÍNSULA
PROFISSÃO DOCENTE

© 2022 Editora Moderna.

PRODUÇÃO EDITORIAL

FUNDAÇÃO SANTILLANA

Diretor-Executivo

Luciano Monteiro

Diretor de Políticas Públicas

André Lázaro

Diretora Acadêmica

Solange N. C. Petrosino

EDITORA MODERNA

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro

Karyne Arruda de Alencar Castro

Coordenação da produção editorial

AA Studio

Edição

Ana Luisa Astiz

Preparação

Juliana Caldas

Revisão

Natasha Ribeiro

Lígia Arata

Diagramação

Walkyria Garrotti

Notas:

Todos os *links* foram checados em maio de 2022.

Distribuição gratuita. Julho de 2022.

PROJETO EDITORIAL

INSTITUTO PENÍNSULA

Diretora-Executiva

Heloisa Morel

Movimento Profissão Docente

Coordenador Geral

Haroldo Rocha

Apoiadores do Movimento

Profissão Docente

Fundação Itaú Social

Fundação Lemann

Fundação Telefônica

Instituto Natura

Instituto Península

Instituto Unibanco

Movimento Todas Pela Educação

Coordenação editorial

Mariana Breim

Fernanda Zanelli

Karina Vieira Dos Santos

Natalia Puentes Montoya

Ana Caroline Camargo

Luísa Di Domenico

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Professores em foco : 80 reflexões
sobre a importância da profissão para o desenvolvimento do Brasil /
organização Instituto Península, Profissão Docente. – São Paulo :
Santillana Educação, 2022.
PDF

Vários autores.
ISBN 978-85-527-1942-7

1. 1. Artigos - Coletâneas 2. Educação - Brasil 3. Pedagogia 4. Prática de
ensino 5. Professores - Formação I. Instituto Península. II. Profissão Docente.

22-115187

CDD-371.1

Índices para catálogo sistemático:
1. Professores : Prática docente : Educação 371.1
Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

PREFÁCIO

7 HAROLDO CORRÊA ROCHA

ARTIGOS

11 ABILIO DINIZ
14 ALEXANDRE SCHNEIDER
17 ALEXSANDRO SANTOS
20 ALICE RIBEIRO
23 ANA MARIA DINIZ
26 ANDRÉ LÁZARO
29 ANGELA DANNEMANN
31 ANNA PENIDO
34 ANTONIO BARA BRESOLIN
37 ANTONIO GOIS
40 ARIANA BRITTO
43 BÁRBARA BORN
45 CAETANO SIQUEIRA
48 CAIO DIB
51 CAMILA PEREIRA E DENIS MIZNE
54 CARLOS EDUARDO SANCHES
57 CAROLINE TAVARES
59 CLAUDIA COSTIN
62 CLAUDIA SOSINHO
64 CLECIANE ALVES
67 CLEUZA RODRIGUES REPULHO
70 DANIEL SANTOS
73 DÁRIO BERGER
75 DAVID SAAD E MARIA SLEMENSON
79 DÉBORA GAROFALO
83 DIEGO CALEGARI
86 DOANI EMANUELA BERTAN
89 EDUARDO DESCHAMPS
92 EDUARDO PARENTE
95 ELIANA NUNES ESTRELA
98 FATIMA GAVIOLI
101 FELIPE RIGONI
104 FERNANDO LUIZ ABRUCIO
107 FERNANDO PADULA

110	FLÁVIO ARNS
113	FRANCISCO SOARES
116	FREDERICO AMANCIO
119	GABRIELA MIRANDA MORICONI
122	GUILHERME LICHAND
125	GUIOMAR NAMO DE MELLO
128	HELENO ARAÚJO FILHO
130	HELOISA MOREL
133	IDILVAN ALENCAR E ROGÉRIO DA VEIGA
136	ISABELA PALHARES
139	ISRAEL BATISTA
142	IZALCI LUCAS
145	JANAINA BARROS
148	JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA
151	JOÃO MARCELO BORGES
154	JOICE LAMB
156	JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
159	JOSÉ MENDONÇA FILHO
162	KÁTIA SCHWEICKARDT
167	KATIA STOCCO SMOLE
170	LAURA MATTOS
173	LEONARDO ROSA
176	LUCIANO HUCK
179	LUIS ROBERTO BARROSO
182	LUIZ MIGUEL GARCIA
184	MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO
187	MARIA INÊS FINI
190	MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA
193	MARIANA VITÓRIA GONÇALVES SARMENTO SOUZA
194	MARIZA ABREU
197	MARTA CHRISTINA BARROS BELLO
199	MOZART NEVES RAMOS
202	NAERCIO A. MENEZES FILHO
205	PAULA FELIX
208	PAULO HARTUNG
211	PRISCILA CRUZ E OLAVO NOGUEIRA FILHO
215	REGEANE BENEVIDES

218	RENATA CAFARDO
221	RICARDO HENRIQUES
224	ROSSIELI SOARES DA SILVA
227	SANTHIAGO ALEXANDRE DO NASCIMENTO
229	TABATA AMARAL
232	THIAGO PEIXOTO
235	UBIRACI PATAXÓ
238	VIVIANE SENNA
241	WASHINGTON BONFIM
245	PARCEIROS

Prefácio

Reconhecimento aos professores

HAROLDO CORRÊA ROCHA

Coordenador do Profissão Docente, foi secretário da Educação do Espírito Santo (2007-2010 e 2015-2018) e secretário executivo da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2019-2021).

Começo a apresentação deste livro lembrando de uma professora de língua portuguesa.

Toda criança e todo adolescente que têm a oportunidade de frequentar a escola com regularidade passam por um momento em que a leitura entra em suas vidas de maneira definitiva, porque percebem e sentem que, por meio dela, podem descobrir o mundo.

O maravilhoso é quando esse ponto da vida fica associado a uma professora. Foi o que aconteceu comigo, quando cursava o sétimo ano do Ensino Fundamental na Escola Estadual João Bley, em Castelo, Espírito Santo, minha terra natal. A professora de língua portuguesa, Gercy Machado de Lima, hoje com 95 anos e ativa leitora, sempre passava para a turma a obrigação de leitura dos poucos livros de literatura de autores brasileiros e estrangeiros disponíveis na biblioteca. Não era nada fácil esse dever de casa, mas foi a partir dele que, num certo dia, conversando com um colega de turma, concluímos juntos: “Dona Gercy nos despertou para a beleza da leitura e da literatura”. Inesquecível.

Quando assumi a Secretaria de Educação do Espírito Santo pela primeira vez, em 2007, o mais importante cargo da Educação estadual, lembrei-me de dona Gercy. Visitei-a em sua residência levando um arranjo de flores como agradecimento pelo que ela me transmitiu de inspiração e estímulo na busca do conhecimento. Muitos foram os professores que me inspiraram. Espero que todos se sintam reconhecidos por meio desta homenagem à dona Gercy.

Os professores brasileiros reclamam por valorização do importante papel que têm na vida de crianças, adolescentes e jovens brasileiros e no desenvolvimento do nosso país. Este livro nasceu da inquietude das equipes do Movimento Profissão Docente (PD) e do Instituto Península (IP) com o silêncio de elogios e com os frequentes ataques dirigidos, no Brasil, a estes importantes personagens da história social, econômica e política de toda nação.

Idealizado o projeto de construção de uma obra coletiva sobre os professores brasileiros, várias instituições se engajaram na construção de condições para viabilizá-lo. A Fundação Itaú Social e o Instituto Natura se propuseram a contribuir diretamente com o trabalho de concepção do livro e mobilização dos convidados para escrever os artigos. Fundação Lemann, Instituto Unibanco e Todos pela Educação atuaram para ampliar o número de autores. A Fundação Santillana, parceira de sempre em publicações com o IP e o PD, assumiu o trabalho de edição e impressão do volume. O resultado é uma obra coletiva num duplo sentido – tanto pelos vários organizadores, como pelos muitos autores.

Os professores mereciam esta lembrança pelo que sempre fizeram, e, sobretudo, pela atenção especial e pelo acolhimento que deram, mesmo que remotamente, aos estudantes brasileiros durante a pandemia. Mas uma obra de muitos autores é sempre difícil de ser viabilizada, pois depende da disposição de muitas pessoas. Fomos surpreendidos pela resposta entusiasmada de tantos cidadãos e cidadãs que se propuseram a escrever em defesa da importância e do reconhecimento à importância dos professores.

Estabelecemos algumas orientações gerais para o volume: precisava ser composto por artigos breves, de tamanhos semelhantes, para poder acolher o maior número de contribuições individuais; tinha que ter diversidade de pessoas, oriundas dos mais diversos segmentos sociais; os convidados poderiam se recusar a escrever, mas nenhuma contribuição seria recusada; solicitamos a visão individual dos autores e não a visão das instituições a que estão vinculados. Assumimos o compromisso de publicar os textos tal qual foram escritos, oferecendo a edição, mas sem sugestões em relação à abordagem, que é de inteira responsabilidade dos autores.

Com a ajuda de muitos, constituímos uma lista de 120 nomes que têm algum nível de envolvimento com a Educação e, por isso, deviam ter muito a dizer sobre a figura do professor e seu papel. Entre os convidados estavam professores, estudantes, pesquisadores, escritores, especialistas em Educação, indígenas, jornalistas, influenciadores, políticos e juizes. Desses, 80 responderam positivamente ao convite e nos enviaram os artigos conforme pedido. Estão todos reunidos neste livro e devidamente identificados por uma minibiografia.

Este projeto é, assim, uma homenagem aos professores brasileiros que dedicam sua energia, sabedoria e atenção enfrentando, todos os dias, todo tipo de dificuldade e diversidade, para desenvolver nas crianças, nos adolescentes e nos jovens brasileiros as competências do século 21. Obrigado, professores: o Brasil precisa de vocês mais que nunca.

Agradecemos a todos que colaboraram para a construção desta obra pela reflexão coletiva sobre o papel dos professores no desenvolvimento dos brasileirinhos e das brasileirinhas e, também, do Brasil como nação soberana, democrática e capaz de incluir a todos.

Muitas outras pessoas poderiam ter escrito sobre os professores. Nosso objetivo sempre foi incluir todos, mas tínhamos o objetivo de publicar este livro em meados de 2022 e, para isso, era preciso cumprir um cronograma. Nada impede, contudo, que venhamos a editar futuramente um segundo volume que contribua para enriquecer ainda mais a reflexão aqui iniciada sobre o relevante papel dos professores.

O Instituto Península, com as outras cinco instituições que formam o Movimento Profissão Docente, seguem motivados a dar sua contribuição para a concepção e implementação de ações que visem a valorização e a profissionalização dos professores das escolas públicas estaduais e municipais. Que esta obra a muitas mãos se constitua em mais uma fonte de motivação para cada um e para todos os professores do nosso país.

Artigos

Eternos aprendizes podem transformar um país

ABILIO DINIZ

Presidente do Conselho de Administração da Península Participações, empresa de investimentos de sua família. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, onde ministra aulas no curso Liderança e Gestão, dedicado à formação de novos líderes.

A música *Eterno Aprendiz*, de Gonzaguinha, resume bem como encaro a Educação: um processo fundamental e constante ao longo da estrada da vida. Mas como despertar essa consciência desde cedo em nossas crianças? Como tornar cada cidadão brasileiro um eterno aprendiz? Vários caminhos e escolhas podem levar a isso, mas há uma figura-chave no percurso: o professor. É por isso que o Instituto Península tem a valorização e o desenvolvimento pessoal e profissional dos professores brasileiros como sua principal missão.

Nessa época de influências difusas, o professor é um dos principais influencers na vida de nossos jovens. Está diariamente com eles durante horas, por anos, e pode ser o melhor guia no caminho do aprendizado, não só porque media a aquisição do conhecimento, mas porque também pode mostrar o valor que tem, como alcançá-lo e utilizá-lo para ter uma vida melhor.

Se uma boa Educação é indispensável no plano individual, ela é inescapável também no plano nacional. **Já temos um arcabouço muito sólido de estudos e evidências mostrando a correlação entre Educação e desenvolvimento socioeconômico, e, mais especificamente, a correlação entre a qualidade dos professores e esse desenvolvimento.**

A McKinsey¹, uma das maiores consultorias globais, analisou vários sistemas educacionais pelo mundo e chegou a duas conclusões muito importantes: 1) a qualidade da Educação está diretamente ligada à qualidade média dos professores de determinado local; 2) as reformas nos sistemas educacionais que tiveram resultados mais positivos incluíram melhorias na formação e na carreira dos docentes. Temos muitas evidências dessa correlação entre qualidade do professor e desenvolvimento socioeconômico. O Instituto Península também estuda países que conseguiram dar esse salto.

Vejam alguns exemplos que podem inspirar nosso país. A China tomou a decisão estratégica de formar profissionais para liderar o desenvolvimento da economia mudando o currículo para valorizar resolução de problemas e criatividade. Para isso, investiu pesadamente em seus professores, buscando inspiração nas melhores práticas do mundo. O Chile mudou radicalmente a formação. O curso de pedagogia tornou-se período integral e, desde o primeiro ano, o professor frequenta a unidade em que irá trabalhar depois de formado. Ele aprende a preparar aula, aplicar prova e, ao longo da faculdade, passa a ficar mais tempo na escola do que na universidade. Na Estônia, para facilitar a montagem das aulas e o desenvolvimento do conteúdo, o Ministério da Educação desenvolveu um portal nacional de materiais de aprendizagem digital organizados por palavras-chave. Isso permite ao professor encontrar materiais em um único lugar. Há livros eletrônicos, jogos interativos, folhas de trabalho e tarefas de desenvolvimento pessoal, entre outros. Já a Coreia do Sul investe fortemente nos professores, que são muito valorizados pela sociedade, com bons salários e grande reconhecimento público.

Esses são apenas alguns dos exemplos de como o investimento no professor transforma a Educação, que transforma o desenvolvimento do país. Como estamos atrasados, vamos aprender com os outros, que já fizeram escolhas certas.

1. MOURSHED, M.; BARBER, M. *How the world's best performing systems come out on top*. New York: McKinsey and Company, 2007.

Sou apaixonado pelo meu país, e não se pode falar de futuro do Brasil sem falar de Educação. Focando mais em economia, a área que mais estudo, sabemos que um dos fatores principais para o crescimento é o aumento da produtividade, o que requer a capacitação dos trabalhadores. E ela começa na escola, desde cedo. Muitas vezes, basta um único bom professor para despertar no aluno a chama do aprendizado que vai iluminar a estrada de toda sua vida. Portanto, formar bons professores é o caminho mais eficiente para o Brasil realizar o seu enorme potencial, que é a soma do enorme potencial de todos os brasileiros.

Este eterno aprendiz, que hoje dá aula na Fundação Getúlio Vargas e aprende muito com os alunos, sabe que a suprema beleza é contribuir para formar um país mais próspero e mais feliz. Para isso precisamos valorizar e desenvolver melhor os nossos professores.

Muito obrigado, Dolores e Álvaro!

ALEXANDRE SCHNEIDER

CEO do Instituto Singularidades, é pesquisador do Transformative Learning Technologies Lab, da Universidade Columbia em Nova York, e do Centro de Economia e Política do Setor Público, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi secretário municipal de Educação de São Paulo.

Antes de aprender com Paulo Freire que “professora não é tia”, existiu a tia Dolores.

O lugar das palavras dos livros e de suas histórias era, até então, a nossa casa, ao lado de minha mãe, que assim apoiou a Educação de seus quatro filhos.

Ter acesso a livros e outros bens culturais, bem como nascer e crescer em uma família que valoriza a Educação, é um privilégio de poucos no nosso país. A este se somou outro em minha vida, o de encontrar profissionais vocacionados como a professora Dolores, que foi responsável pela minha alfabetização. E por me ensinar, antes de Freire, que professora não é tia.

Mais do que ler e escrever, meu processo de alfabetização envolveu o desenvolvimento do gosto por essas duas atividades, e resultou na compreensão de que ler não é conhecer as palavras e terminar um texto em determinado tempo, mas envolve a construção de entendimento sobre aquilo que se lê.

Há quatro décadas, quando entrei na sala de aula, quieto e sem jeito por não conhecer os colegas, fui acolhido e incentivado a gostar ainda mais dos livros e a não ter receio de levantar a mão quando tinha alguma dúvida (confesso que esse me seguiu por algum tempo, em especial na adolescência). Além de explorar os mistérios da leitura e da escrita e dar dicas de livros bacanas, a professora Dolores compreendia a importância das habilidades

socioemocionais, mesmo antes de “ganharem um nome” e serem objeto de estudo.

Anos depois, já adolescente, foi a vez de encontrar o professor Álvaro, de matemática. Encorpado, calvo, rigoroso – mas sorridente –, lembrava-me Frei Tuck, um dos personagens de *Robin Hood*, o lendário herói que roubava dos ricos para ajudar os pobres. De carne e osso, Álvaro não desistia enquanto todos não compreendêssemos os exercícios de álgebra, geometria e trigonometria. Sempre que podia, demonstrava mais de uma forma de solução para os problemas e nos estimulava a não desistir de tentar resolvê-los, colocando-se ao lado daqueles que tinham mais dificuldade. Nosso simpático “frei” nos incentivava a sermos mais resilientes, a desenvolver a capacidade de abstração, a resolver os problemas com criatividade. Acreditava, sobretudo, que todos podiam aprender. Até mesmo geometria...

Mas, afinal, o que uma professora alfabetizadora e um professor de matemática de Ensino Médio tinham em comum? O gosto pela profissão, a crença de que todos poderiam aprender, a clareza de que o caminho da aprendizagem se faz de múltiplas formas, o esforço para não deixar ninguém para trás? Certamente. Mas Dolores e Álvaro também encontravam boas condições de trabalho e salário, turmas com heterogeneidade baixa e estudantes provenientes de famílias bem estruturadas, com acesso a bens culturais e apoio em seu desenvolvimento. Tinham o privilégio de ensinar a privilegiados...

A esmagadora maioria das crianças brasileiras não tem a oportunidade de viver sob o manto do privilégio que eu e meus irmãos tínhamos. Foi assim com as gerações anteriores à atual e será assim nas futuras, se continuarmos incapazes de romper o ciclo de desigualdades que nos marca como país desde a escravidão. É certo que a Educação sozinha não resolve a questão, mas sem ela nada se sustenta. E um dos principais pilares dessa sustentação é a presença, na sala de aula, de um profissional bem preparado, reconhecido e valorizado por seus alunos e pela sociedade.

Os professores brasileiros não têm a mesma oportunidade que Dolores e Álvaro tiveram. Se desejamos que todas as crianças e adolescentes tenham oportunidades iguais, é preciso dar a seus

mestres as mesmas oportunidades, – não apenas salários e boa carreira. É necessário investimento em sua formação e em condições de trabalho que lhes garantam o tempo necessário para refletir sobre sua prática e adaptá-la ao contexto em que ensinam.

Para efetivamente apoiar os professores, precisamos ter clareza de quão desafiador é trabalhar em um contexto de profunda desigualdade e de que é urgente adotar políticas públicas que apoiem a escola a superá-lo. **Não é trivial ensinar a quem tem fome, é vítima de violência, divide um cômodo com mais de quatro pessoas, muitas vezes sem privacidade alguma. Para além das belas histórias por vezes pinçadas em programas de TV, é necessário compreender que a profissão docente não é e não deve ser encarada como um ato de heroísmo em nosso país.**

Sou muito grato aos professores Dolores, Álvaro e tantos outros que tive, por terem deixado marcas tão positivas em minha vida. Levo comigo, desde a infância, suas imagens, seus sorrisos, lembranças de algumas repreensões e muito aprendizado. Certamente agradeço a todos por também terem influenciado minha escolha profissional na área da Educação. Mas o maior agradecimento que devo a eles é o de querer e trabalhar para que todos tenham a mesma oportunidade que tive. Muito obrigado!

Mover-se entre fronteiras e criar acontecimentos: provocações sobre a profissão docente

ALEXSANDRO SANTOS

Diretor-presidente da Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Mestre e doutor em Educação, é pesquisador em estágio pós-doutoral junto ao Programa de Administração Pública e Governo da Fundação Getúlio Vargas, no Núcleo de Estudos da Burocracia.

O pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa nos ensinou que o professor é um criador de acontecimentos e é por meio deles que imprime o caráter e define a identidade e a especificidade do processo (educativo) por ele orientado.

Gosto desse enquadramento da profissão docente, especialmente porque explicita ao mesmo tempo o compromisso ético, político e estético e o nível exigente de competência técnica que se impõe para aqueles que decidem assumir esse ofício. Como um criador de acontecimentos, o educador se responsabiliza por manejar, a partir de uma intencionalidade político-pedagógica e de um conjunto de saberes técnicos, tempos, espaços, materialidades e interações para forjar situações educativas que sejam potencialmente emancipatórias – ou seja, que possibilitem aos educandos um processo constante e sustentável de ampliação de suas capacidades e de sua autonomia.

Há uma tradição de metáforas que convocam esse lugar do professor como um intelectual criativo – um artesão dos processos de ensino e aprendizagem. Em geral, nos reconhecemos nelas, pois acalentam a dimensão mais ancestral da nossa profissão e sua face mais radicalmente humana. Gostamos de nos enxergar como agentes que movem os horizontes da realidade dos nossos estudantes, anunciando-lhes outros mundos possíveis, pelo poder do verso, do enredo, do conceito científico, da reflexão humanística e filosófica, das operações lógico-matemáticas. A profissão docente emerge, nessas metáforas, sobretudo por sua relevância e por seu poder transformador da realidade. Lidamos, aqui, com a força luminosa desse ofício.

Todavia, ao lado desse conjunto de imagens de potência, assistimos, sobretudo a partir da segunda metade do século 20, à explicitação de uma crise de longa duração em torno da docência. A produção de pesquisas sobre o magistério e a revelação das dificuldades objetivas da escola no cumprimento de sua função social mediadora empurraram os educadores para responder, como réus, pelo fracasso escolar de seus educandos e dos sistemas de ensino.

Uma outra face menos luminosa da profissão docente se impôs. De intelectuais criativos e agentes a serviço da emancipação humana, os educadores passaram a ser representados como sujeitos incompetentes, preguiçosos, irresponsáveis ou mal-intencionados, descompromissados ou incapazes de dar conta do ofício que escolheram.

Quero argumentar que essa inversão das visões sobre a profissão tem relação com certa dificuldade de assumirmos que seu exercício se dá num lugar de fronteira. O exercício da profissão docente é contextualizado numa moldura social, econômica, política e cultural que lhe impõe certas condições de possibilidade ou impossibilidade. Assim, compreendo que: 1) os educadores, embora gozem de certa autonomia, não são livres para manejar seu ofício da maneira como desejam. Eles trabalham em condições estruturais e institucionais que organizam os sistemas de ensino e o funcionamento das escolas; 2) a condição para ampliar a autonomia e a capacidade do fazer docente nos contextos complexos em que atuam está ancorada nas oportunidades de

desenvolvimento profissional que decidimos oferecer ou negar a esse professor.

Quando tomamos a profissão docente em abstrato, nossas lentes sobre a qualidade do magistério costumam errar o foco e produzir distorções sobre o tamanho e o contorno da responsabilidade de professores e professoras. Falta-nos uma perspectiva dialética da relação entre a parcialidade e a totalidade. Tal ausência aprisiona a profissão docente em duas imagens igualmente deletérias: aquela que afirma a impossibilidade de responsabilização do professor pelas aprendizagens e pela qualidade de seu ofício, e aquela que impõe uma hiper-responsabilização por dimensões que extrapolam seu escopo de ação e sua capacidade de incidência.

Entretanto, os professores reais, que dão substância material, simbólica e afetiva a esse ofício, não cabem nessas duas prisões. Eles se movem na fronteira estabelecida entre o anúncio luminoso da potência emancipatória do processo educativo e os cenários, muitas vezes sombrios, em que precisam encenar o ato pedagógico. As características e o tamanho dessa fronteira estão diretamente relacionados à existência, qualidade e efetividade das políticas públicas de Educação, em especial aquelas voltadas ao desenvolvimento profissional dos educadores e à organização e melhoria sistêmica das condições de trabalho existentes nas escolas.

Se quisermos que nossos professores sejam criadores de acontecimentos potentes, precisamos desenhar e implementar políticas educacionais nas quais eles se percebam como lideranças educativas em processo de desenvolvimento capazes de reconhecer e alargar as fronteiras nas quais realizam seu ofício cotidianamente.

Tal empreendimento só é possível se investirmos, ao mesmo tempo, na radicalização da gestão democrática das políticas educacionais e na radicalização da busca pelo aprimoramento da competência técnico-pedagógica que os docentes precisam desenvolver. Esses dois movimentos pressupõem uma visão inclusiva de gestão educacional, na qual deixamos de produzir políticas educacionais para as escolas e para os professores e passamos a produzir políticas educacionais com as escolas e com os professores.

O reconhecimento dos professores pela BNCC

ALICE RIBEIRO

Diretora de articulação do Movimento pela Base.

Não são raras as pesquisas que apontam que os professores, apesar de satisfeitos e orgulhosos de sua profissão, sentem que seu empenho e os resultados de seu trabalho não são reconhecidos. Também já sabemos, por evidências científicas e empíricas consolidadas há décadas, que, sem eles, nenhuma estratégia, investimento ou política pública planejados para promover uma Educação de qualidade param em pé.

Envolver os professores na construção e implementação de políticas públicas talvez seja um dos maiores e mais necessários reconhecimentos de seu papel ativo como agentes transformadores. Eles querem e merecem ser vistos como especialistas em Educação.

Ouvir os professores foi uma busca constante em toda a trajetória da BNCC¹, a mais importante política pública de Educação das últimas décadas. Desde o período de sua construção (2015-2017/2018), havia o consenso de que o processo deveria ser participativo e que envolveria necessariamente os professores – a base deveria ser construída com os professores e não para os professores. A BNCC explicita o que os estudantes têm o direito de aprender, propõe uma Educação Integral e é referência obrigatória para

1. Base Nacional Comum Curricular.

os currículos. A visão de uma política pública de tal impacto na prática docente, portanto, não poderia excluir o professor.

Houve diversos espaços, em diferentes momentos, para contribuir com a elaboração da BNCC liderada pelo Ministério da Educação (MEC), e os professores não perderam nenhuma oportunidade: marcaram presença no grupo original de redatores, em 2015, aportando sua experiência e prática em sala de aula. Das 300 mil pessoas que contribuíram na consulta pública da primeira versão do documento, 200 mil eram professores, uma mobilização inédita no setor educacional. Também participaram dos seminários estaduais de 2016, quando a segunda versão rodou o país coletando contribuições de mais 9 mil educadores.

A escuta dos professores foi premissa também para o apoio de diversas organizações do terceiro setor à construção da BNCC. O Movimento pela Base, uma rede de organizações de Educação que acompanha a criação e a implementação da BNCC, mobilizou 86 professores de todas as regiões do país que, juntos, construíram um documento técnico com sugestões de melhorias para a primeira versão do documento. O relatório enriqueceu, com um olhar de alto nível e experiência, uma lista de pareceres semelhantes enviados ao MEC por entidades científicas e especialistas.

Se a participação do professor na construção da política foi chave, na fase de implementação ela se torna orgânica. Fazer chegar aos estudantes o que se idealizou em documentos e normativas não é possível sem o professor e sem a valorização de seu trabalho. No período de alinhamento dos currículos estaduais de Educação Infantil e Ensino Fundamental à BNCC, em 2018 e início de 2019, houve uma profusão de debates e trocas por meio de consultas públicas, com ampla participação em todos os estados. Foram, de acordo com a Secretaria de Educação Básica do MEC, 5,8 milhões de contribuições registradas em plataformas *online*.

Isso tem impacto na receptividade e na adesão à política nas salas de aula. Em 2021 – e em plena pandemia – há evidências de que a implementação mudou a prática dos professores. De acordo com pesquisa realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), 79% dos

docentes sentem efeitos positivos em suas aulas. **A melhor hipótese para explicar a boa receptividade da BNCC na ponta é o relevante grau de participação e mobilização dos professores desde o início.**

Os números impressionam, mas o que mais importa aqui é a mobilização sistemática e ativa desses profissionais em todo o processo da BNCC. Além disso, a base promove uma desejável coerência dos elementos educacionais que apoiam a prática pedagógica, como a formação, os materiais didáticos e as avaliações. Tal coerência valoriza o trabalho dos professores, que são os que fazem diferença essencial na promoção de uma Educação Integral e efetiva para todos e cada um.

A nova pedagogia: professores e tecnologia juntos

ANA MARIA DINIZ

Criadora e conselheira do Instituto Península, braço social da família Abílio Diniz que atua na formação de professores e em esporte educacional. É também uma das fundadoras do movimento Todos Pela Educação e conselheira da ONG Parceiros da Educação.

Ao longo da história, a pedagogia, apesar de ter um papel tão importante na formação das nossas crianças, foi ficando para trás, principalmente porque apegou-se a sua concepção acadêmica, em vez de olhar ao redor para o que estava acontecendo no sentido de se reinventar, mesmo em períodos de ruptura e de profunda reconfiguração social.

O momento atual constitui um desafio sem paralelo aos educadores: o mundo muda a cada dia, o volume de informações excede a capacidade de nosso cérebro de processá-las e tudo o que considerávamos sólido, que nos servia de alicerce, está derretendo. A tecnologia é o fator de aceleração exponencial nesse cenário em transformação.

A pergunta é: como ensinar e garantir que todos os jovens aprendam dentro de um contexto tão líquido e disruptivo, em que até algumas profissões estão desaparecendo? Só há uma resposta incontestável: preparar os professores para que sejam os protagonistas dessa mudança de era e possam conduzir as novas gerações a progredir, como construtores do futuro, liderando suas próprias vidas.

O professor é a peça mais importante do tabuleiro educacional. Sua qualidade é vital para o sucesso dos alunos, dos sistemas de ensino e dos países. Não se trata de acreditar, de maneira sim-

plista, que ele é a bala de prata, mas de entender seu papel na magnitude de sua dimensão. Como mostrou o economista americano Eric Hanushek em um estudo de 2005, crianças pobres podem ter o mesmo desempenho escolar de crianças ricas se tiverem um ótimo professor por cinco anos seguidos.

É preciso levar a sério esse desafio como um projeto estratégico para o país – e com celeridade. Antes da pandemia, o mundo já vivia uma crise de aprendizagem, com 53% das crianças de 10 anos em países de baixa e média renda não sendo capazes de entender um texto simples. Com o fechamento das escolas, o que era péssimo piorou. Na rede estadual paulista, só para citar um exemplo, 96,6% dos alunos que concluíram o Ensino Médio em 2021 não sabiam resolver equações do 1º grau.

No entanto, formar professores eficientes não é uma ciência fácil. As características de um bom professor, aqueles que fazem os alunos aprenderem, vêm sendo estudadas há anos e não há um consenso sobre a fórmula de melhor resultado. A maior dificuldade é descobrir como preparar os formadores de maneira eficaz e escalável. O desafio se multiplica porque estamos em meio a duas revoluções: a pedagógica e a tecnológica, com o agravante contextual de um sistema profundamente abalado pela pandemia.

Do que é feito um bom professor? Há alguns entendimentos: ele precisa dominar os conteúdos, os currículos e as didáticas para atender a todos os alunos. Precisa conhecer dinâmicas e estratégias para motivá-los e engajá-los. Deve conhecer a si próprio para lidar com suas emoções e também reconhecer as emoções dos estudantes, a fim de desenvolvê-las. Tem de ter uma boa auto-estima e segurança de navegar em “mares desconhecidos”, já que não é mais o único detentor de conhecimento. Por fim, precisa enxergar-se como um profissional educador para entender o sentido de sua profissão.

Formar professores assim exigirá uma reviravolta nas universidades e licenciaturas, já que a maioria delas prioriza a teoria e não a prática. É evidente que um professor deve dominar os conceitos e teses educacionais, mas essas habilidades o tornam um especialista, não um professor. Também é crucial incluir a tecnologia na formação.

Até pouco tempo, professor e tecnologia eram como água e óleo – não se misturavam. A pandemia mudou essa lógica “na marra” e aproximou os dois. Precisamos juntá-los ainda mais. **A tecnologia nas mãos de bons formadores é um recurso com o potencial de provocar profunda transformação e engajamento.**

Combinar a inteligência das máquinas com os valores, as emoções e o repertório que cada um de nós, humanos, edificou com base em aprendizados e experiências é a saída para não sermos devorados pelo futuro. Temos de moldar a pedagogia, desde já, para que ela tenha a cara, a forma e o espírito do nosso tempo!

Educação e gênero

ANDRÉ LÁZARO

Diretor de políticas públicas da Fundação Santillana.

Mais de 50 milhões de pessoas estão envolvidas diariamente nas atividades da Educação Básica brasileira. Da Creche ao Ensino Médio, são 47 milhões de estudantes, a maioria do sexo feminino. Embora o ingresso de meninos e meninas na Pré-escola seja igual, já na conclusão do Ensino Fundamental as meninas são maioria¹. No Ensino Médio, entre jovens de 15 a 17 anos, também é delas a superioridade, assim como na Educação de Jovens e Adultos.

Há 2,2 milhões de docentes da Educação Básica e mais de 80% são mulheres. A distribuição, no entanto, tem uma estrutura piramidal: na Educação Infantil são 96%; nos anos iniciais são 88%; nos anos finais, 66%; e no Ensino Médio, 57%. Também na direção das escolas, as mulheres são a maioria (80,6%) entre os quase 180 mil ocupantes do cargo. Nas secretarias municipais de Educação, 72% dos dirigentes são mulheres, segundo levantamento da Undime².

Já entre os dirigentes estaduais, dos 27 secretários de Educação em exercício neste início de 2022, 16 são homens e 11 são mulheres³. Em quase 100 anos de existência do Ministério da Educação, houve apenas uma ministra.

A distinção entre os espaços público e privado associou atribuições “naturais” à divisão do trabalho. Cabia aos homens, tradicionalmente, o mundo público, e às mulheres, o mundo privado

1. BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. p. 73.

2. UNDIME-CAEd. Pesquisa Perfil dos dirigentes municipais de Educação 2021. Brasília: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2021. Juiz de Fora: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UJFJF), 2021.

3. Consed Secretários. Disponível em: <https://www.consed.org.br/secretarios>.

e doméstico. Assim, a Educação foi um caminho validado para o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ali as atividades se assemelhavam àquelas consideradas “naturais”: o cuidado com o outro no espaço reservado.

As mulheres entram no universo da Educação e do trabalho, alcançam maiores níveis de escolaridade e, nem por isso, obtêm salários equivalentes àqueles que são pagos aos homens brancos de igual escolaridade e responsabilidade. No Brasil de 2019, as mulheres recebiam em média 77% dos rendimentos atribuídos aos homens⁴.

Estudos de gênero caracterizam a **feminilização** das profissões quando a maioria é composta por mulheres. Essa é uma dimensão quantitativa, mas há também a dimensão qualitativa: profissões que vivem o processo de feminilização vivem também a **feminização** de seus vínculos. Diz a pesquisadora Sílvia Yannoulas:

Existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres a uma profissão ou ocupação (feminilização) e sua transformação qualitativa (feminização). À medida que aumenta a presença feminina, diminuem as remunerações, a ocupação passa a ser considerada pouco qualificada e decai o prestígio social da profissão (YANNOULAS, 2011, p. 271)⁵.

A realidade da Educação Básica brasileira é a predominância de mulheres profissionais que, no entanto, “não deixaram para trás o trabalho doméstico não remunerado”⁶. A pandemia tornou

4. “A desigualdade de rendimentos do trabalho (CMIG 13) era maior entre as pessoas inseridas nos grupos ocupacionais que auferem maiores rendimentos, como diretores e gerentes e profissionais das ciências e intelectuais, grupos nos quais as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens.” BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Estatísticas de gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. p. 4. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf.

5. YANNOULAS, Sílvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, ano 11, n. 22. p. 271-292, jul/dez 2011.

6. PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, Educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. *Revista Retratos da Escola*, v. 10, n. 18, p. 215-228, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/>.

domésticas as atividades corriqueiras e aprisionou as populações em suas casas, sejam os amplos apartamentos e condomínios das áreas mais ricas, sejam ainda os espaços precários nos aglomerados subnormais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) designa as favelas, ocupações, vilas e palafitas que abrigam parte expressiva das populações urbanas mais pobres⁷.

A desigualdade de gênero também pesou na pandemia. Pesquisas sobre a condição docente no Brasil⁸ e na América Latina⁹ identificaram que as professoras trabalharam em condições mais adversas¹⁰. Além de dedicarem maior tempo às atividades domésticas, as mulheres compartilhavam seus equipamentos com os demais familiares em proporção superior à dos homens¹¹.

A Educação não será como antes, mas continuará sendo uma profissão majoritariamente feminina. No entanto, os estudos de gênero não ingressam nem na formação dos profissionais da Educação, menos ainda nos currículos educacionais. O “abandono” escolar dos meninos, a gravidez das meninas na adolescência, os baixos salários das professoras são fatos que não podem ser compreendidos nem transformados sem o auxílio dos conceitos da teoria crítica de gênero.

A formação de nosso corpo docente precisa não apenas da pedagogia, deve incluir a necessária reflexão que desvela desigualdades e opressões, sejam de gênero, raça, etnia, orientação sexual e todas as que nos desumanizam. Educar é humanizar.

7. O IBGE registra 3,2 milhões de domicílios situados em aglomerados subnormais no país, onde residem 11,4 milhões de pessoas. IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=downloads>.

8. *Trabalho docente em tempos de pandemia*. Relatório Técnico. Gestrado; CNTE. Disponível em: https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/cnte_relatorio_da_pesquisa_covid_gestrado_v03.pdf.

9. *Trabalho docente em tempos de pandemia*. Relatório Técnico. Brasil e América Latina. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2021/09/TRABALHO-DOCENTE-EM-TEMPOS-DE-PANDEMIA-3108-compactado.pdf>.

10. Grupo de estudos sobre política educacional e trabalho docente. Gestrado. Disponível em: <https://gestrado.net.br/>.

11. OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Trabalho docente em tempos de pandemia* – Relatório Técnico / Dalila Andrade Oliveira, Edmilson Pereira Junior, Ana Maria Clementino. Belo Horizonte, 2021. p. 21.

Os professores como agentes estratégicos

ANGELA DANNEMANN

Superintendente do Itaú Social.

O conhecimento só existe pelo convite ao ato de conhecer. Nessa ideia, Paulo Freire defende que a Educação é, antes de tudo, uma conversa – uma troca reflexiva e contínua em que educador e educandos aprendem mutuamente, numa realidade que está sempre em transformação.

A prática docente é uma das mais antigas do mundo. Na infância, brincar de dar aula não é comum apenas por ser um ambiente muito próximo das crianças, mas porque a relação professor-aluno é fundante como prática social e cultural. A figura do professor traz um legado simbólico inerente à experiência do desenvolvimento de cada um de nós no processo de nos reconhecermos no outro e no mundo a nossa volta.

Minha trajetória, em diferentes etapas, também foi marcada pelos mestres e, sobretudo, por mestras. Chamo atenção para um fato: mais de 85% dos professores do Brasil são mulheres, segundo dados da pesquisa A situação dos professores no Brasil durante a pandemia, publicada pela Nova Escola em 2020. Por vivermos numa sociedade desigual também em relação ao gênero, nos tempos de pandemia foram milhares de professoras que estiveram em intensas rotinas no trabalho e em casa, desafiadas por uma realidade para a qual nenhuma de nós estava preparada. Elas, como tantas outras mulheres, vencem diariamente uma dupla jornada: a das atividades domésticas e a dos percalços da profissão, estes últimos aumentados pela barreira da baixa conectividade ou da falta de acesso à internet.

Porém, a despeito da dura situação decorrente da crise sanitária nos últimos dois anos, sobretudo para a Educação, tivemos muitos exemplos de professoras e professores (e também diretores de escola, coordenadores pedagógicos, técnicos e secretários de Educação etc.) que se desdobraram para inventar novas formas de encontro, novos ritos e práticas de ensino-aprendizagem nesse contexto inédito. Nesse novo lugar, mais uma vez, a centralidade dos professores ficou em evidência.

De acordo com pesquisas recentes da série Datafolha¹ sobre os impactos da pandemia na Educação, na perspectiva dos estudantes e de suas famílias – encomendada pelo Itaú Social, pela Fundação Lemann e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, 74% das famílias brasileiras entrevistadas afirmaram que a presença do professor é o que mais ajudaria na evolução da aprendizagem no retorno às aulas presenciais. O mesmo estudo aponta que a frequência de contato com os professores, durante o período em que as escolas ficaram fechadas, também faz a diferença. Para a parcela de alunos que teve contato frequente com os professores, 31% afirmaram dedicar mais de três horas aos estudos. Na parcela com menos contato, este tempo maior de dedicação aos estudos só foi alcançado por 26%. A pesquisa diz ainda que o professor é a principal ponte entre a família e a escola, de acordo com a percepção das famílias.

Os dados confirmam o que, como sociedade, já sabemos há muito tempo: os professores são parte fundamental do ecossistema educacional. Uso a palavra ecossistema por tratar-se de uma instância que abarca os âmbitos físico e digital, e é entremeada por diferentes agentes, leis e estruturas. **A valorização da prática docente passa por uma necessidade urgente de repactuar a Educação numa perspectiva sistêmica. É por compreender o professor como ator estratégico que não podemos perder de vista os fios que o conectam a toda a comunidade educacional;** afinal, as relações sempre foram a principal expressão do papel do professor no desenvolvimento dos estudantes e, mais ainda, são cruciais para o avanço de um saber partilhado.

1. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/divulgacao/pesquisas-ita-social/>.

Eu me importo, o professor se importa, nós nos importamos

ANNA PENIDO

Diretora do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação. Integra o Movimento pela Base e a rede Ashoka de Empreendedores Sociais.

Tenho o hábito de perguntar às mais diferentes pessoas sobre os professores que marcaram suas vidas. Interessa-me, sobretudo, saber quem eram, o que tinham de especial e o que fizeram para jamais serem esquecidos. Uma característica se destaca em meio à coleção de depoimentos que reuni sobre o tema: **os professores mais amados são aqueles que enxergaram o que outros indivíduos não foram capazes de perceber.**

Lembro de alguém me contando sobre sua dificuldade de se alfabetizar e de já ter sido dado como caso perdido, quando uma professora substituta acreditou em sua capacidade e saiu em busca de estratégias pedagógicas que se adaptassem a sua forma de aprender. Não me surpreendi ao saber que essa pessoa não apenas se alfabetizou rapidamente, como se tornou um professor alfabetizador.

Também me chamou a atenção o testemunho da jovem que estudava em uma escola pública constantemente assolada por situações de violência explícita. Atordoada em meio àquele caos, já havia perdido a esperança de ter uma vida escolar mais promissora quando um professor desconfiou de que a adolescente tinha

muito mais capacidade do que imaginava. Ao convidá-la a participar de um clube de xadrez, abriu-lhe as portas para os talentos que já a habitavam e para as oportunidades existentes a sua volta. Desse momento em diante, ela mudou, ao mesmo tempo em que passou a ser ela mesma em sua máxima potência.

Guardo ainda a história de outra jovem que já havia se conformado com a ideia de concluir o Ensino Médio e procurar um emprego qualquer para ajudar no sustento da família. Seus pais a encorajavam nesse sentido, acreditando que não havia por que seguir estudando. No entanto, essa opinião não era compartilhada por uma de suas professoras. Sabendo da sua curiosidade insaciável pelo conhecimento, não apenas a apresentou ao Prouni¹, como não sossegou até convencê-la a se inscrever no Enem². Em plena ascensão profissional como *designer* e prestes a iniciar o doutorado, a jovem reconhece que sua trajetória teria sido completamente diferente se não fosse sua convivência com aquela educadora.

Somam-se a esses milhares de outros casos em que professoras e professores foram fundamentais para que estudantes acreditassem em sua capacidade de aprender, encontrassem satisfação na busca pelo conhecimento, desenvolvessem valores e aspirações que os orientaram em sua vida pessoal e profissional, nutrissem esperanças e construíssem possibilidades concretas em relação a seu presente e futuro.

Inspirada por esses relatos, observo que, por trás das muitas histórias de superação que tenho o privilégio de testemunhar, há sempre um adulto de referência que acolhe, provoca e oferece caminhos de evolução para que os indivíduos, especialmente aqueles que vivem em situação de maior vulnerabilidade, desmontem o campo minado de impossibilidades armado ao seu redor desde seu nascimento. Percebo ainda que, em grande parte das vezes,

1. O Programa Universidade para Todos (Prouni) é uma iniciativa do governo brasileiro, que oferece bolsas de estudos em faculdades privadas para estudantes de baixa renda que ainda não têm diploma de nível superior.

2. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) avalia o desempenho dos estudantes concluintes da Educação Básica e é utilizado em processos seletivos para diversas instituições de Ensino Superior.

esse adulto de referência é um professor que se importa e, por isso, consegue ver o que passa despercebido por olhares menos atentos, agindo com determinação para transformar pessoas e realidades.

Essa constatação me faz acreditar que, para além de uma excelente formação técnica, precisamos propiciar que esses educadores se desenvolvam como seres humanos críticos, empáticos, solidários, propositivos e otimistas, que compreendam, incorporem e sejam extremamente valorizados pelo papel preponderante que têm na vida dos estudantes. Não estou propondo aqui que professores sejam mitificados ou ajam como missionários. Defendo que desempenhem sua função com extremo profissionalismo, inclusive aportando suas competências mais humanas, as quais, ao menos por enquanto, não podem ser substituídas por qualquer ferramenta tecnológica.

Para que a escola pública cumpra sua função de ser alavanca para a superação de injustiças e desigualdades, é preciso que os professores acreditem no potencial de cada estudante e em sua própria capacidade de fazê-los desabrochar, e que conheçam as especificidades daqueles a quem servem para poderem oferecer o que de fato precisam para aprender e se desenvolver plenamente.

Também é necessário que as redes de Educação criem condições para que os professores ensinem e os estudantes aprendam, e que a sociedade brasileira não se conforme nem se omita diante do fracasso escolar. Por isso, não me canso de perguntar: qual professor marcou positivamente sua vida? E como você está contribuindo para que todos os estudantes de nosso país tenham acesso a educadores capazes de fazer a mesma diferença em suas trajetórias?

Para minhas filhas

ANTONIO BARA BRESOLIN

Diretor executivo do D³e, onde atua com pesquisa aplicada e avaliação de políticas educacionais; economista e mestre em administração pública, é pai da Isa e da Lau.

Amadas, já se passaram quase oito anos desde o turbulento nascimento de vocês, a caminhada pela Educação Infantil e a chegada ao Ensino Fundamental. É notório e visível o quanto o vínculo estabelecido com os professores que as acompanharam foi determinante nesse processo de desenvolvimento.

Em períodos críticos da covid-19, apesar do privilégio de acessar a escola não presencialmente, a privação do contato com os professores foi profundamente sentida por nós. E mesmo acompanhando de perto os seus processos de alfabetização, a pandemia mostrou, para mim e para o mundo, o quanto ensinar não é para qualquer um.

Por ser pai e ter escolhido trabalhar com Educação, sei o quanto essa relação entre aluno e professor continuará a influenciar a vida de vocês como estudantes e cidadãos. Vivemos em um país que precisa avançar muito para que essa potência se transforme em realidade sustentável, para todos. Esse direito não pode ser apenas de poucos privilegiados, como nós, que nada fizemos além de, casualmente, termos nascido em um contexto histórico, social, político e econômico específico – injusto, desigual, violento e inaceitável. Vocês já entenderam que enquanto alguém estiver privado do acesso à Educação e do bom relacionamento com professores bem formados e disponíveis, ninguém fica bem. Empenhar-se para que todos os brasileiros possam se beneficiar dessa relação não é uma tarefa fácil, mas necessária.

Outro aspecto que logo perceberão é que os adultos tendem a lembrar com carinho e saudades das educadoras que nos acolheram, ensinaram, instigaram. E que a sociedade valoriza, respeita e

oferece condições diferentes a quem leciona no Ensino Superior e se dedica às pesquisas acadêmicas. Apesar de terem em comum o fato de serem professores, acabam sendo vistos como pertencentes a mundos diferentes.

A profissão docente forma elos ao longo do processo de ensino e aprendizagem, com os estudantes perpassando todos. Há os que trabalham desenvolvendo competências, atentos às potências e aos anseios dos pequenos. Outros voltam-se aos jovens e se dedicam à universidade, à pesquisa, à sistematização de conhecimentos e evidências.

Quem leciona na Educação Básica tem muito a dizer, mostrar, questionar e sugerir para quem trabalha na academia. Por sua vez, esse grupo também tem muito a perguntar, apresentar, provocar e propor para quem está na outra ponta. A busca pela qualidade e pela equidade na Educação brasileira depende desse exercício de diálogo, colaboração e influência mútuas.

Ninguém tem mais propriedade para falar sobre essa profissão do que os próprios docentes que ocupam diferentes papéis na Educação. É equivocado ignorar os laços entre esses profissionais que parecem estar tão distantes. Suas atuações são interdependentes, e o papel dos professores na melhoria da Educação nacional pode passar por essa relação.

Se por um lado a mudança estrutural de que precisamos na nossa sociedade pode nascer da relação diária e personalizada entre o professor e o estudante, por outro, ela só ganhará escala por meio de políticas educacionais que possam apoiar e dar condições para isso.

“Pai, qual é o seu trabalho?”. Essa resposta nunca foi fácil. Sigo atuando em uma organização que incentiva o uso de dados para um debate democrático na Educação e fazemos pontes entre a escola e a universidade, estimulando troca de experiências e conhecimentos entre o professor da sala de aula e o professor pesquisador, para que aulas e pesquisas sejam integradas e se beneficiem mutuamente, via política. É como se eu colocasse pessoas queridas e importantes de nossas vidas para conversarem, aprenderem e compartilharem conhecimentos que ajudam no trabalho delas, nas escolas públicas.

Filhas, continuem sensíveis e dispostas a encarar as complexas questões que a sociedade brasileira precisa enfrentar. Já aprendi muito com vocês até aqui e tenho certeza de que, para que isso aconteça com outros, também vocês passarão pela docência. Em algum elo dessa contínua corrente, espero que muitos possam chamá-las de “queridas professoras”.

Aprendizados de um professor fracassado

ANTONIO GOIS

Colunista de Educação do jornal O Globo e diretor e fundador da Associação de Jornalistas de Educação. Cobre o tema desde 1996.

Dizem, em tom provocativo, que críticos de cinema são cineastas frustrados. Discordo. Porém, sendo jornalista especializado em Educação, devo admitir que fui um professor fracassado. Explico: em 2004 e 2005, dei aulas de redação num cursinho pré-vestibular comunitário na favela Santa Marta, na zona sul do Rio de Janeiro. Havia – e ainda há – várias iniciativas desse tipo, que seguem tendo um papel relevante na mobilização de estudantes de baixa renda que buscam aumentar suas chances de ingresso no Ensino Superior. No meu caso específico, porém, logo percebi que voluntarismo e entusiasmo em ajudar não seriam suficientes.

Eu cobria Educação desde 1996 e trabalhava para o maior jornal do país à época, a *Folha de S. Paulo*. Sentia-me, por isso, qualificado para assumir aquele compromisso. No entanto, por mais que me esforçasse, me faltavam conhecimento didático e experiência no preparo das aulas. Para alguns estudantes que já possuíam uma base razoável, acredito que fiz alguma diferença, mas, me senti frustrado em não saber como apoiar aqueles jovens que mais precisavam de mim, pois tinham sérias dificuldades de escrita. Ao fim, o principal aprendizado foi meu: **por mais generosas que sejam as iniciativas baseadas no voluntariado, o salto de qualidade na Educação só acontecerá com profissionais devidamente remunerados, qualificados e com boas condições de trabalho em escolas públicas.**

Olhando para essas três condições, vemos que, apesar de al-

guns avanços recentes, temos muito a caminhar. A remuneração, como sabemos, é parte fundamental da equação para aumentar a atratividade da carreira, e a percepção de que os salários são insuficientes ajuda a explicar estatísticas como esta: apenas 2,4% dos jovens de 15 anos que fizeram o Pisa da OCDE¹ em 2018 no Brasil manifestaram interesse em serem professores no futuro. Na média da OCDE (que congrega, em sua maioria, nações desenvolvidas), a proporção é de 4,2%². Em 2020, dados do painel de monitoramento das metas do PNE³, do Inep⁴, mostravam que um professor com formação em nível superior recebia, em média, 81% dos vencimentos dos profissionais com diploma universitário nas demais ocupações. A situação já foi pior: em 2012, o percentual era 65%. Sabemos que ainda é insuficiente, pois a meta do PNE era equiparar esses vencimentos até 2020.

No caso da formação docente, também podemos destacar, ao mesmo tempo, avanços e preocupações. Entre 1989 e 2020, a proporção de professores com nível superior no país passou de 33% para 87%. Como afirmam Sergei Soares e coautores em artigo publicado pelo Ipea⁵ em 2021, não houve nenhuma outra categoria “cuja qualificação tenha aumentado tão avassaladoramente em tão curto espaço de tempo”⁶. A nota preocupante é que, nos últimos anos, esse crescimento tem sido impulsionado principalmente por cursos a distância no setor privado. Entre 2010 e 2020, a proporção de ingressantes em cursos de formação de professores nessa modalidade aumentou de 34% para 73%, de acordo com o Censo da Educação Superior.

Por fim, é fundamental também avançar em melhores condições de trabalho, para que o desenvolvimento profissional dos professores seja constante ao longo da carreira. Um sério empec-

1. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

2. OECD. *Effective teacher policies: insights from PISA*. Paris: OECD Publishing, 2018.

3. Plano Nacional de Educação.

4. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

5. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

6. SOARES, Sergei *et al.* *Fim de uma era ou e agora, Maria?* Desafios para a atuação federal na Educação Básica. Texto para Discussão, 2021. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.

lho para isso – não o único – foi identificado em estudo recente de Gabriela Moriconi, Nelson Gimenes e Luciana Leme⁷. A pesquisa mostra que 45% dos docentes do segundo ciclo do Ensino Fundamental trabalham em mais de uma escola (o que leva a um acúmulo maior no número de turmas), percentual que é de 4,7% na França, 2,7% no Japão, e 1,7% nos Estados Unidos.

Sem enfrentarmos essas e outras questões da profissão docente, o salto de qualidade almejado para a Educação brasileira continuará sendo apenas uma promessa inconclusa.

7. MORICONI, Gabriela Miranda; ANTONIO, Nelson. *Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2021.

Todos os professores importam?

ARIANA BRITTO

Economista da Educação, coordenadora de produção de conhecimento do Centro de Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas, pesquisadora associada ao Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento da Universidade Federal Fluminense e à Rede Economistas Pretas e Pretos.

Professores importam. Ao longo das últimas três décadas, pesquisas nacionais e internacionais avançaram sobre quais são as principais variáveis que impactam positivamente na qualidade do aprendizado de crianças e jovens brasileiros. Para além do *background* socioeconômico, ou seja, da história que cada estudante traz para a escola, resultados recorrentes na literatura mostram que a existência de professores de qualidade importa para a aprendizagem.

Não há como dissociar a amplitude desses resultados sem levarmos em conta importantes mudanças nas legislações educacionais. Dentre elas, a Lei nº 9.394, de 1996, que passou a exigir maior nível de escolaridade dos docentes, tanto daqueles que já estavam na carreira, como de novos entrantes; as Leis nº 9.424, de 1996, e nº 11.494, de 2007, que criaram o Fundef-Fundeb¹, novos mecanismos de financiamento e valorização dos professores que incorporaram a obrigatoriedade dos gastos ao pagamento de docentes da Educação Básica da rede pública; a Lei nº 11.738, de 2008, que, embora ainda esteja longe do ideal, foi um passo importante

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

para colocar a carreira e a remuneração docentes em evidência, e a Lei nº 13.005, de 2014, que aprovou o PNE², permitindo monitorar e avaliar a evolução da carreira dos professores da Educação Básica.

Por que professores importam? O processo de aprendizado é um trabalho coletivo e, dentro do vocabulário “economês”, isso se traduz na expressão “altamente intensivo em trabalho”. Um fator de produção intensivo pode ser mensurado tanto pelo número de indivíduos necessários para a produção de determinado bem ou serviço, quanto pelo valor da hora trabalhada (como é tradicional na ciência econômica). Ao final, professores importam, porque a “produção” de aprendizado se concretiza somente a partir da existência de um professor, de qualidade e remunerado em cada sala de aula.

Todos os professores importam? Garantir a presença de um professor de qualidade em cada etapa escolar e em cada sala de aula brasileira ainda é uma agenda pouco desenvolvida entre economistas da Educação. Para mim, professores importam há mais de uma década e, em 2021, tive a oportunidade de fazer parte de uma nova pesquisa sobre o tema, uma parceria entre o CEDE-UFF³ e o Movimento Profissão Docente. O resultado quantificou o quão distante estamos da premissa de garantir um professor – qualificado – em cada sala de aula.

A qualidade docente foi medida segundo a formação específica e a licenciatura para a qual cada docente é habilitado, porém de modo mais flexível que o faz a meta 15 do PNE. Nesta, o cenário ideal considera que todos os professores tenham formação adequada para todas as disciplinas que lecionam. A flexibilidade que adotamos se deu ao agregar as disciplinas lecionadas a partir das grandes áreas definidas na BNCC⁴. Os resultados mostraram insuficiência de professores para todas as unidades da federação, in-

2. Plano Nacional de Educação.

3. Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento. Composto por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

4. Base Nacional Comum Curricular. Linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas. Ou seja, um professor cuja formação é sociologia, foi considerado adequado mesmo lecionando geografia, pois ambas compõem a área de ciências humanas e sociais aplicadas.

cluindo o Distrito Federal, e em 12 das 14 licenciaturas avaliadas⁵. As exceções foram filosofia e sociologia. Se todos os professores importam, como atrair e reter professores qualificados e de maneira equitativa para todas as disciplinas?

Todos os professores importam na medida em que olhamos a carreira docente como parte do problema. Não há como pensar na melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira sem revermos a estrutura da carreira docente. Novos desenhos de contratos podem ser um mecanismo importante para fortalecer a carreira, aumentar a satisfação e a efetividade dos professores. Contudo, **não há, nem haverá, balas de prata que descrevam o desenho ótimo de contratos e que, de uma hora para outra, resolvam o problema da atratividade da carreira docente no Brasil.**

Essas soluções passam, necessariamente, por:

- i. considerar que algumas carreiras precisam ser mais incentivadas que outras;
- ii. compreender que um sistema de incentivos à carreira docente, financeiros ou não, deve considerar os contextos em que cada rede educacional está inserida; e
- iii. perceber que os indivíduos têm preferências distintas por carreiras distintas e, portanto, os incentivos para atrair mais professores qualificados também devem ser distintos.

5. Foram analisadas pedagogia, língua portuguesa, história, geografia, ciências, biologia, química, física, matemática, língua inglesa, artes, educação física, filosofia e sociologia.

Valorizar o professor é formá-lo bem!

BÁRBARA BORN

Ex-aluna e professora de escolas públicas de São Paulo, formadora de professores e coordenadora de pesquisa do Instituto Singularidades.

Em uma comunidade violenta e vulnerável da cidade de São Paulo, uma professora iniciante ingressa na carreira pública docente. Em sua primeira visita à escola, a diretora olha para ela e diz: “O que você está fazendo aqui? Tão jovem, deveria procurar algo diferente para fazer”. Um outro professor, ao lhe contar sobre como vem trabalhando, desabafa: “Faz qualquer coisa: esses meninos não estão nem aí para nada! Eu ponho conteúdo na lousa, visto o caderno e mantenho a ordem”. Embora estivesse determinada a não desanimar e feliz por iniciar o trabalho na escola pública, a professora deixou o prédio escolar com medo do que lhe esperava.

O início das atividades com os alunos não contribuiu para sua moral. Sem receber nenhum tipo de apoio ou instrução específica, a professora juntou os diários de classe e os livros didáticos que vinham sendo trabalhados pelo professor anterior e deu tudo de si para provar que era capaz de ensinar aqueles adolescentes. Foi um fracasso retumbante. Os estudantes lhe viravam as costas, quando não a confrontavam diretamente. Ao tentar explicar um conteúdo, em uma busca hercúlea por promover uma “aula dialógica”, ouvia daqueles jovens acostumados a copiar lição da lousa: “Quando você vai começar a dar aula, professora?”. Dia após dia, ela tateava novas estratégias, ao mesmo tempo em que constatava que nada do que havia aprendido em sua licenciatura a ajudava a lidar com os problemas cotidianos. O choro e a vontade de desistir a acompanharam por muitos anos, e a sobrevivência à sala de aula se deu

na busca permanente por apoio de quem quer que lhe estendesse os braços, uma infinidade de tentativas e erros, e muito estudo.

Exatamente 12 anos mais tarde, a mesma professora se senta à frente do computador com a árdua tarefa de escrever este texto. **A história que relatei acima é minha, mas poderia ser (e provavelmente é) a de inúmeros professores que ingressam na carreira cheios de vontade de provocar algum tipo de mudança e “transformar” o mundo por dentro da sala de aula**, mas deparam com a fragilidade da formação e com condições objetivas de trabalho que ou os desestimula ou os afasta do objetivo inicial.

Embora eu tenha “sobrevivido” à sala de aula, muitos colegas desistem da carreira ou se entregam a uma rotina que em nada se parece com aquele desejo de mudança. O que poderia ser feito para não perder tantas pessoas pelo caminho? Não há resposta única nem bala de prata para essa pergunta, mas a pesquisa no campo da formação de professores (à qual me dedico nos últimos anos) pode nos ajudar a começar a construir alternativas.

Para que os professores permaneçam em sala de aula e sigam engajados na promoção de mudanças, precisamos valorizá-los não apenas salarial ou socialmente (condições necessárias, mas não suficientes). A maneira mais poderosa de fazer isso é oferecer-lhes oportunidades para construir saberes e desenvolverem um repertório de práticas que os ajudem a lidar com a complexidade da sala de aula e a apoiar as aprendizagens dos estudantes.

É fundamental repensar a formação inicial de nossos docentes para que eles não sejam surpreendidos com total falta de repertório diante dos desafios do cotidiano e para que não sintam que estão sem ação para promover a aprendizagem das crianças e jovens em seu início de carreira. Igualmente fundamental é seguir fornecendo apoio a eles ao longo de sua carreira, por meio de formações continuadas que os fortaleçam e lhes permitam refinar e aprimorar suas práticas para lidar com os novos desafios que emergem. A formação é um caminho de valorização da docência, pois oferece aos professores as ferramentas intelectuais e práticas para que, de maneira autônoma, atuem para criar ambientes de aprendizagem produtivos e ricos, e sintam-se realizados em seu desejo de promover mudanças por dentro da sala de aula.

Referência para a vida, a cada dia, todos os dias

CAETANO SIQUEIRA

Coordenador de políticas docentes no Movimento Profissão Docente, é bacharel em economia pela Universidade de São Paulo e mestre em educação pela Universidade Stanford. No Ministério da Educação (2017-2018), foi diretor de programas responsável pelo apoio à Base Nacional Comum Curricular e ao Novo Ensino Médio, e na Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (2019-2021) liderou a implementação dessas e de outras políticas educacionais. Busca conciliar os papéis de gestor e educador.

Existem muitas razões pelas quais os professores são importantes. Há, contudo, uma que os torna imprescindíveis e que gostaria de aprofundar e defender: professores são os únicos profissionais capazes de acolher e lidar com toda a complexidade inerente a cada estudante.

É prerrogativa da atuação docente planejar o caminho que os estudantes percorrerão para aprender e realizar com eles esse trajeto. Para isso, **os professores mobilizam tudo que têm a seu alcance, como materiais didáticos, recursos da comunidade, conhecimentos de sua formação, ideias inovadoras e experiências com as gerações anteriores de alunos. É preciso um professor para conciliar tantos elementos e, assim, conseguir que os estudantes aprendam.**

Quando a professora Débora Garofalo¹ organiza suas aulas de robótica, ela costuma levar grupos a caminhar pelas ruas do entorno da escola para coletar materiais recicláveis que sirvam

1. Ver artigo na p. 79.

de matéria-prima para os robôs. Mais do que isso, a professora Débora está levando os estudantes a pensar sobre a comunidade em que habitam e quais mudanças gostariam de realizar nela. Ela também está aprendendo sobre cada um deles e apreendendo o que já trazem consigo de conhecimentos e habilidades prévios. De volta à escola, seus estudantes percorrerão um trajeto com oportunidades para resolver problemas relevantes com crescente grau de complexidade e, assim, desenvolver as habilidades que precisarão para viver no século 21.

Outra razão pela qual os professores são importantes é sua capacidade de organizar o ambiente de aprendizagem. Para aprender, crianças e jovens precisam se sentir seguros física e emocionalmente. Para aprender muito, necessitam de um ambiente escolar em que se sintam aceitos e acolhidos, e dentro do qual possam cometer erros. São os professores que estimulam a curiosidade deles e, sobretudo, os ajudam a lidar com as contingências que surgem no dia a dia e que precisam ser manejadas “no aqui e agora”.

Quando a professora Gina Vieira² ensina língua portuguesa, ela tem ciência de que muitas de suas alunas não conheceram, até então, referências de mulheres que lideraram o mundo político, artístico e acadêmico. Ao propor a leitura de textos escritos por mulheres inspiradoras e conectar as experiências delas com as de suas alunas, ela reforça o senso de valor intrínseco que elas têm de si e torna o ambiente escolar mais acolhedor para que essas estudantes possam escrever suas próprias histórias.

A maioria dos estudantes é criança e adolescente. Ainda estão crescendo e continuamente aprendendo a agir e regular seus comportamentos em sociedade. Nesse processo, entendem ao observar, o tempo todo, familiares, colegas e, em especial, professores. Estes ocupam posição de destaque e suas ações os marcam, muitas vezes para toda a vida.

2. Criadora, em 2014, do Projeto Mulheres Inspiradoras, que recebeu o reconhecimento de vários prêmios e foi transformado em política pública.

A professora Doani Bertan³ ensina, desde a mais tenra idade, tanto estudantes ouvintes quanto aqueles que têm deficiência auditiva. Eles aprendem a trabalhar juntos, em grande medida, porque têm nela uma referência sobre como estar em uma sala de aula diversa em que todo mundo estuda. Mais do que aprender o básico da Língua Brasileira de Sinais (Libras), seus estudantes ouvintes a veem dar igual atenção a todos – e aprendem a fazer o mesmo.

Em todos esses casos, além de conduzir o processo de aprendizagem, organizar ambientes adequados para isso e servir de referência de comportamento, as professoras também lidaram de maneira exemplar com a complexidade e a especificidade de cada um de seus estudantes, algo que nenhum sistema de ensino, proposta pedagógica ou tecnologia jamais poderia dar conta por completo. Diante do universo que é cada estudante e cada escola, elas acolhem, adaptam, planejam, improvisam e criam, a cada dia, todos os dias, verdadeiramente ensinando.

3. Ver artigo na p. 86.

Como fugir do apagão de professores no Brasil?

CAIO DIB

Designer de serviço em Educação e autor de oito livros sobre Educação e inovação.

Quando perguntamos para as pessoas quem são as personagens que inspiraram suas vidas, quase sempre aparece a lembrança de um professor, mas poucos têm coragem de seguir essa carreira. “Coragem” é uma palavra forte que pode soar apelativa, levando-nos na direção da imagem de “professor-herói”. É justamente o contrário.

Essa é uma profissão que pode ser a escolha de qualquer um que se identifique com a área e com o propósito de transformar positivamente a sociedade. É preciso, sim, ter coragem para falar “sou professor, sou professora”, e, muitas vezes, receber comentários que não valorizam a carreira. Estamos aqui para pensar juntos em caminhos para que isso não aconteça mais.

Nasci numa família de “professores e *mais alguma coisa*”. Acredito que não foi por falta de coragem, mas por excesso de curiosidade. Nos últimos anos, viajei muito por todo o Brasil e conheci profissionais incríveis, que se dedicavam integral ou parcialmente à carreira docente. Neste texto, quero contar a história de um deles que, acredito, pode ilustrar porque os professores são a peça central para a melhoria da qualidade da Educação brasileira e como podemos incentivar mais pessoas a seguirem a profissão.

Meu avô materno perdeu o pai ainda jovem e se viu na obrigação de sustentar a família e apoiar três irmãos mais novos. Ele não pôde entrar na universidade, mas aprendeu engenharia sozinho

e seguiu essa carreira por 40 anos. Então, com quatro filhos, se frustrou com o mercado de construção civil e decidiu estudar para se tornar professor de inglês, carreira que abraçou por mais quase 30 anos.

Tudo que tinha aprendido na vida fez com que ele questionasse o modelo do ensino de línguas da época. Por mais que tivesse livros didáticos em sua sala de aula, acreditava em uma abordagem de aprendizagem com poucos estudantes, focada na realidade e nos desafios atuais da pessoa, valorizando o diálogo e as referências que os alunos traziam para as aulas.

Ele lecionou até os 92 anos e só parou devido a um acidente que diminuiu sua mobilidade. Nunca falou que seu método era inovador, mas acredita até hoje que é o modo que faz sentido para aprendermos de verdade. Até pouco tempo atrás, ele ainda frequentava rodas de conversa em inglês e interagia com pessoas de todo o mundo por meio do LinkedIn. Hoje, aos 95 anos, fica na frente de casa com uma placa em que se lê *English speakers: welcome*, para conversar em inglês com as pessoas na rua.

Por que ele não escolheu ser professor de inglês desde o início de sua vida profissional? Como saiu da engenharia, uma carreira valorizada socialmente, para uma sala de aula? Por que trabalhou até os 92 anos e ficava animado com cada novo estudante? A história de meu avô é marcante para mim porque vai na contramão da realidade que temos no Brasil. O chamado “apagão docente” é real e nos fará mal nos próximos anos. **Precisamos tornar a carreira mais valorizada e atrativa, incentivar instituições de formação inicial e continuada a questionarem e, principalmente, reformularem na prática o modelo tradicional, e criar uma cultura de divulgação positiva do trabalho do professor.**

Felizmente, já temos muitas pessoas e organizações trabalhando nesses caminhos, mas ainda precisamos fortalecer esse movimento para sairmos da zona de extremo risco que é a falta de professores – e até mesmo de outros profissionais da Educação. Afinal, tanto professores quanto a equipe de uma escola são fundamentais para construirmos uma sociedade melhor e mais justa.

Para fugirmos do “apagão docente”, precisamos valorizar todos os profissionais da Educação. Descrevo a seguir algumas ações

que valorizam profissionais e iniciativas de cidades pequenas e médias no país:

- **Mais espaço na mídia jornalística sobre trabalhos positivos realizados pela escola:** ser destaque em veículos de grande circulação, que alcançam a população em geral, sem focar no heroísmo de um indivíduo, mas na construção de uma imagem da importância dos profissionais da Educação.
- **Mais personagens em novelas e filmes:** ver mais profissionais da Educação como protagonistas em filmes, mas como pessoas comuns, que fazem parte da sociedade, e não como pessoas apaixonadas que se doam totalmente para a causa.
- **Fortalecer premiações:** valorizar iniciativas coletivas com prêmios que foquem no trabalho realizado pela escola e pela comunidade escolar (e não apenas por um educador). Mais do que isso, garantir que essa conquista tenha continuidade: levar premiados para mais eventos e garantir recompensas em formato de investimento financeiro e político no projeto ganhador, entre outras ações que façam com que a iniciativa tenha continuidade e se potencialize.
- **Incentivar e apoiar propostas de formação inicial e continuada:** fazer com que iniciativas que tragam referências e prática estejam mais presentes nas redes públicas e privadas.
- **Apoiar a divulgação de produções de educadores:** dar destaque para os profissionais da Educação como autores, cineastas, produtores de conteúdo e influenciadores digitais. Precisamos tanto de mais porta-vozes da área quanto de divulgação em massa de iniciativas que acontecem todos os dias em sala de aula.

Eu sou um otimista nato e acredito que, apesar dos grandes desafios, vamos ter um país melhor e com todos os profissionais da Educação valorizados de verdade nos próximos dez anos. Vem comigo?

“Antes da Sara, eu não sabia ler”

CAMILA PEREIRA

Diretora de Educação da Fundação Lemann.

DENIS MIZNE

CEO da Fundação Lemann.

Há alguns anos, produzimos um vídeo com estudantes para celebrar o Dia dos Professores. Uma das alunas entrevistadas, a Amanda, ao ser questionada sobre de que mais gostava em sua professora, declarou: **“A Sara me ensinou a ler. Antes da Sara, eu não sabia ler”**. Até hoje, essa resposta nos emociona. É uma fala tão simples e, ao mesmo tempo, tão poderosa! Poucas pessoas promovem uma transformação tão grande nas nossas vidas quanto aquelas que nos ensinam a ler. O impacto de cada professor e professora para seus alunos é dessa magnitude. Eles nos apresentam chaves que ajudam a decodificar o mundo, criam oportunidades, transformam futuros.

Apesar das memórias que muitos temos de professores que mudaram nossas vidas e dos estudos que mostram que um bom professor é o fator intraescolar que melhor prediz a aprendizagem, a valorização docente ainda é um desafio no Brasil. Pesquisas recentes com professores de todo o país trazem números contundentes: 74% dos professores declaram que veem a carreira desvalorizada pela sociedade¹ e metade diz que não recomendaria a carreira para a nova geração, principalmente por ser uma profis-

1. Pesquisa Datafolha, encomendada pela Fundação Lemann em janeiro de 2022.

são pouco reconhecida socialmente². Levantamentos também são consistentes ao mostrar que os professores não querem apenas aumento de salário para se sentirem mais valorizados. No topo da lista, desejam ser mais ouvidos no debate público educacional e engajados na construção de políticas e iniciativas que impactam a sala de aula³.

Nos últimos anos, temos feito um grande esforço para garantir que essa escuta e essa participação aconteçam. Apoiamos a criação e o desenvolvimento da Conectando Saberes, uma rede de professores que busca fortalecer a profissão e construir, em conjunto, soluções para os desafios da escola pública. Hoje, a Conectando está em todos os estados do país, com cerca de 900 profissionais, divididos em 89 núcleos. A conexão em rede permitiu que esses professores ocupassem novos espaços, como participação em seminários nacionais e internacionais, presença em conselhos de organizações de impacto social e convites para contribuir com políticas públicas em suas respectivas secretarias de Educação e até no Congresso.

Por meio da Nova Escola, também ajudamos a valorizar os professores como os especialistas que são em Educação. “Professores autores” de todo o país estiveram no centro da criação de recursos pedagógicos como planos de aulas e livros didáticos. A aposta de que materiais “de professor para professor” fazem mais sentido se provou verdadeira. Durante a pandemia, planos de aula criados por professores autores foram usados por mais de 1 milhão de usuários únicos por mês.

Com pesquisas de opinião frequentes, também seguimos tentando amplificar a voz dos docentes. É um jeito de fazer algo em que acreditamos muito: engajar e ouvir genuinamente quem está na sala de aula, para que as políticas e as mudanças em Educação possam ser, de fato, efetivas. A pandemia, que trouxe impactos devastadores para a Educação, ao menos no aspecto da valorização

2. Pesquisa Profissão Docente, encomendada pelo Todos pela Educação e Fundação Itaú Social em 2018.

3. Pesquisa Profissão Docente, encomendada pelo Todos pela Educação e Fundação Itaú Social em 2018.

dos professores, parece ter impulsionado uma mudança positiva. Após viverem o desafio do ensino remoto por quase dois anos, 89% dos pais e responsáveis entrevistados em dezembro de 2021 para uma pesquisa⁴ reconhecem que os docentes têm um trabalho mais desafiador do que acreditavam e que é preciso mais preparo do que imaginavam.

Formar, apoiar e valorizar os professores é condição indispensável para concretizar o sonho de uma Educação pública de qualidade. Podemos (e devemos) melhorar outras condições-chave, como gestão, financiamento, recursos pedagógicos, priorização política da Educação pelos governantes. Mas, no fim, é dentro de cada sala de aula, na relação de confiança que se estabelece entre cada professor e seus alunos, que a aprendizagem acontece.

4. Pesquisa Datafolha encomendada por Fundação Lemann, Itaú Social e Banco Interamericano de Desenvolvimento, dezembro de 2021.

Magistério é profissão! SQN¹ para a sociedade e tampouco para os governos

CARLOS EDUARDO SANCHES

Doutorando em Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), apoia redes estaduais e municipais na estruturação de carreiras dos profissionais do setor.

Há um consenso de que o mundo precisa de justiça social, de melhores perspectivas de vida para todo cidadão e de uma sociedade mais tolerante. Há um consenso de que o principal caminho é a garantia de Educação com qualidade para todos. No entanto, posicionar a profissão do magistério como estratégia para alcançar os consensos está longe de se tornar realidade.

Ainda enraizada em uma cultura religiosa, a atuação do professor se resume, em boa parte das vezes, para a sociedade e mesmo para os governos, a uma missão ou vocação. Esse cenário fragiliza a compreensão do magistério como profissão. Ao contrário, a atuação do professor alicerça um processo de transformação do estudante, o que, para tanto, requer um saber plural apoiado na ciência.

Adicionalmente, é preciso considerar a representatividade do magistério no mercado de trabalho, em que os professores ocupam lugar de destaque como uma das principais peças da economia na sociedade atual e constituem parcela representativa no contingente de trabalhadores. Logo, seus salários também deveriam re-

presentar uma parcela importante na despesa com remuneração realizada pelos governos. Porém, a remuneração dos professores equivale a 78,1% do ganho médio de profissionais de outras áreas que têm formação em curso superior².

Ancorados nas regras de despesa com pessoal determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, gestores públicos têm alegado impossibilidade de assegurar carreiras atraentes e mesmo o cumprimento dos dispositivos da Lei nº 11.738/2008. A garantia do piso do magistério no vencimento (salário-base), seu mecanismo de atualização anual e a reserva de um terço para atividades extraclasse (planejamento, formação e avaliação, entre outras) não fazem parte do cotidiano das redes públicas de Educação Básica³.

No entanto, nem sempre a alegação de governadores e prefeitos encontra amparo nos dados registrados pelos próprios governos estaduais e prefeituras nos sistemas oficiais de prestação de contas. Estudos⁴ têm demonstrado que apesar de o magistério constituir uma das principais parcelas – senão a maior – dos servidores do Poder Executivo, o valor investido em sua remuneração ocupa uma posição inversa na despesa total com pessoal dos estados e municípios.

As razões para essa realidade passam por outros problemas, como carreiras desestruturadas para a realidade atual e absentismo injustificado na área da Educação; mas, também, por estruturas inchadas nos governos e baixa capacidade de diagnóstico, análise e construção de soluções entre as duas partes. Como resultado, a valorização do professor alcança o mais baixo reconhecimento junto à população no Brasil comparado com outros países⁵; os jovens não enxergam no magistério uma carreira atraente⁶; e

2. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília: INEP, 2020.

3. *Ibidem*.

4. SANCHES, Carlos Eduardo. *Valorização do magistério da Educação Básica e responsabilidade fiscal: tensões e possibilidades*, 2020.

5. *Índice Global de Status do Professor*. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-n%C3%B3s-fazemos/pesquisa/%C3%ADndice-global-de-status-do-professor>.

6. OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *Effective Teacher Policies: Insights from PISA*. Paris: OCDE Publishing, 2018.

metade dos professores não indicam a sua profissão⁷.

A busca pela profissionalização do magistério⁸ impõe desafios à sociedade e ao Estado brasileiro. Não é possível manter discussões acaloradas, mas tecnicamente vazias sobre o tema. A valorização dos professores deve, assim como em outros países, ocupar espaço relevante na agenda de prioridades. Afinal,

[...] se queremos melhores índices de educação e cultura, precisamos de escolas melhores; se queremos melhores escolas, precisamos de melhores educadores; se queremos melhores educadores, precisamos de melhores condições de trabalho e melhores níveis de remuneração. Essa é a lógica que funciona para todas as profissões do mundo⁹.

7. IBOPE INTELIGÊNCIA. *Profissão Professor*, 2018.

8. OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação da profissão docente no contexto da nova gestão pública na América Latina. *Revista Faeeba – Ed. e Contemp.*, Salvador, v. 27, p. 43-49, set./dez. 2018.

9. SANDER, Benno. *Políticas públicas e gestão democrática da Educação*. Brasília: Líber Livro, 2005.

A Educação salvou minha vida

CAROLINE TAVARES

Professora, especialista em aprendizado de adultos e desenvolvimento de lideranças.

Quando criança, eu não queria ser famosa nem astronauta, como a maioria dos meus amigos. O que eu queria era salvar o mundo. Para isso, decidi me tornar professora. Até hoje, o que me motiva a acordar e dar o meu melhor no trabalho é o fato de que, no fim do dia, sei que alguém está tendo uma vida melhor por causa do que faço.

A importância do professor no sucesso futuro de crianças já está provada por análises econométricas. Raj Chetty, professor da Universidade de Harvard, aponta que as poucas alavancas de ascensão social para jovens são a realocação geográfica (mudar de um lugar mais vulnerável para uma cidade mais rica) e a qualidade do professor na Pré-escola.

Anedoticamente, essa é a história da minha vida. Nascida em família extremamente pobre, com pai dependente químico e mãe que trabalhava três períodos para sustentar a casa, eu não tinha muitas perspectivas de futuro na pequena cidade do interior de Goiás, onde vivi até meus 12 anos. Meus colegas na pré-adolescência estavam ou engravidando ou engajados em festas e bebedeiras.

Eu passava os dias em casa sozinha desde criança e me dedicava muito aos estudos, porque acreditava que, se fosse muito boa e perfeita, teria mais atenção dos meus pais. Uma das minhas primeiras professoras, conhecendo a minha história, passou a me convidar para frequentar a casa dela no período da tarde. Lá eu fazia minhas tarefas escolares, lia livros e lanchava.

Óbvio que não estou dizendo que professores precisam ir além de suas atividades profissionais para que sejam considerados bons professores. Eu, pessoalmente, não levava alunos para casa e consegui ver o impacto da minha função na vida futura de vários deles. Entretanto, a bondade e caridade da professora Maria das Graças foi essencial para meu futuro.

Seguindo seu exemplo, comecei a usar minhas tardes para reunir colegas com dificuldade e ensinar-lhes os conteúdos que eu sabia de cor. Aos 12 anos, minha família se mudou para a capital do estado e eu tive acesso a melhores escolas e mais oportunidades. Mas meu destino estava traçado: eu queria ser relevante na vida de crianças e jovens assim como meus professores foram essenciais para a minha vida.

Conto tudo isso para deixar claro que, **quando digo que o professor é capaz de salvar o mundo, não estou sendo leviana. Um bom professor consegue dar suporte para que seus alunos superem os desafios que sua própria vida lhes impõe e se deem ao direito de sonhar com algo diferente. Sonhar com algo melhor.** Além disso, um professor de qualidade dá ferramentas para que consigam concretizar seus sonhos e mudar sua realidade.

Isso dito, a próxima pergunta importante é: como garantir que nossos professores sejam bons profissionais? A resposta está na estruturação de políticas docentes relevantes. Afinal, os nossos docentes são tão bons quanto a valorização que lhes oferecemos e a estrutura de formação e trabalho existente. Responsabilizar o profissional que se desdobra em mais de uma escola para cumprir sua carga horária não vai nos dar bons professores. Na verdade, o que isso vai fazer – e já está fazendo – é causar *burnout* e outros problemas de saúde mental em nossos docentes.

A Educação conseguiu salvar a minha vida. Por isso, recomendo que, se quisermos salvar a vida das demais crianças brasileiras, nossos governantes priorizem a profissão docente e levem a sério o desafio constante de nossos professores.

Ser professor

CLAUDIA COSTIN

Diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da Fundação Getúlio Vargas e ex-diretora de Educação do Banco Mundial.

Há anos venho pesquisando a gestão de políticas educacionais no Brasil e em outros países em desenvolvimento e observo que, dentre vários fatores que afetam a aprendizagem dos alunos, como os anos de escolaridade dos pais ou a condição de saúde das crianças, o mais importante, sob responsabilidade da escola, é a qualidade do professor.

A qualidade da atuação profissional de um mestre não depende só de seu empenho. Mesmo que excelentes professores consigam fazer a diferença em escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade e com infraestrutura ou direção inadequadas, em unidades com maiores apoios e um trabalho colaborativo criam-se times de bons professores que potencializam, assim, as práticas de ensino de cada um deles.

Nesse sentido é que as políticas docentes têm importante papel, não só para atrair talento a uma das mais complexas profissões, como para preparar os futuros mestres e os docentes em exercício para os desafios presentes na escola. Também é fundamental reter talento, fazendo com que professores possam vivenciar um sentido de realização pessoal no desempenho de suas funções.

Mas, mais importante até do que o conteúdo dos programas governamentais nessa direção é o princípio que deve norteá-los – poder combinar excelência com equidade, algo de difícil concretização e que vem do próprio Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, aprovado na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, de que o Brasil é signatário: o imperativo de se assegurar uma Educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos. Observe-se que qualidade, no contex-

to do ODS 4, significa “resultados de aprendizagem relevantes e efetivos”, ou seja, trata-se menos de aspectos tangíveis como uma escola vistosa e mais em alunos ali permanecendo e aprendendo.

Ora, não há como fazer isso sem um professor preparado e engajado num processo de ensino-aprendizagem potente. Não é possível construir uma Educação de qualidade sem investir em professores. Não se trata aqui de uma ação única e sim de um modelo integrado e alinhado de intervenções, começando com a atratividade da carreira, corrigindo progressivamente os salários e desenhando trajetórias que recompensem o que, de fato, afeta a aprendizagem dos alunos. Também é necessário evitar contratos fragmentados de modo que os professores sejam alocados preferencialmente numa única escola, para permitir-lhes um trabalho de equipe e aprendizado profissional colaborativo.

Nesse sentido, vale a pena fazer como fazem bons sistemas educacionais no mundo: adotar tutorias de professores experientes no ingresso na carreira e assegurar, dessa forma, que os mestres aprendam uns com os outros. Afinal, a melhor forma de desenvolvimento profissional dessa complexa carreira é pelo aprendizado entre pares. Segundo Michael Fullan em seu livro *Coherence*¹, até na prestação de contas pelo trabalho desenvolvido, a ação inicial é no coletivo da escola, criando um sistema de responsabilização interna, entre colegas, antes que se pense na externa, frente à sociedade.

Há dois desafios adicionais que se colocam hoje ao professor: as profundas perdas de aprendizagem que ocorreram com o prolongado fechamento das escolas durante a pandemia de covid-19 e a transformação digital em curso no planeta. Muitas escolas e redes estão tentando oferecer um sistema de recomposição de aprendizagens na volta às aulas. Não será fácil e extrapola o escopo deste texto sugerir práticas nesse sentido, mas isso certamente traz complicadores para a realização do que estabelece o ODS 4.

1. FULLAN, Michael; QUINN, Joanne. *Coherence: the right drivers in action for schools, districts, and systems*. Thousand Oaks: Corwin, 2016.

O segundo desafio parece menor, mas não é. O novo mundo em que os alunos viverão no futuro vem demandando habilidades muito mais sofisticadas do que as que hoje logamos desenvolver, como resolução colaborativa de problemas com criatividade e pensamento crítico e sistêmico. Para tanto, cada vez mais, o professor deverá fugir da didática tradicional e ensinar os alunos a serem pensadores autônomos, capazes de formular seus próprios juízos. Assim, ele deixará de ser “um mero fornecedor de aulas”, modelo que ainda persiste em algumas escolas, e será um assegurador de aprendizagens para todos.

Desistir não é uma opção!

CLAUDIA SOSINHO

Professora de física das redes da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e da Fundação de Apoio à Escola Técnica; apaixonada por gente e por transformar gente.

Por uma grande coincidência – ou, como dizem, o acaso não existe –, a inspiração para escrever meu artigo em resposta ao questionamento de por que o professor é uma peça-chave para a melhoria da qualidade da Educação veio por meio de uma mensagem recebida do Denis, hoje estudante de engenharia e ex-aluno de uma das redes públicas em que leciono: “Professora, tenho o sonho de incentivar e poder mudar a vida das pessoas assim como a senhora mudou a minha. Hoje enxergo o mundo de forma diferente! Graças à senhora, que nos orientava e falava que poderíamos fazer mais e vencer na vida. Era só querer. Hoje me considero um vencedor”.

Professores fazem a diferença, que vai além de ser um mediador do conhecimento. Como desistir do Denis? Como desistir da Laís, que me surpreendeu em um evento de Educação ao dizer que deve seu crescimento pessoal e profissional aos seus professores? Ambos são meus ex-alunos de escola pública. Laís é professora de física, como eu! Um orgulho! A escola pública é forte! Precisamos acreditar e investir nessa instituição! Precisamos investir na profissão docente!

Por isso, **desistir não é uma opção!** Não mesmo! Esse é o meu lema de vida. É a frase que repito insistentemente aos meus alunos quando bate o cansaço, surgem os questionamentos e a vontade de “jogar a toalha”. Não podemos desistir de nós, professores. Porque se desistirmos de nós, desistimos de nossas crianças e jovens, e eles contam conosco para ajudá-los a traçar seus projetos

de vida, como Denis e Laís. Não nos cansemos de repetir: “Você pode ser o que quiser, fazer o que quiser, porque é capaz e estou aqui ao seu lado para te ajudar!”.

Sempre falo de minha profissão com muita paixão e já fui questionada por meus alunos por que quis ser professora. Permitam-me contar um pouco dessa parte da minha história. Sou professora de física há 32 anos, profissão que escolhi desde que me entendo por gente e que considero condição essencial para a formação de qualquer profissional de excelência. Querer ser! Eu escolhi ser educadora! Nas histórias que minha mãe contava, enfileirava minhas bonecas e “ensinava-as” a escrever, chamava “atenção” quando não se concentravam na aula, tal como a minha professora fazia. Aí começou o meu encantamento pela profissão. Mas que matéria eu lecionaria? Então, iniciei o Ensino Médio, fui conquistada pelas aulas de física de um magnífico professor e **pensei: vou estudar física, ser professora e provocar a mesma magia em meus alunos, a de encantá-los com a minha disciplina.** Assim começou a minha relação com essa profissão mágica e tão especial. Professores inspiram! Professores são transformadores de vidas! Você acha um exagero? Mas é assim que penso a Educação. É assim que penso a minha profissão!

E quero mais! Quero ser valorizada pelos meus alunos, mas também pela sociedade, pelos governantes. É indiscutível que a melhoria da Educação brasileira passa pela valorização e pelo investimento na profissão docente. É óbvio, não é? Estamos na linha de frente e, como é comum dizer, “no chão” da escola para fazer acontecerem as boas práticas. Estamos na linha de frente para ajudar aqueles que considero filhos de coração, que, ao longo dos anos, ganhamos de nossa profissão, a fazer escolhas e concretizar sonhos. Então, por que precisamos todo o tempo levantar essa bandeira e acenar para uma sociedade que não nos enxerga dessa maneira? Precisamos de políticas públicas educacionais reais, que passam pela progressão financeira na carreira, pela qualificação do docente, pelo cuidado emocional, além da valorização da infraestrutura de nossas unidades escolares. Agora, é agir! Virar a chave para uma Educação do século 21, em que a formação humana de nossas crianças e jovens produza mais jovens como Denis e Laís.

Minha defesa por uma Educação que emancipe: a trajetória profissional que se tornou causa

CLECIANE ALVES

Professora licenciada em letras – português pela Universidade Federal de Sergipe e especialista em alfabetização e letramento. Uma sergipana que escolheu a Educação como causa.

Sob uma perspectiva histórica da minha vida profissional, princípio confessando que sou uma professora de raízes rurais, fruto de escola pública, multisseriada e de ensino noturno. Após o término da minha graduação em letras (português), lecionei na escola em que estudei durante a minha infância. Meu retorno foi carregado de muita esperança, sobretudo, daquela que provém do verbo esperar, conforme nos alertava um dos grandes educadores brasileiros, Paulo Freire. Foi emocionante participar do processo formativo de jovens que simbolizavam a minha pessoa; daquele lugar, eu insistia que a Educação seria o melhor caminho; de lá, eu esbanjava que eles precisavam sonhar mais; lá, o meu planejamento estava para além da prática de memorizar “regrinhas”. Por isso, a minha intenção era encontrar na escola possibilidades para que aqueles jovens pudessem realizar intervenção nas suas realidades.

Passaram-se os anos e a menina do Curralinho (o meu povoado) tornou-se professora do quadro efetivo do magistério da rede estadual. Tive a grandiosa oportunidade de estar no centro, a sala de aula

(ela não é a ponta, parem com isso, por favor!). Nela eu estou, nela estão o cheiro, as cores, as falas, os gritos, os abraços... Tudo nela é contagiante; é nela que eu digo aos meus alunos que eles podem ir para além do imaginado; nela eu vejo a pedagogia da autonomia de Paulo Freire se materializar. Desse lugar de fala, de professora do Ensino Médio em tempo integral, eu consigo enxergar as palavras da grande professora e escritora Geni Guimarães, quando acompanhei uma matéria acerca da sua pessoa no portal Escrevendo o Futuro: “É dar visibilidade ao meu apreço pela liberdade”.

Assegurada na defesa de trajetória profissional que defenda a Educação como o caminho para emancipação e democratização das realidades foi o que me fez seguir a docência, vivê-la, senti-la e, por meio dela, agir para que, muito mais do que ler palavras, os estudantes possam protagonizar as suas histórias, buscando soluções para os problemas coletivos com autonomia, solidariedade e competência. Contudo, a consciência e defesa de um ensino alicerçado nessa realidade exigem que se lance um olhar mais compassivo e aproximado para o professor que está na regência e, muitas vezes, vivendo o que popularmente se concebe como “solidão pedagógica”. Sendo assim, é urgente que se reavaliem as concepções e práticas pedagógicas na busca pela superação dos descompassos.

As avaliações, em larga escala, têm evidenciado a importância de práticas pedagógicas que priorizem a ampliação do repertório sociocultural dos educandos, alargando os seus vocabulários, de maneira que a escola colabore para o aprendizado em suas diferentes instâncias. À medida que se demandam habilidades mais sofisticadas dos alunos, considerando que a BNCC¹ está embasada no que propõe a Taxonomia de Bloom: a escola deve formar os seus estudantes para que articulem ideias, exercitem o pensamento e caminhem rumo à emancipação. Graciliano Ramos, em *Vidas Secas*, já anunciava: “Difícil pensar. Vivia tão agarrado aos bichos... Nunca viu uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares” (RAMOS, 2008, p. 36). É isso, insistir numa Educação que acolha, inclua, emancipe e refine as consciências.

1. Base Nacional Comum Curricular.

Assim, diante desse espaço social que escolhi para compor a minha trajetória profissional, professora da rede pública de ensino hoje lecionando língua portuguesa e projeto de vida, eu tenho persistido, insistido e defendido um ensino que possibilite repertório aos alunos, que reconheça e cultive a literatura, a partir do seu caráter humanizador, propondo o exercício da reflexão, num processo que plante, regue e faça florescer sonhos. **A minha missão é contribuir para que cada aluno acredite no seu potencial, persista e modifique o seu entorno, sempre pensando no bem comum.** Dar liberdade para que possa atribuir sentido ao que lê no mundo, num processo individual ou coletivo, considerando a importância da colaboração entre os pares nas situações dialogais da sala de aula, conforme prevê a BNCC.

E então: queremos mesmo entender o papel dos professores?

CLEUZA RODRIGUES REPULHO

Diretora de relações institucionais do Instituto Gesto, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime Nacional) e ex-secretária de Educação de Santo André e São Bernardo do Campo (SP), é mestra em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade Mackenzie.

O século 21 começou marcado por inúmeras transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. É nesse cenário que a escola se insere e é dela que se espera não apenas a garantia da aprendizagem das crianças, mas também o trabalho com diferentes temas relevantes para a sociedade – cada vez mais intolerante e excludente –, como a construção da cidadania, a formação integral e até a compreensão de mundo.

A pandemia de covid-19 em 2020 impactou gravemente o cenário educacional dos últimos dois anos. No Brasil, o fechamento das escolas ressaltou, de maneira significativa, a importância fundamental dos professores para a formação e a aprendizagem de nossas crianças, além de evidenciar o papel social da instituição. Sem eles, toda e qualquer discussão que envolva a melhoria da qualidade educacional fica comprometida.

A profissionalização docente e o reconhecimento desse papel fundamental passam pela formação inicial dos professores e pela valorização da carreira. Um passo importante foi a criação do

Fundeb¹, que destina recursos especificamente para o pagamento dos professores. Essa é uma política pública consolidada, mas que ainda não se tornou realidade em muitas redes de ensino, que não cumprem com o pagamento do piso, outro instrumento fundamental para dar efetividade às políticas públicas.

Além disso, ainda é necessário o reconhecimento do professor e quatro aspectos merecem nossa atenção para que sua valorização se concretize.

1. Dificuldade em preencher as vagas necessárias de professores para atender à demanda das escolas.
2. Dificuldade em atrair para a carreira docente um número maior de alunos concluintes do Ensino Médio.
3. Preocupação com a imagem e o *status* da carreira docente e a consequente desvalorização pelo trabalho realizado.
4. Baixa remuneração inicial para os recém-formados.

Dados do Censo apontam que a ausência de professores com formação em licenciatura ainda é uma realidade em vários municípios e estados brasileiros, apesar da LDB² de 1996 já exigir essa formação. Além disso, o Censo do Ensino Superior destaca, com base nos resultados obtidos no Enem³, que o público que hoje busca as licenciaturas apresenta uma formação básica precária. Ou seja, a carreira docente, tão necessária, não é capaz, hoje, de atrair os melhores alunos.

Nesse cenário, a preocupação com a imagem docente e sua valorização fica comprometida, na medida em que a baixa remuneração inicial concretiza a desvalorização, pois o que se espera desse profissional está muito distante do salário que ele recebe.

Se esses desafios já colocam a valorização docente num patamar inquestionável, **devemos também reconhecer que a equidade e as questões raciais também assumem papel fundamental,**

1. Fundo de Desenvolvimento para a Educação Básica.

2. Lei de Diretrizes e Bases.

3. Exame Nacional do Ensino Médio.

pois não há como construir valores e respeito à diversidade no ambiente escolar se o professor estiver inserido em um contexto de desrespeito.

Como afirma Perrenoud⁴, ao defender uma escola que eduque para a cidadania, devemos primeiro reconhecer e valorizar os atores nela envolvidos, pois o papel exercido pelos professores precisa estar atrelado a uma prática concreta, com objetivos claros de respeito, valores democráticos e reconhecimento da profissão.

Se, por um lado, a confiança que o público deposita no “professor” ainda é uma questão presente na cultura brasileira, pois reconhece seu trabalho como desafiador, por outro, as dificuldades com o exercício profissional, amplamente divulgadas pela mídia – casos diários de violência, descaso e desrespeito ao profissional do magistério –, parecem contradizer o lado “nobre” e altruísta da docência.

Por fim, a proposta de implantação de uma avaliação nacional docente deve ser discutida e valorizada, na medida em que será capaz de acompanhar a formação docente – inicial e continuada – e, principalmente, ser mais um instrumento para o reconhecimento e a valorização do profissional.

4. ALTET, M.; PAQUAY, L.; PERRENOUD, Ph. (dir.). *A profissionalização dos formadores de professores*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2003.

O juramento de Paulo Freire

DANIEL SANTOS

*Professor doutor em economia da Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão Preto.
Doutor em economia pela Universidade de Chicago, mestre em economia pela Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro, graduado em economia pela USP.*

“Eu juro, por Apolo médico, por Esculápio, Hígia e Panacea, cumprir a promessa que se segue: Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. Em toda casa, aí entrarei para o bem dos doentes, mantendo-me longe de todo o dano voluntário. Se eu cumprir este juramento com fidelidade, que me seja dado gozar felizmente da vida e da minha profissão, honrado para sempre entre os homens.” (Hipócrates, século 5º).

Dentre as diversas mudanças marcantes na Educação no período recente, três aspectos me parecem destacar-se especialmente. Em primeiro lugar, **é nítido que a escola vem sendo convidada a assumir papéis novos, seja pela maior complexidade da realidade contemporânea ou pelo maior sentimento de impotência das famílias para preparar seus filhos para a vida adulta.** Não por acaso, é frequente no debate a ênfase em termos como “desenvolvimento integral”, “competências gerais” ou “habilidades socioemocionais”.

Em segundo lugar, é também visível que a forma como a Educação tradicionalmente se adaptou a essas mudanças, por um lado mantendo um formato expositivo e com o estudante recebendo o conhecimento de maneira passiva, e, por outro, acrescentando novos componentes curriculares e expandindo a jornada letiva, redundou em um ambiente carente de significado e pro-

tagonismo para o jovem. Iniciativas como o novo Ensino Médio e a explicitação cada vez maior em documentos oficiais de que o estudante precisa estar no centro do processo de aprendizagem refletem em algum grau a preocupação com uma mudança na estratégia pedagógica que promova engajamento do aprendente com seu processo de aprendizagem.

Finalmente, em um ambiente heterogêneo como é nosso típico contexto escolar, a possibilidade de que um trabalho pedagógico coletivo seja bem sucedido sem alguma individualização da atenção e do respeito aos ritmos parece remota.

Se essas premissas estiverem corretas, me parece impossível construir um sistema educacional que atenda às demandas e tendências colocadas pelo atual contexto sem investir pesadamente tanto na formação quanto na ressignificação da carreira docente. Há entre nós aqueles que partem do princípio de que em praticamente todos os países do mundo é cada vez mais difícil atrair as melhores cabeças para o magistério, que o tamanho e a complexidade das redes de ensino dificultam a elaboração de planos de carreira atraentes, e de que, portanto, o melhor que podemos fazer é criar materiais pedagógicos que cada vez mais possam ser implementados por profissionais com qualquer qualificação e sem necessariamente ter vínculos sólidos e estáveis com a comunidade escolar.

Tomado como verdade, é consequência lógica desse ponto de vista o baixo investimento em seleção e formação de educadores e o convívio com elevadas taxas de rotatividade. Sem autonomia e carentes eles mesmos de significado na profissão, os professores acabam por se identificar como funcionários públicos contratados para seguir um roteiro preestabelecido e não como responsáveis principais pela parceria com crianças e jovens em seus processos de desenvolvimento e aprendizagem. Em tempos de covid-19, essa postura tornou-se evidente quando vieram da categoria as maiores reações ao retorno presencial, com o foco pleno da discussão na preservação da saúde dos professores e praticamente nenhuma proposta para lidar com as perdas de aprendizagem dos alunos.

Mas o que está errado com esse raciocínio? A meu ver, o formato descrito acima, que é hoje mais regra do que exceção, vai

justamente na contramão das tendências de ampliação curricular, protagonismo estudantil e individualização de percursos que hoje me parecem irrevogáveis. O único caminho possível é investir na formação do professor, para que ele esteja apto a construir sua proposta pedagógica baseada nas especificidades e necessidades da turma, tanto em termos de conhecimentos e competências a serem trabalhados quanto para se tornar um parceiro do processo de desenvolvimento. De outro lado, é trazer para a carreira docente o mesmo tipo de compromisso com o objetivo final de sua atividade – o preparo das futuras gerações para os desafios que as aguardam – que outras carreiras possuem, como o juramento de Hipócrates dos médicos. Esse compromisso termina no ponto final do livro-texto.

Profissão professor – a ponte para o desenvolvimento

DÁRIO BERGER

Senador por Santa Catarina.

Se há uma evidência histórica que resume a insatisfação dos brasileiros com o nível de bem-estar social por nós usufruído é a diferença que existe entre, por um lado, o potencial do Brasil e, por outro lado, o lugar que nosso país ocupa em termos de desenvolvimento socioeconômico no conjunto das nações. É recorrente escutarmos, no contato com estrangeiros, que o Brasil tem tudo. E, de fato, tem. É um país de tamanho continental, com terras férteis, clima ameno na maior parte do território, litoral extenso, recursos naturais abundantes, autossuficiência energética, densidade industrial razoável, agropecuária pujante e competitiva, e mercado interno enorme. Um país que conta com um povo empreendedor e criativo que é unido por um mesmo idioma e que partilha valores, na maior parte das vezes, comuns. O que nos falta, então, para transformar tantos requisitos potenciais em bem-estar e prosperidade maiores?

Em uma palavra, eu diria que é conhecimento organizado. Organizado em que sentido? Organizado no sentido da extensão, ao conjunto do povo brasileiro, de ferramentas intelectuais eficazes. Tais ferramentas intelectuais devem ser incorporadas pelos indivíduos em diversos níveis de complexidade, a depender das oportunidades, dos talentos e dos esforços de cada um. Isso, para alargar sua visão de mundo e para aumentar sua capacidade produtiva, de modo a gerar renda e bem-estar para si e para sua família. **A soma do aumento das capacidades individuais leva ao aumento geral de desenvolvimento socioeconômico da nação.**

É aqui que entra a Educação de qualidade, e é aqui que entram seus agentes principais, os professores brasileiros.

Refiro-me, em especial, aos professores da rede de ensino básica, aquela que abrange o Ensino Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O Ensino Superior segue uma lógica própria, e nele dispomos de centros de qualidade em número razoável, mas é no ensino básico que se concentra o desafio de trazer ao nosso povo os benefícios da modernidade por meio da Educação. Um povo que conta com boa Educação formal, como atesta o exemplo de várias nações ao longo da história, dá adeus à pobreza de modo definitivo. Gastam-se toneladas de papel e uma infinidade de horas em encontros e em congressos para discutir os rumos da Educação Básica no Brasil, mas a fórmula do êxito, nesse campo, é desconcertantemente simples.

A Educação Básica de qualidade, tão almejada por nós e ainda tão distante de nós, baseia-se em quatro pilares: currículo, material de ensino, avaliação e... professores! para definir o que ensinar. Aqui, avanço a convicção de que o ensino do povo deve ter conteúdo prático que faça sentido na vida do educando e seja um instrumento para a ascensão social. É isso que o povo quer. Material de ensino, para permitir o entendimento autônomo da matéria ensinada e estimular a prática do autodidatismo. Avaliação, para comprovar a eficiência dos métodos e da administração de ensino, para identificar obstáculos e para encaminhar correções. Nada disso, porém, funciona, sem a presença decisiva dos professores como agentes formadores, transmissores e facilitadores do conhecimento. Eles são, sem a menor dúvida, o elemento essencial que vivifica o bom currículo e o bom material de ensino, e que faz ser possível conquistar uma boa avaliação do sistema.

Portanto, toda a ênfase deve ser dada à boa formação dos professores, que, infelizmente, não tem sido satisfatória no Brasil, e ao aumento possível de uma remuneração que seja proporcional ao esforço e à responsabilidade deles e que possa atrair os melhores quadros para a profissão. Os professores sempre foram e continuarão a ser o fiel da balança que, um dia, para a felicidade de todos os brasileiros, há de marcar o equilíbrio entre o prato das potencialidades imensas de nosso país e o prato da efetiva realização do desenvolvimento sem pobreza a que aspiramos.

Desafios e novos caminhos para a construção do professor integral

DAVID SAAD

Diretor-presidente do Instituto Natura desde 2015, é formado em engenharia de produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com MBA em gestão executiva pelo Insper.

MARIA SLEMENSON

Gestora do Instituto Natura desde 2012, é formada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestra em Educação pela mesma instituição.

A Educação é transformadora. É capaz de mobilizar estruturas para que o mundo seja mais justo, próspero e solidário. Para potencializar esse papel transformador da Educação, é preciso estar atento para as condições dos agentes que a promovem.

Formadora de outras profissões, a carreira docente demanda uma atuação criativa, o aprendizado constante e o desenvolvimento de novas práticas de ensino. Entretanto, todas essas qualidades podem ficar comprometidas se, dentre outras coisas, as condições de trabalho forem precárias. É comum, no contexto brasileiro, que professores atuem em duas ou mais escolas – situação de 42% dos docentes do Ensino Médio, de acordo com o Censo Escolar –, às vezes lecionam para 150 alunos ou mais por ano – caso de 77% dos educadores desse segmento, também segundo o Censo.

Além das horas-aula, o professor precisa dedicar tempo para planejar, avaliar e se atualizar, o que, diante da sobrecarga de au-

las, provavelmente faz com que esses docentes tenham que encontrar tempo para isso fora do horário de trabalho. Em linhas gerais, hoje observamos que as condições concretas para o exercício da docência estão em desacordo com um projeto de país que precisa da Educação para dar seu salto e, finalmente, encontrar seu futuro. Em um campo de poucos consensos como o da Educação, uma evidência tem aparecido recorrentemente: entre todas as características que podem impactar a qualidade do ensino e da aprendizagem, um bom professor é a mais indispensável.

Embora observemos condições desafiadoras para o exercício da docência, há também algumas mudanças em curso – a atualização da formação inicial, o reforço da formação em serviço, a estruturação de planos de carreira e a recuperação salarial via lei do piso. Uma das transformações, em específico, talvez indique – e aqui não exageramos – uma revolução no significado de “ser professor”. O Ensino Médio Integral tem mostrado que é possível conjugar a valorização docente com uma proposta metodológica e curricular que, na prática, aponta para uma transformação profunda do próprio processo de ensino e aprendizagem.

É animador que a mudança esteja ocorrendo justamente no Ensino Médio. Trata-se da etapa da Educação Básica que necessita de atenção mais urgente. De acordo com a Pnad Contínua¹ de 2018, cerca de quatro em cada dez jovens de 19 anos não haviam concluído a Educação Básica. Entre os que se formam, 69% não aprendem o adequado em língua portuguesa, e 95% saem sem saber o esperado em matemática, conforme o Saeb² de 2019.

O papel do professor é essencial, pois ele é a ponte entre as políticas públicas e o aluno. Acolhimento, projeto de vida, protagonismo juvenil, disciplinas eletivas, aprendizagem na prática, orientações de estudo e tutoria são os pilares de uma nova proposta que visa a formação integral dos estudantes com uma pedagogia multidimensional capaz de dialogar com a realidade dos

1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

2. Sistema de Avaliação do Ensino Básico.

jovens. Essa experiência só é possível com e pelos professores.

A lógica de colocar o aluno no centro do processo educativo se cumpre quando também o docente é colocado no centro dos esforços da política pública. Estamos falando de um contexto em que o professor recebe apoio constante para ressignificar, aperfeiçoar e qualificar a sua prática. Entram em cena as metodologias ativas e o incentivo à autonomia, além de oportunidades para aprimorar tanto o conhecimento acadêmico quanto a didática nas disciplinas específicas. Os currículos ajustados às necessidades do Ensino Médio e da BNCC³ são outro ponto de sustentação. O docente precisa ter maior clareza das competências esperadas dos alunos, dos resultados para cada momento do processo de escolarização e, principalmente, das estratégias para chegar lá.

Um professor exausto certamente terá menos energia para lecionar com qualidade. Uma carga horária de 40 horas deveria garantir a todos os professores um salário adequado, a fixação em uma única instituição de ensino e o tempo para planejar e avaliar, participar de projetos interdisciplinares e fortalecer conexões com os alunos e a comunidade. A jornada ampliada propicia ao professor melhores condições para planejar as ações em sala e, também, múltiplas oportunidades de contato com os alunos e com a comunidade escolar.

Para exemplificar, destaca-se mais uma vez a experiência do Ensino Médio Integral, que contempla uma série dessas medidas e que comprovadamente beneficia os professores justamente por oferecer-lhes tempo para planejar atividades. Ter uma proposta que na prática contribui para melhorar seu desempenho e, conseqüentemente, a qualidade da Educação, nos dá um horizonte de que é possível desenhar políticas públicas que viabilizem o bom exercício da docência.

Uma pesquisa⁴ do Instituto Sonho Grande realizada em 2020 sinalizou maior satisfação dos docentes do integral nos seis in-

3. Base Nacional Comum Curricular.

4. INSTITUTO SONHO GRANDE. *Percepções e satisfação dos professores em Pernambuco*, ago. 2020. Disponível em: <https://www.sonhogrande.org/storage/pesquisa-em-educacao-percepcoes-e-satisfacaodos-professores-em-pernambuco.pdf>.

indicadores analisados (satisfação com a carreira, valorização profissional, condições de trabalho, prática pedagógica, formações e relação com a comunidade) em comparação com as escolas de turno parcial.

Para além desses indicadores mapeados, salário digno, formação, materiais adequados, matriz curricular estruturada e infraestrutura: eis as condições para um professor, de fato, integral. As experiências do Ensino Médio Integral têm mostrado que é possível ir além do sonho da carreira docente valorizada e torná-la real.

Professores, os transformadores da Educação

DÉBORA GAROFALO

Coordenadora do Centro de Inovação da Educação Básica Paulista da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo e integrante da comissão de direitos humanos da cidade de São Paulo. Primeira mulher e primeira sul-americana a ser considerada uma das dez melhores professoras do mundo pelo Global Teacher Prize, é mestra em Educação.

Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire¹

Assim como é essencial termos altas expectativas em relação a nossos estudantes, é fundamental também cultivarmos essas mesmas expectativas nos nossos professores, que, de fato, têm transformado a Educação brasileira.

A Varkey Foundation², organizadora do Global Teacher Prize, realizou, em 2018, um estudo mundial no qual o Brasil se destacou como país com menor valorização dos professores. Segundo o Censo Escolar, temos 2,2 milhões de pessoas que exercem essa profissão na Educação Básica, sendo 63% no Ensino Fundamental e 83% com Ensino Superior completo (concentrados no Ensino Médio)³. As mulheres são maioria em todas as etapas; também

1. FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 67.

2. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-n%C3%B3s-fazemos/pesquisa/%C3%ADndice-global-de-status-do-professor>.

3. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/disponiveis-os-resultados-finais-do-censo-escolar-2020>.

merece atenção o indicador de regularidade do docente (IRD), que mostra que 45,8% dos professores permanecem na mesma escola. Vale pontuar que, quanto mais tempo o profissional permanece no quadro funcional de uma instituição, melhor conhece a escola e mais contribui na relação com os alunos e a comunidade.

Esses dados são importantes para compreendermos que se queremos a transformação da Educação, é preciso contemplar a valorização docente. Os desafios não tangem apenas a aspectos salariais, mas de formação inicial e continuada e de compreensão da Educação brasileira como pilar da sociedade que demanda investimentos de infraestrutura e melhores condições de trabalho.

Ao dialogar com professores pelo país, muitos dizem que não se sentem preparados para atuar em sala de aula, seja por não terem recebido uma formação adequada, seja por não terem o mínimo necessário para realizar o trabalho pedagógico, ou mesmo por não conseguirem tempo para vencer as burocracias do processo administrativo e melhor gerir a sala de aula. Elevar o patamar de qualidade e de atuação profissional docente exige ações em diferentes frentes.

Formação inicial e continuada. É necessário modificar a formação inicial e continuada, priorizando a prática e as tendências inovadoras como metodologias ativas, cultura *maker*, cultura digital e pensamento computacional. No Chile, já é adotada uma residência pedagógica, em que o docente convive de perto durante sua formação com as dificuldades da sala de aula, sendo preparado para situações futuras por profissionais mais experientes. Nos Estados Unidos, há estágio em escolas de excelência, para aprender a lidar na prática com dificuldades, sendo que para isso existe uma grande parceria com as universidades. Olhar esses exemplos é essencial para compreender que temos caminhos viáveis a seguir para a realização do investimento necessário na prática docente. Nesse sentido, vale destacar, como mencionado antes, que ainda temos uma parcela de 17% dos nossos professores que precisam ingressar no Ensino Superior.

Fazer pedagógico. Outra dor é o fazer pedagógico relacionado à infraestrutura das unidades escolares, que apresentam dados alarmantes. Merecem destaque a ausência de área verde, quadra

poliesportiva, laboratórios de ciências, saneamento básico, dentre outros aspectos que impactam diretamente a aprendizagem, como quantidade de estudantes por sala, atribuições da profissão, preenchimento do diário de classe de maneira analógica, horário coletivo de estudos e reuniões pedagógicas, que necessitam de investimentos.

Superação da solidão docente. Para combater esse sentimento, é necessária uma grande reforma administrativa, garantido mais tempo de estudo e troca entre professores.

Plano de carreira e salário. Ainda não temos no país um plano de carreira e salário atrativos. Outros problemas são burocracia para mudança de faixas e relatos de morosidade para evolução na carreira, além de um dos piores pisos salariais do mundo (apesar de recentemente ter sido anunciado o reajuste de 33%). Segundo a OCDE⁴, professores brasileiros, mesmo os do nível superior, têm uma remuneração 46,4% inferior em relação à média mundial, com um piso salarial muito defasado em comparação com as 37 nações do bloco⁵.

Desprestígio da carreira. Professores não se sentem confortáveis em permanecer na profissão por não terem apoio das famílias, dentro do território educativo e da própria sociedade.

O Brasil se tornou fabricante de vacinas para combater a covid-19; agora é preciso reunir esforços para priorizar e transformar a Educação. O caminho passa pelo trabalho coletivo, escuta ativa, investimentos relevantes e aposta na Educação como força transformadora da sociedade. Precisamos discutir a partir da crise: como não termos um processo educativo isolado, mas sim qualificado, igualitário, comprometido com a aprendizagem e com políticas factíveis, com os professores como protagonistas.

4. Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico.

5. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/b35a14e5-en/index.html?itemId=/content/publication/b35a14e5-en>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. *Ofício de mestre*. Imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BARROSO, J. *O estudo da escola*. Porto: Porto Editora, 1996.
- BILAC, O. Via Láctea – Soneto XIII. In: NICOLA, J. *Literatura brasileira: das origens aos nossos dias*. São Paulo: Scipione, 1986.
- CAMPOS, S.; PESSOA, V. I. F. Discutindo a formação de professoras e professores com Donald Schön. In: GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. (org.). *Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998.
- CANÁRIO, R. Os estudos sobre a escola: problemas e perspectivas. In: BARROSO, J. (org.). *O estudo da escola*. Porto: Porto, 1996.
- CANDAU, V. *Novos rumos da licenciatura*. Brasília: INEP/PUC/RJ, 1987.
- FAINGOLD, N. De estagiário a especialista: construir as competências profissionais. In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, E. (org.). *Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?* Porto Alegre: Artmed, 2001.

Afinal, quem quer ensinar?

DIEGO CALEGARI

Secretário Municipal de Educação de Joinville (SC).

Pesquisas no Brasil e no mundo mostram que a presença de professores preparados e motivados é a variável mais importante para a qualidade de qualquer sistema educacional. Nesse sentido, não há como discutir estratégias de melhoria da Educação brasileira que não coloquem o professor no centro de suas preocupações.

A falta de professores em quantidade e qualidade suficientes é uma realidade conhecida e que tem como origem diversos problemas na “cadeia” de formação de futuros docentes. Entre eles, elenco um que considero dos mais relevantes, urgentes e desafiadores para os futuros gestores da Educação: a baixa atratividade da profissão docente.

Apesar da remuneração média dos professores ter evoluído muito nos últimos anos – resultado de políticas como o Fundeb¹ e a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério (Lei nº 11.738/2008) – pesquisas mostram que apenas um em cada 20 estudantes de Ensino Médio querem ser professores, número muito inferior ao dos países com as melhores notas no Pisa da OCDE². Não à toa: segundo levantamento realizado pela Varkey Foundation em 2018, o nível de prestígio da profissão docente no Brasil é o menor do mundo³.

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

2. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

3. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-n%C3%B3s-fazemos/pesquisa/%C3%ADndice-global-de-status-do-professor>.

Dado o baixo interesse dos jovens pela profissão, não surpreende que 70% dos ingressantes no curso de pedagogia em 2018 tenham obtido notas abaixo da média geral no Enem⁴ e que, destes, quase 30% obtiveram notas inferiores ao mínimo necessário (450 pontos) para obter um certificado de conclusão do Ensino Médio até 2017.

Trocando em miúdos: atraímos os jovens com pior desempenho acadêmico na Educação Básica para retornarem às salas de aula como professores. Como é possível mudar o quadro catastrófico de baixa qualidade da Educação brasileira quando estamos recrutando para a profissão docente justamente aqueles que tiveram acesso a uma Educação Básica de má qualidade?

Aqui não se trata de elitizar a profissão docente ou de dizer que apenas os melhores alunos tenham condições de se tornarem bons professores. Trata-se de reconhecer fatos, comprovados por diversas pesquisas: alunos com melhores resultados na escola têm mais chance de se tornarem bons professores no futuro. Portanto, enquanto não conseguirmos tornar a docência atrativa aos olhos de boa parte dos nossos melhores talentos, dificilmente faremos com que a qualidade da Educação brasileira dê o salto de que precisa. Dentre as muitas ações necessárias para que isso aconteça, elenco a seguir algumas que me parecem as mais urgentes e necessárias.

Primeiro, alterar os mecanismos de credenciamento e avaliação dos cursos de licenciatura, induzindo-os a serem mais práticos e conectados com a realidade da sala de aula, em consonância com o que já preconiza a nova BNC-Formação⁵. Segundo, criar um sistema de incentivos com bolsas de estudo para atrair e manter os melhores talentos do Ensino Médio em cursos de licenciatura credenciados e habilitados. Isso estimulará os alunos com as melhores notas no Enem a seguirem a profissão docente e se formarem em boas instituições de ensino.

4. Exame Nacional do Ensino Médio.

5. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Terceiro, criar um Exame Nacional da Docência e torná-lo obrigatório para candidatos a concursos em redes públicas de ensino, qualificando os processos de seleção de docentes e trazendo maior credibilidade para a profissão como um todo. Por fim, criar uma campanha permanente e de amplitude nacional de valorização da profissão docente, desconstruindo o estigma negativo que a docência ainda tem e reforçando sua contribuição inestimável para o desenvolvimento econômico e social do país como um todo.

É evidente que essas medidas só serão eficazes se contidas num rol mais abrangente de mudanças na Educação brasileira. Não obstante, elas apontam para uma realidade que precisa ser encarada de frente: nenhum país do mundo levou sua Educação a níveis de excelência sem tornar a docência uma profissão reconhecida, valorizada e desejada. Será diferente com o Brasil?

A importância dos professores brasileiros

DOANI EMANUELA BERTAN

Uma das dez finalistas do Global Teacher Prize 2020, é pós-graduada em Educação Especial, Língua Brasileira de Sinais (Libras), psicopedagogia e prática e interpretação de Libras avançada com ênfase na elaboração de material didático bilíngue português/Libras. É também professora em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de Campinas (SP), onde conduz a alfabetização bilíngue em Libras e português, nos anos iniciais e finais.

Será que a cultura do “meu direito”, tão valorizada e merecidamente reconhecida em nossa sociedade, deve adentrar as nossas escolas sem nenhum crivo por parte dos especialistas em Educação? Qual o impacto emocional dela nesse professor que não tem sua *expertise* profissional considerada nas decisões de outrem? Está na hora de conversarmos sobre saúde emocional e os muitos “pratinhos diários” a serem equilibrados por eles, os professores.

Mais uma semana se inicia, todo o alvoroço costumeiro de uma segunda-feira se faz presente na escola, seja na sala dos professores revendo as amigas de trabalho, seja no pátio com as crianças “barulhentas” (caro leitor, este é um adjetivo que uso no sentido de sonoridade, bem como ao tumulto proveniente da agitação infantil. Confesso que amo esses barulhos, sempre me remeteram à comunicação e à interação, por meio das quais a inclusão realmente faz morada).

Soa o sino e crianças, mochilas e professoras rumam em uma bagunça ordenada em direção a suas salas de aula. Caderninhos de recados são colocados na mesa da professora, que olhando atenta a pilha se formar, automaticamente, se preocupa: o tempo do recreio será suficiente para responder a todos? Não tem como re-

mediar. Por vezes, somos agraciadas com o superpoder de fazer o tempo render. Não adianta nos perguntar como fazemos isso, tampouco nos ensinaram na faculdade, acredito que essa mágica advém do senso de responsabilidade.

A aula transcorre normalmente, com amores e dissabores. O sino toca, crianças livres para brincar na hora tão aguardada pelos pequenos, a professora às pressas engole mais uma xícara de café, com a caneta na mão e o carimbo sob a mesa, começa a ler um a um os recados dos cadernos.

“Professora, não quero que o meu filho aprenda sobre o folclore, o pastor da minha igreja falou que isso é coisa do demônio...”

“Professora, a minha filha precisa de um cuidador em tempo integral ao lado dela na sala, vou acionar o Ministério Público...”

“O meu neto quebrou os óculos jogando bola. Marquei consulta no postinho para daqui dois meses...”

“Professora, não participei da reunião porque fiz hora-extra no trabalho. A senhora poderia me atender na próxima quinta-feira?” Antes aflita, agora agraciada, pensa consigo mesma: “Enfim um recado que poderei responder sozinha”.

Com a pilha de cadernos em mãos, corre, no mais literal da palavra, para a sala da gestora. Esbaforida, encontra com a diretora no corredor, também ofegante. Enquanto ajeita os óculos tenta rapidamente expor os conteúdos dos cadernos. “Professora, agora não!” Incansável, a professora insiste: “Eu sei, senhora diretora, mas é que preciso responder a essas famílias. Adianto-lhe que são assuntos delicados”. Direta, como a flecha de um habilidoso arqueiro, a diretora dispara: “Todo assunto na escola é delicado, você já deveria ter se acostumado com isso”.

Desapontada e sem forças para insistir, se direciona para a sala de aula. Nesse instante o sino toca. As crianças retornam do recreio, suadas e sorridentes, estonteantes com os olhinhos brilhando (e como brilham!), cruzam com a professora no corredor. Ao vê-las, a professora desfaz o semblante de impotência por instantes e esboça ali um lindo sorriso – afinal é por elas que está ali!

Não é a minha pretensão apresentar soluções diretas, mas apontamentos para refletirmos diante de realidades diversas. Quando perceberemos a amplitude e a importância da escola na

sociedade atual como agente transformador? Hoje o papel da escola é se fazer pertencente à comunidade e se permitir ser acolhida por ela. Como romper os muros que as separam? Que tal um sistema revigorado com o papel do professor ressignificado perante a sua própria atuação, e, ainda, para a sociedade como um todo? Seria de grande valia que demais setores como a saúde, a assistência social e a área jurídica efetivassem parcerias assertivas com o professorado visando o bem-estar do estudante. **Respaldo – não seria essa palavra a que falta para a saúde emocional dos professores brasileiros?**

Desafios da profissão docente na sociedade do século 21

EDUARDO DESCHAMPS

Professor da Universidade de Blumenau e conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina, foi secretário da Educação do mesmo estado e presidente do Conselho Nacional de Educação.

De todos os atores de um sistema educacional, não se pode deixar de reconhecer que os professores possuem o papel mais relevante nos resultados do processo de ensino-aprendizagem. Assim, um olhar mais apurado para as condições de sua atuação precisa ocupar lugar de destaque na definição das políticas públicas voltadas para a melhoria do sistema educacional brasileiro.

Vários são os desafios a serem superados no caminho de garantir uma atuação efetiva e inspiradora dos docentes junto aos estudantes, passando por uma formação conectada com as demandas do século 21 e uma carreira que incentive seu desenvolvimento integral. Além disso, não pode ser esquecido que a valorização da profissão docente por meio de remuneração e condições de trabalho adequadas tem influência na atração de bons candidatos a atuar na formação de nossas crianças e adolescentes. Além desses fatores estruturais, juntam-se questões como o uso de novas tecnologias e as mudanças comportamentais das novas gerações.

Ou seja, também na questão dos docentes, a melhoria da Educação brasileira passa por superar deficiências históricas de carreiras, remuneração e condições de trabalho deficientes, e realizar a adaptação da profissão às novas demandas de uma sociedade digital.

Ao longo da última década, o marco legal da Educação vem

sendo modificado no sentido de buscar superar esses desafios. Ainda que possam ser identificadas falhas na Lei do Piso Salarial Profissional Nacional para os Profissionais do Magistério (Lei nº 11.738/2008) que dificultam sua plena implementação, é inegável sua contribuição na melhoria da remuneração dos docentes (ainda que não se tenha alcançado a equiparação com outras categorias com nível de escolaridade semelhante).

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma BNC-Formação¹ se tornou um importante documento de referência para orientar quais são as competências necessárias para uma atuação eficaz do professor. Nesse caso, falta, ainda, a adaptação dos currículos dos cursos de licenciatura para que, já na formação inicial, os egressos possam desenvolver as competências necessárias para seu sucesso profissional.

No aspecto das práticas pedagógicas, o estabelecimento da BNCC², ao definir as competências e habilidades essenciais que os estudantes devem desenvolver, auxilia no planejamento das atividades de ensino e, ao mesmo tempo, contribui na construção da equidade educacional. Logicamente, sua implementação exige um maciço esforço de formação continuada para que os resultados possam ser observados, formação esta também necessária para o uso de novas tecnologias.

Uma pesquisa do Instituto Península no início da pandemia de covid-19 apontou um elevado percentual de docentes que não se achavam preparados para o uso de tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que o mesmo percentual dos docentes apontava interesse em se preparar para o seu uso. Ou seja, os professores já identificaram que o processo de ensino-aprendizagem precisa ser modernizado e que, além dos investimentos em infraestrutura tecnológica, a formação dos docentes para o uso dessas tecnologias é fundamental.

Finalmente, é necessário olhar como as novas gerações encaram a jornada escolar. Em que pese ter crescido no Brasil a noção

1. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

2. Base Nacional Comum Curricular.

de que a Educação é um item importante para a mobilidade social, o ambiente escolar é reconhecido por muitos jovens como um ambiente ultrapassado e de pouca motivação. Por conta disso, cresce a necessidade de que os professores dominem aspectos relacionados às competências socioemocionais. Para além das questões cognitivas, a sociedade digital demanda que os estudantes dominem aspectos como autoconhecimento, relacionamento com o outro, capacidade de colaborar, mediação de conflitos e solução de problemas.

Como pode ser observado, **o trabalho docente exige a capacidade de se desenvolver em múltiplas dimensões, sendo que quanto mais preparado estiver o professor mais preparado estará o estudante para enfrentar os desafios que o século 21 impõe para o desenvolvimento sustentável das pessoas e da sociedade.**

Regina e o digital

EDUARDO PARENTE

Presidente do grupo Yduqs, professor da Universidade Estácio de Sá e aluno a distância do curso de formação pedagógica em matemática.

Depois de 25 anos ouvindo falar do quanto a minha professora de matemática do ginásio me influenciou, minha mulher foi capaz de “reconhecê-la” no seu consultório e promover um reencontro entre nós. Foi muito emocionante encontrar a Regina depois de 40 anos. Por causa dela, eu queria ser professor de matemática. Pelas diversas razões precisamente ilustradas no imperdível estudo “Atratividade da carreira docente no Brasil”, do Instituto Península¹, não sou (ainda).

Hoje sou professor de calouros na área de gestão em uma das instituições de ensino que dirijo. Nela, três em cada quatro alunos vêm do sistema público e têm pais que foram no máximo até o Ensino Médio. Metade é de pessoas negras. Testemunho semanalmente as lacunas do nosso Ensino Médio e da capacidade de superação desses estudantes. Tenho a convicção de que nada teria maior impacto na qualidade do Ensino Superior do que receber alunos mais bem preparados. Investimos um bom tempo no primeiro ano reforçando conceitos matemáticos e de interpretação de texto. Estamos ainda longe do que seria necessário.

Nosso posicionamento no ensino digital também nos permite acompanhar de perto a transição, nos últimos anos, dos alunos de licenciatura e pedagogia dos cursos presenciais para o Ensino a Distância (EaD). Esse efeito está em linha com o estudo a que me referi, que aponta que a maior parte dos interessados em se

1. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Pesquisa-atratividade-2021.pdf>.

tornar professores vem de famílias de menor renda. Com a perda da possibilidade do financiamento público, em 2015, tivemos uma significativa migração entre modalidades. Uma segunda onda de crescimento de matrículas em EaD ocorreu com pessoas que passaram a vislumbrar uma possibilidade de segunda graduação, buscando retomar um sonho postergado ou aumentar a renda. A terceira onda veio com a interiorização dos polos – estamos em 1.300 cidades, sendo que a menor delas tem 2,6 mil habitantes.

Um grande número dessas pessoas preferiria estudar presencialmente, se tivessem a oportunidade de escolher. A pandemia nos lembrou do valor do contato e da proximidade, mas também nos mostrou o quanto a tecnologia pode fazer por nós. Nossos alunos já vinham achando caminhos, perseguindo seus sonhos e se desenvolvendo apesar das dificuldades. No caso das licenciaturas, especificamente, muitos são autodidatas que já dão aula em todas as regiões do Brasil, e o acesso que eles têm ao conhecimento se dá por meio da tecnologia. O EaD é uma maravilhosa ferramenta de acesso. Com qualidade.

Não há dúvida de que temos de melhorar muito a formação dos docentes – antes do ingresso, no início e ao longo de suas carreiras. A formação complementar precisa incluir um componente digital, sob o risco de não chegarmos a uma fatia relevante dos 2,2 milhões de professores que o país tem hoje na Educação Básica. É razoável assumir que os que mais necessitam dela são os que estão mais distantes e têm menor acesso. Microcertificações (voluntárias!) com conteúdo engajador e qualidade podem ser uma grande ferramenta de apoio para estados e prefeituras.

Outro ponto em que o mundo digital pode ajudar é no apoio ao professor, aos alunos e às famílias, levando conteúdo da BNCC² para todos, nos moldes que os sistemas de ensino da rede privada já fazem. Experiências com jovens e adultos mostram que a utilização (voluntária!) de ferramentas digitais aumenta o tempo de engajamento do aluno, melhora o preparo pré-aula, apoia o professor e facilita o acompanhamento da família.

2. Base Nacional Comum Curricular.

A competição pela atenção dos jovens aumentou muito e as formas e ferramentas de ensinar têm de evoluir também.

Além disso, precisamos que a profissão se torne mais atrativa. Por meio de bolsas privadas ou de financiamento público, podemos tornar essa formação diferenciada – pelo custeio do curso ou pela complementação de renda ao longo da faculdade. O nosso instituto tem uma iniciativa nesse sentido, que começou nos cursos de medicina.

Não acreditamos em restrições regulatórias; vemos sempre as melhorias vindas de incentivos inteligentes e adesões voluntárias. A experiência mostra que, em larga escala, só o que é bom para todo mundo é realmente sustentável. Queremos alunos cada vez mais preparados. Queremos e precisamos, como país, de muitas Reginas – e que muitos possam sentir a alegria que eu tive ao reencontrar uma professora que segue, há 40 anos, sendo minha fonte de inspiração e motivação.

O professor como pilar do desenvolvimento brasileiro

ELIANA NUNES ESTRELA

Secretária de Educação do Ceará, é pedagoga e doutoranda em políticas educacionais na Universidade Estadual do Ceará.

Falar sobre a importância do papel do professor é uma honra para professores e gestores como eu, que enxergo esse profissional como o pilar do avanço e do desenvolvimento da aprendizagem no Brasil. O artigo 205 da Constituição Federal coloca o direito à Educação como dever de todos, direito mínimo garantido para uma vida mais justa e digna:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Apesar da constitucionalidade desse dever entre todos os entes federativos e os diversos atores da sociedade, é o professor quem garante, diariamente, seu alcance de maneira digna e adequada. Sendo assim, uma política nacional de apoio à formação, ao desenvolvimento socioemocional e ao trabalho docente é uma das mais importantes políticas públicas que necessitam ser implementadas no Brasil.

A formação inicial e continuada dos professores, bem como as pós-graduações *stricto* e *lato sensu*, são as lapidações necessárias para os nossos mestres. Investir na formação deles é investir no desenvolvimento das escolas, no fortalecimento dos ambientes de aprendizagem e, por conseguinte, da Educação como um todo.

Como pedagoga, professora e gestora, enxergo no professor um dos principais pilares para o fortalecimento e a garantia do direito à Educação de maneira equânime em nosso país. **Existe um poder transformador, que é a relação de confiança entre alunos e professores nas escolas, e isso precisa ser resguardado e fortalecido.**

O professor é o principal determinante para a garantia da aprendizagem de maneira adequada, na idade certa e com qualidade para o acesso de todos os estudantes. É nele em quem os alunos se inspiram e confiam para desenvolver a vontade de aprender. Muitos até sonham em mudar de vida quando percebem o poder de transformação social que a Educação tem, e quem consegue demonstrar isso nas salas de aula, de forma efetiva e cativante, são os professores.

Em países como Suécia, Canadá e Finlândia, o professor é um dos profissionais mais respeitados socialmente. Os salários dos docentes são equivalentes ao seu nível de importância para o crescimento e desenvolvimento dessas sociedades. Assim deveria ser em todo o planeta, uma vez que todas as profissões passam por aquela que é a mais nobre de todas, a do professor.

O que todos esses países entenderam é que valorizar os professores, com reconhecimento por mérito e melhoria salarial, é o que garante um desenvolvimento econômico promissor. É investindo na Educação que a base é construída, e crianças e jovens recebem o melhor conhecimento que podem na idade adequada, não deixando nenhum aluno fora dos ciclos de oportunidades.

No Brasil, toda a organização dos direitos e deveres foi iniciada com a promulgação da LDB¹ de 1996 e fortalecida com a Lei nº 11.738/2008, que instituiu o piso salarial nacional para os profes-

1. Lei de Diretrizes e Bases.

sionais do magistério público da Educação Básica. Essas duas leis são a garantia da dignificação da profissão docente no Brasil e, a partir do que foi conquistado com elas, as redes devem pensar em ferramentas e estratégias para que o profissional desempenhe sua função da melhor maneira possível.

Muito já se avançou no quesito valorização e oportunidades de formação para os professores em nosso país, mas ainda precisamos de mais em vários aspectos relacionados ao fomento à profissão docente, tanto na pauta salarial como em pontos que vão além dela.

Precisamos implementar políticas públicas nacionais de apoio social e psicológico, garantir instrumentalização adequada que facilite a aquisição de livros e equipamentos tecnológicos, além de conectividade – fator essencial para o trabalho docente, como vimos na pandemia de covid-19. Esses elementos são básicos e imprescindíveis para a realização de um trabalho de qualidade e de maneira digna.

Por fim, gostaria de deixar meu agradecimento a todas e todos que se desafiam constantemente, desenvolvem novas habilidades e encaram desafios com um único objetivo: levar a aprendizagem a cada estudante no país. Vocês fazem que todos acreditem em seus futuros e ainda os ajudam a construí-los. Como professora, pedagoga, secretária, pesquisadora, gestora, mãe e admiradora: muito obrigada!

Docência: uma profissão que desafia limites

FATIMA GAVIOLI

Secretária de Educação de Goiás, é mestre em Educação, pós-graduada em gestão pública pelo Centro de Liderança Pública de São Paulo e doutora em psicologia da Educação na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Nos últimos dois anos (2020 e 2021), o mundo foi acometido pela pandemia de covid-19, que gerou quadros desoladores em todos os âmbitos da sociedade brasileira, com destaque para a Educação. Entendida enquanto processo de construção de conhecimentos e desenvolvimentos de habilidades, a Educação formal foi interrompida involuntariamente. Estudantes foram empurrados a uma disciplina de estudo individualizada, para a qual muitos não possuíam maturidade intelectual. A convivência, os diálogos, os debates e as trocas de experiências necessárias ao aprendizado foram-lhes retiradas.

A suspensão das aulas presenciais para atender à exigência de isolamento social provocou grandes e substanciais mudanças no processo de ensino-aprendizagem. A modalidade do ensino a distância com aulas remotas e, posteriormente, o ensino híbrido se tornaram a resposta imediata para o contexto. Por um lado, a busca de solução para a continuidade do ensino e da aprendizagem em todo o país deu visibilidade a problemas antigos; por outro lado, enalteceu o labor da regência.

A desigualdade social privou milhares de crianças do direito à Educação, seja pela falta de acesso às ferramentas necessárias ao ensino remoto, seja pela evasão provocada pelos desdobramentos

do próprio isolamento social. Evidentemente, a sala de aula é o ponto de encontro das temporalidades desiguais. Essa discrepância conduz ao entendimento de que o universo de bens materiais e de acesso às tecnologias exigidas pelo contexto atual representou um hiato dentro do processo de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, houve mobilização de todas as redes de ensino para atender os estudantes da melhor forma possível, bem como é fato que as secretarias municipais e estaduais de Educação, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), atuaram no sentido de atender os professores oferecendo formação continuada para o trabalho com tecnologias, metodologias ativas, ensino híbrido, uso de plataformas digitais, entre outros. Destarte, os professores realizaram reuniões virtuais para planejamento, adotaram a coordenação e o monitoramento das atividades a distância e reorganizaram ou adaptaram seus planejamentos.

É possível perceber que a carreira docente no século 21 é desafiada pelos problemas sociais, econômicos e políticos, entres que impõem aos professores ações propositivas para revitalizar o ensino e transformar o atual cenário numa realidade que comporte a lógica recíproca da escola/mundo. Todavia, Libâneo¹ denomina o trabalho docente como atividade pedagógica que deve estar a serviço da sociedade por meio do compromisso ético e, sobretudo, social.

A escola é uma instituição de Educação formal com incumbência de promover discussões que possam caracterizar saberes socialmente construídos, na perspectiva de atender as demandas dos problemas sociais que contagiam a cultura juvenil. Sendo assim, **a escola de hoje tem intenção de formar o cidadão crítico e reflexivo capaz de atuar frente às múltiplas demandas da sociedade.**

Uma das profissões de maior nível de complexidade é a docência. Verifica-se que os avanços tecnológicos, a evolução dos currículos e a inovação arquitetônica das escolas, somados aos

1. LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1991, p. 261.

avanços das políticas públicas educacionais, corroboram, mas não são determinantes, para a manutenção da qualidade da Educação brasileira. Frente a todas as transformações ocorridas, o professor é indiscutivelmente quem fomenta e garante o padrão de qualidade da Educação escolar.

Professores, soldados da transformação, vivem um conflito constante entre o anacrônico e o moderno. Costin² categoricamente diz que ser professor não é para amadores. Portanto, para compreender o papel desse profissional em tempos contemporâneos, não basta apenas consultar as leis e diretrizes educacionais, pois seu ofício vai além da teoria.

2. COSTIN, Claudia. *Visão de futuro para a Educação brasileira*. Canal Um Brasil (29 min.), 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iNekijEAH0>.

Educação é ferramenta de transformação

FELIPE RIGONI

Deputado federal pelo Espírito Santo, é mestre em políticas públicas pela Universidade de Oxford e é o primeiro parlamentar cego da história do Brasil. Foi o relator da regulamentação do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Você tem sempre uma escolha! Essa é a frase que move grande parte das coisas que defendo até hoje. Fiquei cego aos 15 anos, após ser diagnosticado com uma doença chamada uveíte. De lá pra cá, busquei superar cada desafio e tenho conseguido com um auxílio mais do que essencial: a Educação. Eu não seria nada se não pudesse estudar. Ao longo dessa trajetória, meus professores foram essenciais para minha formação, não apenas no quesito educacional, como no humano também.

É sobre esse tema que queria tratar. Por que os professores são peças centrais para resolver o problema da Educação brasileira? Porque os professores são a base para um ensino de qualidade. Um profissional bem preparado, com condições de desempenhar um bom serviço, contribui cada vez mais para o desenvolvimento do aprendizado. **Precisamos de políticas públicas eficientes, com evidências científicas, inspiradas em bons exemplos e que serão capazes de mudar essa realidade no Brasil.**

Gosto de ressaltar que manter a responsabilidade fiscal é essencial para que o país possa se desenvolver economicamente e concretizar ações que de fato façam a diferença em cada setor. Uma nação saudável permite investimentos mais assertivos que de fato proporcionem a valorização salarial que os professores merecem.

Desde 2019, quando assumi o mandato na Câmara dos Deputados, a Educação se tornou um pilar das minhas contribuições no Congresso Nacional. Sou coordenador da Comissão Externa que fiscaliza os trabalhos do Ministério da Educação (MEC). Fui escolhido para ser o relator da regulamentação do novo Fundeb¹. Ampliamos em bilhões os valores a serem investidos no setor. No Espírito Santo, o aumento será de R\$ 130 milhões.

A nova metodologia de distribuição geral dos recursos (VAAT²) vai corrigir o desequilíbrio do modelo atual e atender os municípios mais pobres. É dinheiro para quem, de fato, mais precisa. O repasse de recursos por desempenho (VAAR³) terá algumas condições, mas duas se destacam: a adoção de critérios técnicos para seleção de diretores, diminuindo as indicações políticas, e a aprovação de uma lei que vincule o repasse de parte do ICMS⁴ ao desempenho da Educação, em modelo similar ao realizado no Ceará.

Com o novo Fundeb, será possível ampliar os salários dos profissionais de Educação e conceder benefícios. Benefícios merecidos, porque a classe merece toda valorização. Infelizmente, em muitos lugares, esse reconhecimento é ainda inexistente, e a pandemia mostrou que a situação é mais grave do que imaginamos.

Durante o período, apresentei, em Brasília, o Projeto de Lei de Conectividade, para levar internet e equipamentos tecnológicos para mais de 1,5 milhão de professores de todo Brasil. Na Comissão Externa que acompanha os trabalhos do MEC, denunciemos o descaso com esses profissionais em todo país.

Por falar em pandemia, nela, professores foram verdadeiros heróis. Lembro o caso da Joyce Barcellos, da minha cidade natal, Linhares. Todos os dias ela percorria 40 quilômetros para que um aluno surdo não tivesse o seu ensino prejudicado, já que ele morava em uma zona rural e enfrentava uma série de dificuldades impostas pelo poder público.

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

2. Valor Anual por Aluno Total.

3. Valor Anual por Aluno Resultado.

4. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

Professores são espelhos para os jovens, mas se depararam com um ministério que não tratou o tema Educação como prioridade. Foram quatro ministros em menos de quatro anos. Quem consegue desempenhar um bom trabalho se o responsável por tomar as principais decisões prefere fazer política a valorizar o principal setor de um país?

É hora de ter um olhar mais atento a medidas efetivas, que façam a diferença para esses profissionais que tanto merecem. Essas medidas precisam ser estruturantes e não apenas paliativas. Para isso, precisamos alinhar a economia e a Educação, dois pilares que podem e devem caminhar juntos. Sou extremamente grato por tudo que meus professores fizeram por mim. Sem eles, dificilmente chegaria onde estou. Serei um eterno defensor da Educação como ferramenta de transformação.

Professor: semeador de sonhos e oportunidades – e as condições para realizar uma nobre tarefa

FERNANDO LUIZ ABRUCIO

Coordenador da área de Educação do Centro de Estudos de Administração Pública e Governo (CEAPG) da Fundação Getúlio Vargas, colunista do jornal Valor Econômico e membro do conselho consultivo do Todos Pela Educação.

O que fazemos como sociedade pelas crianças e jovens significa a antessala do futuro do país. A instituição que tem maior potencial para transformar a vida de garotas e garotos de todos os cantos do Brasil é a escola, e nela destaca-se como peça-chave o(a) professor(a), semeador de sonhos e oportunidades que serão colhidos, se plantados com o mesmo esmero e qualidade para todos, na vida adulta, por cada indivíduo e por toda a nação.

A enorme responsabilidade que cabe aos professores exige dar a essa profissão uma enorme prioridade nacional. Valorizar o ofício docente envolve um conjunto de medidas, entre as quais serão destacadas aqui quatro: a definição do papel do(a) professor(a), a centralidade da formação, a atratividade da carreira e o fortalecimento pedagógico, comunitário e humanista das escolas.

Para que serve o(a) professor(a)? Essa indagação geralmente recebe do senso comum uma resposta considerada óbvia: para ensinar as disciplinas (matemática, língua portuguesa, história etc.) e fazer com que os alunos sejam “educados” – o que normalmente significa obediência e gentileza no trato com as pessoas. Docentes têm sim o papel de disseminar conhecimentos e hábitos civilizados de convivência social, mas sua função vai muito além disso.

Uma melhor forma de compreender o ofício docente é entender quais são os objetivos da Educação. Em primeiro lugar, ela serve para ajudar na formação dos indivíduos e garantir que tenham as competências para a sociabilidade na vida adulta. Nesse sentido, o processo educacional se casa com a definição clássica de Kant para o Iluminismo: sair da minoridade para entrar na maioridade, o que significa ter autonomia para escolher e lidar com as escolhas.

Se isso é verdadeiro, sem prejuízos para o conhecimento disciplinar e o bom trato com as pessoas, o(a) professor(a) deve ajudar seus estudantes a aprender como enfrentar adversidades, negociar com posições distintas, ter resiliência em momentos difíceis, conviver com as angústias e frustrações, acreditar nos valores da igualdade e diversidade, ser empático e crítico frente às injustiças que rondem suas vidas. A pessoa do amanhã nos diversos espaços sociais e o cidadão do futuro nascem nas salas de aulas.

As escolas também abrem o caminho para a vida profissional dos mais jovens. Obviamente, o conhecimento disciplinar é essencial para essa trilha, com uma formação interdisciplinar de qualidade. Todavia, a somatória desses saberes não basta. Docentes precisam ser capazes de abrir as cabeças de alunas e alunos para as diversas possibilidades profissionais existentes, mostrando-lhes um leque de sonhos em várias áreas, incentivando-os a serem o que quiserem e lutarem para tal. Além disso, devem motivá-los a ter uma curiosidade constante pela busca do saber, pois essa é maior lição que um(a) professor(a) pode dar aos seus estudantes.

Com tão nobres tarefas, professores são necessariamente profissionais multidimensionais. A profissão docente exige conhecimento disciplinar, capacidade de ensinar e motivar o alunado, aptidão para cultivar competências e habilidades sociais essen-

ciais à vida adulta, e, como corolário, serem referências importantes para crianças e jovens. Para atingirem essa complexa meta, a formação inicial e continuada constitui peça-chave. Formar docentes de qualidade deveria ser um dos objetivos nacionais mais importantes do Brasil, investindo recursos poderosos para ter um professorado de alta qualidade para toda a população infantil e juvenil, com destaque para os grupos mais vulneráveis.

Profissionais de alta qualificação com condições de carreira compatíveis com a enorme importância de sua tarefa para o país: esse lema deveria levar o Brasil a repensar a atratividade e o desenvolvimento profissional docente. **É preciso atrair os mais vocacionados, engajados e preparados para se tornarem professores(as) para as escolas públicas, com boas políticas salariais, de avanço profissional e reconhecimento social.** Um primeiro passo, nesse sentido, é termos docentes de tempo integral, trabalhando e se desenvolvendo numa escola só, reconhecidos como uma liderança em sua comunidade. Um segundo é definir a profissão docente como uma função coletiva, em que se aprende continuamente com os pares e com os alunos a produzir melhores soluções pedagógicas para o desenvolvimento das crianças e dos jovens brasileiros(as).

Para se ter uma nova e revigorada carreira docente, é preciso fortalecer as escolas, o sentido profissional, comunitário/democrático e humanista de seu funcionamento. Escolas que atuem com base nesse tripé favorecem o trabalho dos(as) docentes em suas trajetórias individuais e coletivas. Acima de tudo, gerar um ambiente motivador do aprendizado múltiplo que todo estudante necessita ter favorece que professores(as) sejam efetivamente semeadores de sonhos e oportunidades. Essa é uma condição *sine qua non* para o Brasil e suas crianças terem um futuro melhor.

Professor: profissão vital, em busca de valorização

FERNANDO PADULA

Servidor público do governo do estado de São Paulo e pós-graduado no programa latino-americano de governabilidade, gerência política e gestão pública da Fundação Getúlio Vargas, é mestrando em cidades inteligentes e sustentáveis pela Universidade Nove de Julho.

Você já parou para pensar em quantos estudantes hoje serão os professores de amanhã? Provavelmente já pensou que a Educação precisa melhorar, que o professor é fundamental, mas em geral não refletimos sobre quem são e de onde estão vindo esses professores a cada ano.

A má notícia é que hoje são poucos os estudantes que querem seguir essa carreira, e os motivos são conhecidos. A boa notícia é que as condições para mobilização da opinião pública e da sociedade em favor do reconhecimento dos professores brasileiros estão dadas.

A pandemia, além de tragédia humanitária, ampliou desigualdades e trouxe à tona temas já enraizados na Educação, como o combate à evasão e o fortalecimento das aprendizagens. Os profissionais da saúde e dos serviços essenciais foram os grandes salvadores de vidas, e os professores não ficaram de fora. De um jeito ou de outro, eles estavam ali nas nossas casas, próximos das famílias, por meio da tela do computador ou do celular ou via mensagens. De repente, **pais que não se envolviam muito na educação de seus filhos reconheceram o papel do professor e sua importância na vida de crianças e jovens.** Ouvi de uma mãe: “Ser professor é muito difícil, eles merecem muito mais, mere-

cem respeito e reconhecimento”. A sociedade está reconhecendo a importância da escola e do professor. Não podemos perder esse momento. É urgente colocar em prática um verdadeiro plano de valorização da docência.

Em 2014, foi instituído o PNE¹ que prevê, em sua meta 15, garantir a definição de política nacional destinada à formação dos profissionais da Educação previstos na LDB², de 1996, assegurando-lhes que possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. O artigo 61 dispõe justamente sobre a necessidade de que a formação dos cursos de pedagogia e licenciaturas contemple a complexidade da atuação docente de modo a atender às especificidades de suas atividades. Uma formação inicial sólida deve propiciar, além do conhecimento dos fundamentos científicos e sociais, a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço, exigindo uma prática baseada na teoria e uma reflexão teórica que promova a prática.

Apesar de o país formar hoje mais professores do que no passado, há carência de qualidade e ainda faltam muitos profissionais, especialmente em áreas específicas, sem falar da adequação entre formação e atuação. O crescimento que houve nos últimos anos é na formação de pedagogos, não em licenciaturas, e parte desse contingente ainda entra na carreira para fazer um segundo curso, não para seguir uma profissão exclusiva. Assim, a dedicação integral à escola fica comprometida. Além disso, não há incentivos para que alunos do Ensino Médio busquem as carreiras docentes no vestibular.

Por fim, há de se pensar na formação continuada, no aprender sempre. Manter a motivação em qualquer carreira é um processo dinâmico e é necessário que o profissional tenha oportunidades de desenvolvimento que promovam a melhoria da prática e a permanência em sala de aula.

A fórmula para se obter uma carreira mais atrativa é conheci-

1. Plano Nacional de Educação.

2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

da: melhores condições de formação, trabalho, salário, reconhecimento e satisfação pela atuação. Alguns avanços nos últimos anos apontam para garantir uma excelência na formação de professores. Em 2017, foi publicada a BNCC³ e, em 2019, a BNC-Formação⁴, ambas aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação. Estados e municípios passaram a usar essas diretrizes na elaboração coletiva de seus currículos. Apesar desses marcos, a mobilização e a discussão sobre o tema na sociedade civil ainda são incipientes. A valorização dos professores passa também pelo respeito e reconhecimento na sociedade, com prioridade e uma visão de futuro mais ampla.

Uma coisa é certa: essa ausência de valorização efetiva não é por falta de demanda e nem porque a profissão está sumindo ou sendo substituída pela tecnologia como diversas outras profissões. No futuro, sempre haverá a necessidade do professor.

3. Base Nacional Comum Curricular.

4. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

A valorização do professor é o caminho para a boa Educação

FLÁVIO ARNS

Senador da República pelo Paraná, foi relator da Proposta de Emenda Parlamentar do Novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) no Senado e autor da proposta de criação do Sistema Nacional de Educação.

Desde os tempos dos antigos gregos, como Sócrates e Platão, sabe-se que a essência da escola está no professor e no aluno. Tudo o mais é, digo com certa ousadia, instrumental. Ao lembrar de Aristóteles, que ficou conhecido por ser um professor peripatético, que em grego significa “aquele que passeia”, penso nas “aulas” que ocorriam durante caminhadas com seus alunos andando pelas alamedas da escola.

Esse exemplo nos faz concentrar naquela que é a mais verdadeira substância de uma escola. Pode até mesmo existir, eventualmente, uma instituição sem paredes e espaço físico delimitado. Entretanto, ela é impossível sem aluno e professor. Segundo o economista Eric Hanushek, o professor é o fator mais importante para o bom desempenho escolar do aluno. Pesquisas posteriores têm verificado que é isso mesmo: quanto melhor o professor, melhor será a qualidade da Educação ofertada ao aluno.

Não quero, aqui, sugerir que outros fatores não tenham importância. É imprescindível ter boas instalações, biblioteca, me-

renda e transporte escolar. Só não podemos esquecer o essencial: a interação entre professor e aluno. Sou professor e, ao longo das últimas três décadas, tenho tido a oportunidade de conviver, em razão da atuação parlamentar, com as políticas educacionais de âmbito nacional. Mais recentemente, fui, por exemplo, relator no Senado do novo Fundeb¹.

Não há caminho para o desenvolvimento que não seja trilhado por meio da Educação, que deve ser prioridade absoluta. Acredito que o trabalho que fizemos em relação ao Fundeb será parte desse processo garantidor de melhores oportunidades para nossas crianças e jovens. Além disso, será o meio pelo qual incentivaremos que mais pessoas queiram se tornar professores.

Ser professor não é para amadores. Não é possível cair de paraquedas, como dizem, e, de repente, começar a falar para um grupo de estudantes. **Essa é a primeira lição que se deve aprender em relação à docência: um bom professor nunca entra em uma sala de aula sem preparar o que vai ensinar. Isso nos leva à segunda lição: um bom professor gosta de estudar.** Quanto mais estuda, mais confiante fica com a matéria que ensina.

Há, sem dúvida, milhares de brasileiros e brasileiras que se dedicam diariamente e cumprem muito bem essas duas lições. No entanto, é chegada a hora de buscar estratégias que sejam capazes de tornar a carreira docente mais prestigiada, além de assegurar que as licenciaturas se fortaleçam como locais em que se ensina a ensinar.

Entrar em uma sala de aula exige uma importante carga teórica. No entanto, ainda mais fundamental é fazer com que o estudante de licenciatura saiba o que fazer dentro da sala de aula. Infelizmente, muitos jovens recém-saídos das licenciaturas não sabem muito bem qual é o seu papel como professor. É preciso investir em políticas educacionais robustas que forneçam as condições para que os professores possam e saibam planejar bem as suas aulas, assim como lidar com outras questões importantes do processo pedagógico e didático.

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Temos esperança que a criação do SNE², recentemente aprovado no Senado por meio do PLP³ 235/2019, de minha autoria, fortalecerá as políticas educacionais brasileiras por meio da governança compartilhada e da cooperação entre os entes federados. Vale ressaltar que, no âmbito do SNE, está prevista a criação do Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação, que terá como objetivos, entre outros, acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica.

Enfim, são muitos os desafios. De qualquer modo, tenho fé que a sociedade brasileira, a cada dia que passa, se dê conta de que a boa escola e o bom aprendizado dos alunos começam com a valorização incessante do professor e da professora.

2. Sistema Nacional de Educação.

3. Projeto de Lei Complementar.

O trabalho docente é essencial para mitigar os efeitos da pandemia

FRANCISCO SOARES

Doutor em estatística pela University of Wisconsin – Madison e pós-doutor em Educação pela University of Michigan – Ann Arbor. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e membro do Conselho Nacional de Educação, no qual foi um dos relatores da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). É professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais.

A pandemia impediu o funcionamento regular das escolas de Educação Básica brasileiras durante dois anos. Embora, como diz a LDB¹, o estudante possa aprender em muitos outros lugares, é na escola que desenvolve os conhecimentos e as habilidades essenciais para sua inserção plena na sociedade. Recente levantamento feito pela Secretaria de Estado de Educação de São Paulo² mostrou que, sem a frequência à escola, os estudantes não desenvolvem as competências que caracterizam o atendimento de seu direito à Educação. Sem as escolas, as desigualdades socioeconômicas se tornam desigualdades educacionais ainda maiores. Portanto, para enfrentar os efeitos da pandemia, será necessário usar políticas escolares eficazes, para as quais os docentes são fundamentais.

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

2. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/estudantes-dos-anos-iniciais-tiveram-regressao-na-aprendizagem-durante-pandemia-mostra-avaliacao/>.

Os principais processos da escola são os de ensino e de aprendizagem, que envolvem interação entre as pessoas que compõem a comunidade escolar, composta pelos estudantes (crianças, adolescentes e jovens), pelas professoras – uso o feminino pois a grande maioria dos docentes são mulheres –, pelos outros profissionais da escola e pela comunidade atendida. No entanto, são as professoras que trazem para essas interações a intencionalidade educativa, cujo uso na rotina diária da escola possibilita a formação integral de cada estudante. A ação efetiva exige que as professoras tenham muitas características. A recente resolução do CNE³ sobre a formação docente traz uma síntese cuidadosa da pesquisa na área e de experiências exitosas realizadas no Brasil e em muitos outros países. Enfatizo aqui apenas algumas características que julgo essenciais para o momento atual.

Cada escola deve ter um corpo docente estável que partilhe a construção e execução de seu projeto pedagógico. Isso não ocorre, como mostra o indicador que o Inep⁴ criou para descrever essa dimensão. Em muitas escolas há taxas muito altas de *turnover* entre os docentes. Além disso, é usual que se dediquem a mais de uma escola. **É preciso trazer, para o centro do debate educacional, a necessidade de vinculação do docente a uma única escola como condição para que as escolas de Educação Básica cumpram sua função de garantir o direito de aprender de todos os estudantes.**

A segunda característica a ser promovida é um clima escolar adequado e propício para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Esse clima é fruto da gestão pedagógica, administrativa e profissional, mas também de expressões concretas do compromisso ético dos docentes para com os seus estudantes. Ou seja, o compromisso de que os estudantes estejam no centro da profissão docente, o que ficou evidente durante a pandemia, quando se observaram exemplos de dedicação próximos do heroísmo para manter o atendimento das escolas. A vinculação pessoal dos do-

3. Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>.

4. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

centes ao projeto pedagógico da escola deve ser reconhecida, promovida e recompensada.

A terceira característica é o conhecimento e a capacidade de implementação do projeto pedagógico da escola, que consiste em três ações: O que ensinar?; Como ensinar?; e Como avaliar?

A BNCC⁵ estabeleceu diretrizes gerais que precisam ser concretizadas em atividades, questões, tarefas e trabalhos a serem feitos coletivamente. A escola deve fazer suas opções pedagógicas, respeitando as características do território, da cultura dos estudantes, e a eficácia. Deve, ainda, usar rotineiramente a avaliação formativa, que consiste em definir onde o estudante está, onde deveria estar e o que deve fazer para melhorar seu aprendizado. A culminância da avaliação formativa é a devolutiva aos estudantes, o que a transforma em parceira do ensino.

Ou seja, para mitigar os efeitos deletérios da pandemia, precisamos, idealmente, de ter as professoras dedicadas completamente a um único projeto pedagógico, em um clima escolar apoiado em profissionalismo. Precisamos, enfim, do compromisso com a garantia do direito do estudante, tudo por meio do trabalho coletivo, que rotineiramente prepara e executa as ações pedagógicas necessárias.

5. Base Nacional Comum Curricular.

Professor: elemento estratégico para transformação da Educação

FREDERICO AMANCIO

Secretário de Educação de Recife (PE), tem pós-graduação em economia aplicada à gestão fiscal, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo e MBA em gestão de negócios em petróleo e gás pela FGV do Rio de Janeiro.

Com certeza, um dos consensos que temos no Brasil com relação à Educação é sobre a importância do professor, cujo papel é fundamental não apenas no processo de ensino e aprendizagem, mas na própria vida do estudante. Ele é o elo que une o aluno e a escola. O impacto do trabalho realizado no chão da escola está diretamente relacionado às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula. Entretanto, mesmo diante de uma sociedade que destaca a importância desse profissional, é interessante observarmos que ainda não conseguimos promover a verdadeira valorização dessa carreira. Existe um carinho, um respeito e uma solidariedade com o professor, mas ao mesmo tempo essa profissão – uma das mais importantes para o desenvolvimento social e econômico de uma nação – não é colocada como estratégica pela sociedade em geral. Quando o assunto é carreira profissional, muitas vezes ela não é listada entre as mais relevantes.

Talvez seja por isso que a maior parte dos professores carregue o sentimento de que não são devidamente valorizados. Isso não se resume apenas a questões salariais, mas de reconhecimento do papel que desempenha. É exatamente essa visão que precisamos

mudar para passarmos a enxergar o professor como elemento estratégico para a transformação da Educação. O primeiro passo é percebermos o quanto ele e a Educação são importantes para o desenvolvimento do país, tanto do ponto de vista social quanto econômico. **Não podemos pensar em transformação da sociedade sem pensarmos em uma Educação de qualidade, e nesse contexto é preciso lançar um olhar diferenciado para o professor.** Essa visão impacta diretamente o grau de valorização e reconhecimento desse profissional, inclusive o seu papel para a Educação, especialmente, na transformação da vida de crianças e jovens.

Não devemos pensar apenas na presença em sala de aula, mas entender que o trabalho docente deve ter sempre como foco a aprendizagem com qualidade, ampla, que garanta autonomia, habilidades e protagonismo para que o aluno possa concretizar seu projeto de vida. As atividades desenvolvidas pelo docente devem estar sempre conectadas a um plano pedagógico e diretamente ligadas a uma visão mais abrangente, de transformação da rede e, conseqüentemente, da Educação. Todo e qualquer projeto que seja desenvolvido na rede de ensino deve estar relacionado com o planejamento de atividades a serem realizadas na escola, especialmente na sala de aula pelo professor.

A implantação de novas estratégias, projetos ou programas para o fortalecimento da Educação devem sempre garantir o envolvimento do professor. O engajamento de todos na escola é um aspecto decisivo para o sucesso. Só assim podemos verdadeiramente impactar a aprendizagem.

O papel do professor vai muito além do relevante trabalho desenvolvido em sala de aula. Lembremos que o professor também exerce outras funções, como coordenador pedagógico, gestor, vice-gestor, entre outras atividades importantes no âmbito escolar. Sem dúvida, o professor exerce diferentes papéis na Educação e precisamos estar cientes de sua importância.

O processo de transformação da Educação requer a construção de um plano estratégico a partir de um diagnóstico realizado na rede de ensino, com a definição de objetivos, metas e ações prioritárias. Essas ações devem envolver projetos e programas que servirão como base também para a estruturação do plano pedagógico,

devendo ter a participação efetiva do professor. A consequência de um planejamento bem elaborado e implementado de maneira correta é a garantia do alcance de resultados efetivos, especialmente na aprendizagem dos estudantes.

O professor é um dos protagonistas quando o tema é garantir a aprendizagem e fortalecer a Educação. Devemos buscar os caminhos que cheguem até ele, valorizar sua carreira e colocá-lo sempre como elemento estratégico para uma verdadeira transformação na Educação.

Professores como profissionais: superando os mitos sobre a profissão docente

GABRIELA MIRANDA MORICONI

Doutora em administração pública e governo, desenvolve pesquisas sobre políticas docentes na Fundação Carlos Chagas.

Discutir as visões sobre docentes na sociedade é de extrema relevância, pois elas compõem a opinião pública e refletem nas políticas implementadas pelos órgãos responsáveis pela Educação no país. Políticas de formação, remuneração e condições de trabalho, dentre outras, afetam diretamente a qualidade do trabalho e de vida dos docentes. Além de estarem associadas à satisfação com o trabalho, impactam a aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, **é necessário superar o mito de que a docência é um trabalho simples e que não requer conhecimentos especializados, basta ter talento. Ou, ainda, que qualquer pessoa com conhecimento sobre o assunto pode dar aulas. A docência é uma profissão de alta complexidade.** Ao planejar uma aula, por exemplo, o professor precisa considerar o currículo, os conhecimentos prévios e as experiências dos estudantes, bem como seu contexto; estabelecer objetivos desafiadores; escolher metodologias, estratégias e recursos visando alcançar os objetivos propostos; e definir formas de avaliar se os objetivos estão sendo

alcançados. E estamos falando somente de um pedaço do trabalho docente: o planejamento.

Também é preciso superar a ideia que o trabalho docente se resume ao tempo dentro da sala de aula. Docentes, além de planejar e ensinar, corrigem tarefas e avaliações, e atendem estudantes e suas famílias. Precisam, também, participar das reuniões da escola e de atividades de desenvolvimento e colaboração profissional com seus pares. Afinal de contas, um docente é um profissional de uma escola: parte importante do seu papel é contribuir para o sucesso da instituição como um todo. Há, ainda, outro mito a ser vencido: o de que o papel docente se restringe a ensinar o conteúdo e que quem educa é somente a família, não os professores.

Na realidade, docentes são profissionais que devem ter um compromisso com a formação integral dos estudantes. É sua responsabilidade, sim, atentar para o bem-estar dos alunos, seu comportamento e sua formação cidadã, por exemplo. Isso não significa que deva assumir o papel de psicólogo ou assistente social, mas precisa ser formado para, por exemplo, identificar situações de risco e vulnerabilidade social, estabelecer e manter normas de convivência com as turmas e apoiar o desenvolvimento do seu pensamento crítico.

Diante de tamanho desafio, não é de se estranhar que por vezes o docente seja visto como herói ou heroína. Esse é o último mito que precisa ser superado. Não é de heróis e heroínas que o país precisa, mas de políticas de formação que disponibilizem aos docentes a base de conhecimentos especializados de que necessitam e os preparem para, partindo dela, tomar decisões profissionais que favoreçam a aprendizagem dos alunos¹.

Precisamos, do mesmo modo, de condições de trabalho adequadas, que vão desde as formas de contratação – em jornada de tempo integral, com pelo menos um terço do tempo fora de sala de aula, para atuar em uma só escola, com remuneração próxima

1. Algumas iniciativas nesse sentido são recomendadas no documento *BNC-Formação Continuada na Prática*: implementando processos formativos orientados por referenciais profissionais. Disponível em: http://undime.org.br/uploads/documentos/php9w8HE3_61a5889f88c53.pdf.

da média das outras ocupações – até a garantia da participação na tomada de decisões que dizem respeito ao seu trabalho, passando por questões de infraestrutura, materiais e equipamentos, entre outras². Ou seja, se quisermos ser um país que leva sua Educação a sério, precisamos de políticas públicas que reflitam o que os docentes são: profissionais.

2. Uma discussão mais aprofundada sobre esses aspectos pode ser encontrada no relatório *Volume de trabalho dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão*. Disponível em: https://www.fcc.org.br/fcc/wp-content/uploads/2021/11/d3e_relatorio7_volumedetrabalho_fcc_d3e_2021.pdf.

Sobre a importância das aulas presenciais

GUILHERME LICHAND

PhD em economia, política e governo pela Universidade de Harvard e professor de economia do bem-estar e desenvolvimento infantil pela Universidade de Zurique.

Em estudo publicado com Carlos Alberto Dória, Onício Leal Neto e João Cossi, analisamos os impactos do ensino remoto no contexto da pandemia de covid-19 sobre perdas de aprendizagem e risco de abandono escolar. Para estimar esses impactos, utilizamos dados do universo de alunos do estado de São Paulo – onde a transição das aulas presenciais para o ensino remoto se deu somente no final do primeiro bimestre letivo de 2020, quando basicamente só faltava aplicar as avaliações de aprendizagem.

Dessa forma, ao longo de 2020, todas as avaliações foram realizadas de maneira remota, permitindo comparar as diferenças de aprendizagem entre aulas presenciais e aulas remotas, com base em uma métrica comparável ao longo de todo o ano letivo. Como a aprendizagem varia ao longo dos bimestres mesmo num ano típico, utilizamos o ano de 2019 como contrafactual – quando tanto aulas quanto avaliações foram presenciais ao longo de todos os bimestres.

Para estimar os impactos sobre perdas de aprendizagem, utilizamos os dados de avaliações padronizadas realizadas pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd-UFJF) no estado de São Paulo (as AAPs¹). A partir desses dados, concluímos que os alunos dos anos finais

1. Avaliações de Aprendizagem e Processo.

do Ensino Fundamental e do Ensino Médio aprenderam somente 40% em língua portuguesa e 20% em matemática do que teriam aprendido caso as aulas tivessem sido presenciais. Essas perdas de aprendizagem não capturam outros efeitos da pandemia (dos seus efeitos sobre saúde à deterioração da condição econômica das famílias), porque ocorreram indiscriminadamente entre os municípios do estado – da mesma forma naqueles atingidos mais fortemente pela pandemia em 2020 e naqueles que tiveram menos casos e mortes. As perdas também foram homogêneas em todas as séries do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio.

No que diz respeito ao abandono escolar, como a rematrícula foi automática em basicamente todas as redes e ciclos em 2021, nosso foco foi analisar os impactos sobre risco de abandono, que pode ter se materializado somente em 2022 (e visível no Censo Escolar de 2023) – considerando os alunos que estavam sem notas de língua portuguesa nem de matemática no boletim, um forte indicativo de abandono. Nossa análise concluiu que o abandono entre os alunos de Ensino Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio pode ter saltado de 10%, em 2019, para 35%, em 2020 – com impactos mais drásticos para o Ensino Médio.

Esses resultados não se devem à falta de esforço dos professores no cenário mais desafiador do último século para a Educação no mundo todo. Para além de barreiras estruturais que impediram que muitos estudantes pudessem acessar recursos *online* ou ter um ambiente adequado de estudos em casa, pressões econômicas também levaram muitos desses adolescentes a trabalharem para apoiar suas famílias – prejudicando a capacidade de aprender sem aulas presenciais. Dito isto, mesmo nos países mais conectados do mundo, onde trabalho infantil é essencialmente inexistente, como a Holanda, estudos mostram que os alunos também aprenderam pouco ou nada durante o ensino remoto. Em suma, aulas presenciais importam – para além dos desafios estruturais e conjunturais.

Nesse estudo, também analisamos o retorno parcial das aulas presenciais que ocorreu somente para alunos do Ensino Médio entre novembro e dezembro de 2020, nos municípios que autorizaram o retorno às escolas. **Nossas análises concluíram que aulas presenciais reduziram as perdas de aprendizagem mesmo**

num curto período e num cenário desafiador da pandemia, confirmando que o trabalho presencial dos professores não pode ser simplesmente substituído por alternativas virtuais.

Os desafios educacionais em 2022 seguem enormes: recompor perdas de aprendizagem e tentar evitar que o enorme risco de abandono escolar se materialize. O mundo ainda está aprendendo sobre as melhores práticas para atacar esses problemas. Até aqui, somente uma coisa é consenso: os professores são essenciais para garantir que o futuro das crianças e jovens possam ser pelo menos parcialmente preservados. Seus esforços precisarão ser apoiados e complementados em múltiplas frentes, de medidas de apoio financeiro e emocional aos alunos e às famílias até o trabalho igualmente essencial de diretores e coordenadores pedagógicos em todo o Brasil.

Aspectos constitutivos da docência de qualidade

GUIOMAR NAMO DE MELLO

Educadora, diretora da Escola Brasileira de Professores, membro do Conselho Municipal de Educação de São Paulo, consultora e palestrante.

A revolução tecnológica e a sociedade do conhecimento trouxeram a Educação para uma posição estratégica na agenda do desenvolvimento sustentável. Essa revalorização da escola e do conhecimento ao qual ela dá acesso provocou o aperfeiçoamento dos processos de avaliação em larga escala, internacionais e nacionais. Séries históricas desses resultados têm sido ferramentas valiosas para monitorar a eficácia das políticas educacionais e analisar os fatores que incidem nos resultados da aprendizagem.

As conclusões dessas análises corroboraram o conhecimento adquirido pela experiência dos que trabalham na Educação Básica. A escola não pode controlar a origem social dos estudantes, mas os fatores que podem ser controlados têm um impacto específico e forte nas aprendizagens, e estas são recursos valiosos para superar as adversidades. A ação docente e o trabalho de toda a escola podem fazer com que crianças e jovens de origem social desfavorecida aprendam tão bem quanto as de classe média e alta. A origem social, portanto, não é necessariamente uma condenação.

O resultado mais impactante desse esforço analítico indica que, considerando todos os fatores envolvidos na organização e no funcionamento da escola básica – infraestrutura física, recursos didáticos, número de alunos por sala de aula, entre outros –,

o trabalho docente é, de longe, o que mais pesa na determinação do desempenho; todos os demais têm efeitos residuais. Reiteradamente, os dados mostram que os alunos de professores que são diferentes quanto ao seu grau de preparo e a sua didática têm também desempenhos diferentes.

Atribui-se ao docente papel fundamental para ajudar a escola a assumir a formação integral dos estudantes, não apenas nos aspectos cognitivo e intelectual, mas também no social e emocional. Espera-se, ainda, que saiba mover-se com agilidade nesse ecossistema escolar expandido, tanto no espaço – as aprendizagens podem acontecer em outros lugares – quanto no tempo – a permanência diária estendida amplia também os tempos das aprendizagens.

Para cumprir esses objetivos, a ação docente deve, de preferência, lançar mão de metodologias que promovam o engajamento, a autoria e a responsabilidade dos estudantes por suas aprendizagens, e, para encerrar, lançar mão de processos de avaliação formativos que permitam a reflexão tanto dele próprio quanto de seus estudantes, estimulando-os a seguir aprendendo em graus mais avançados.

Diminuir a desigualdade educacional – agravada com a pandemia, mas que existe no Brasil desde o império –, também está na lista do que se espera do docente da Educação Básica, para arrematar um programa de trabalho ambicioso. É, portanto, mais do que oportuno, urgente, fazer um levantamento do que constitui esse “bom professor” ou do que se constitui a “qualidade do trabalho do professor”, mencionada nas evidências obtidas pela análise dos resultados de avaliações.

No Brasil, a grande massa de professores ingressa no Ensino Superior com as menores notas do Enem¹; muitos fizeram Ensino Médio público, às vezes noturno; estudaram à distancia, enquanto trabalhavam. Não se pode esperar que essa maioria tenha condições de dar conta de tarefa tão nobre quanto hercúlea. Embora já existam bons estudos sobre os fatores que afetam o desempenho docente, tais como formação inicial e continuada, tempo de experiência, base de conhecimento sobre o que ensinar e como ensi-

1. Exame Nacional do Ensino Médio.

nar, entre outros, há poucos estudos analisando as condições de trabalho na escola como aspectos que, por hipótese, são constitutivos da qualidade do trabalho docente.

Proponho aqui que se considerem: (a) presença de recursos didáticos, de livros a recursos digitais, e presença de orientação e treinamento para o uso dos recursos; (b) presença de um professor mais experiente ou mentor, que observe, faça devolutivas e escutas ativas dos problemas ou dificuldades; (c) garantia de que o docente detém uma base de conhecimentos satisfatória para cumprir o currículo e o plano de trabalho; (d) oportunidade de estudar os conteúdos e o ensino dos conteúdos se necessário; (e) presença de atividades de formação “mão na massa”, na escola, sob orientação do mentor; (f) oportunidade de trabalho coletivo, de troca de experiências e de elaboração de projetos para resolver problemas ou dificuldades enfrentados no dia a dia da sala de aula; (g) orientação e apoio para relacionar-se com as famílias dos alunos; (h) características da cultura da escola.

Nessa perspectiva, a qualidade do trabalho do professor é entendida não apenas a partir de suas características individuais, mas também como resultado da qualidade das ações e interações que acontecem na escola. Ela está associada a uma cultura escolar. A docência é uma categoria de mediação, entre os demais fatores, e o resultado final do processo é o desempenho dos estudantes. Se essa hipótese for correta, parece pertinente parafrasear, para a qualidade do preparo do professor, o ditado africano que diz que é preciso toda uma aldeia para educar uma criança. Seria o caso de afirmar que **é preciso toda uma escola para qualificar o trabalho docente. Dito de outro modo, a docência não deveria ser um processo solitário como tantas vezes tem sido ao longo dos séculos. Deveria sim ser uma experiência solidária.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MOURSHED, M.; BARBER, M. *How the world's best performing systems come out on top*. New York: McKinsey and Company, 2007.
- OECD. *Teachers Matter*. Attracting, Developing and Retaining Effective Teachers. Paris: OECD Publishing, 2005.

A gente não quer só salário, a gente quer concurso, formação, estrutura e gestão democrática!

HELENO ARAÚJO FILHO

*Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
e professor da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
e da Secretaria Municipal de Educação de Paulista (PE).*

A importância da professora e do professor no espaço da escola brasileira é cada vez mais central na constituição de um bom e eficaz processo de ensino-aprendizagem. O bom e eficaz aqui considerados são a adequada formação crítica do estudante para um mundo atual em constante transformação e a sua inserção qualificada no mundo do pós-escola, quando, já adulto, poderá contribuir de modo mais eficiente no próprio mercado de trabalho. Esses desafios devem ser enfrentados de maneira definitiva como um projeto central de desenvolvimento do Brasil, com os olhos voltados, em especial, para a nossa Educação Básica pública, que abarca mais de 80% das matrículas dos estudantes de 4 a 17 anos de idade.

O atendimento de grande parte dos desafios estaria contemplado se os normativos legais que regem os sistemas públicos de ensino estivessem sendo minimamente cumpridos. Desde a promulgação do texto da Constituição Cidadã de 1988, o arcabouço jurídico do sistema educacional brasileiro, alcançado por meio da mobilização e luta de amplos e expressivos segmentos do setor educacional, daria

conta de importantes aspectos que envolvem a qualificação e valorização do papel da professora e do professor: questões como formação inicial e formação continuada dos profissionais da Educação, ingresso exclusivo nas carreiras por meio de concursos públicos, gestão democrática das escolas e infraestrutura escolar com equipamentos e material didático adequados estão inscritas em nossos normativos, mas ainda são não cumpridas satisfatoriamente.

A Constituição Federal (1988), a LDB¹ (1996) e o PNE² (2014) são exemplos da vasta legislação educacional com que o país conta para dar solução a uma enorme quantidade de problemas enfrentados pelo professorado. Infelizmente, muitos dispositivos legais desse nosso sistema educacional não são cumpridos pelos gestores ou o são de modo parcial. O Censo Escolar de 2018 já apontava que um terço das disciplinas são ministradas nas escolas por profissional do magistério sem formação específica na área em que leciona: no Ensino Médio, por exemplo, quase 40% delas são conduzidas por professoras e professores sem a formação específica. Nos anos finais do Ensino Fundamental, quase metade não possui formação na área em que leciona.

Para além do desafio da baixa remuneração desses profissionais, que também possui um importante normativo (Lei do Piso Salarial Nacional do Magistério Público – Lei nº 11.738/2008) e que, se cumprido, garantiria a mitigação desse problema ao longo dos anos, o conjunto de outras lacunas ainda é enorme. **O movimento sindical de educadores no Brasil nunca se pautou somente pela reivindicação salarial. A valorização profissional, que envolve formação, salário e carreira, sempre foi objeto central de nossa luta.** Somado ao debate do financiamento adequado e da gestão democrática, esse é o conjunto de preocupações que precisa e deve ser enfrentado urgentemente no Brasil. Aos educadores brasileiros nunca nos bastou discutir somente as questões corporativas da baixa remuneração. Definitivamente, não queremos só salário. Queremos também um bom salário, ao lado de estrutura e formação adequadas.

1. Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

2. Plano Nacional de Educação.

Um olhar humanizado para a docência

HELOISA MOREL

Diretora executiva do Instituto Península e membro do conselho do Singularidades. Apaixonada por pessoas, encontrou na Educação e no esporte as alavancas para contribuir com o desenvolvimento do país.

A Educação é, para uma nação, a “cara” de seu futuro. Investir em Educação é uma ação estratégica e uma responsabilidade para construir um país melhor e mais justo.

A Educação escolar não pode ser resumida ao processo de ensino e aprendizagem. É um ciclo de desenvolvimento humano. Por no mínimo 14 anos, mais de 50 milhões de brasileiros entram todos os dias nas escolas guiados e inspirados por professores que podem ajudá-los a desenvolver competências intelectuais, emocionais, físicas e sociais. Com isso, espera-se que tenham condições de desenvolver seus projetos de vida, sonhos e propósitos, construindo um futuro mais próspero para si e para todos à sua volta.

Porém, a Educação brasileira está, há anos, vivendo uma crise de qualidade que foi intensificada pela pandemia de covid-19 e que limita o futuro de milhões de cidadãos. Para revertê-la é necessário considerar o que apontam evidências nacionais e internacionais: a variável predominante para mover os ponteiros quando o assunto é qualidade em Educação é o PROFESSOR.

É urgente priorizar aquele que garante a aprendizagem das crianças e jovens na escola, e **o primeiro passo é entender que o professor não é um simples “recurso humano” – é a essência, o coração da Educação. Ser um bom professor e uma boa pro-**

fessora não é uma tarefa simples, especialmente em contextos de vulnerabilidade social que caracterizam grande parte das escolas de nosso país. Contornos complexos como a fome, a violência, o abuso, as doenças físicas e emocionais conferem à docência, no Brasil, desafios bastante peculiares.

Um bom professor é um indivíduo capaz de responder de forma ágil e flexível aos inúmeros desafios da profissão, o que demanda um olhar individualizado e, ao mesmo tempo, amplo para os alunos. Porém, muitas vezes, falta a esse profissional preparo técnico e emocional que lhe permita ser o melhor professor possível. Isso tudo, no entanto, é aprendido. É fruto de uma formação sólida e de um desenvolvimento contínuo.

A Educação acontece na relação entre aluno e professor. Se uma das partes não estiver plena em seu papel, a Educação de qualidade deixa de existir. A unidade mínima da Educação é essa dinâmica professor-aluno. Segundo estudos desenvolvidos em 2021 pela OCDE¹, o bem-estar integral do professor está relacionado a uma Educação de qualidade. Por um lado, manter um olhar atento para essa vertente diminui o estresse e possibilita a prevenção de fatores associados com o desenvolvimento da síndrome de *burnout*; por outro, promove a melhoria de processos diretamente relacionados com a sala de aula, comprometendo ou potencializando o ensino de qualidade².

Assim como na medicina, o exercício da docência não é meramente técnico. Trata-se de uma profissão essencialmente humana, construída por meio das relações – e ancorada na técnica. Um olhar integral, plural e humanizado aos alunos só será conquistado quando o mesmo cuidado e profundidade forem oferecidos aos educadores, começando em sua formação inicial e estendendo-se ao longo de toda a jornada profissional.

Para garantir professores capacitados e em constante desenvolvimento, o primeiro passo é dar centralidade a eles no

1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

2. *Teachers' well-being: a framework for data collection and analysis*. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/c36fc9d3-en.pdf?expires=1648585309&id=id&accname=guest&checksum=34D8969371FC73D7D5AD7EF8EA1F1BE0>.

desenho e na implementação de políticas públicas de Educação, colocando a intencionalidade que garanta tanto o desenvolvimento pleno de nossas crianças, adolescentes e jovens, quanto de nossos educadores.

Assegurar seu desenvolvimento e reconhecimento vai além de oferecer bons salários e carga horária adequada. É necessário propiciar, ao longo da carreira, uma política integrada de desenvolvimento pessoal e profissional, a fim de estimular e aprimorar competências e habilidades, bem como a capacidade interior que trará tanto benefícios pessoais quanto efeitos positivos para o exercício da docência.

É chegada a hora de olharmos para professores e professoras como peças centrais para a transformação da Educação. Valorizá-los e desenvolvê-los é o que falta para alcançarmos a vida que milhares de brasileiros sonham e merecem ter. Não há outro caminho que coloque o Brasil no rumo do crescimento e não existe outra forma de alimentar a esperança em um país melhor sem investir neles. Valorizar o professor é multiplicar o futuro.

Por uma Educação que reduza desigualdades

IDILVAN ALENCAR

Deputado federal pelo Ceará, foi secretário de Educação do estado e presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). É mestre em gestão e avaliação da Educação pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (MG).

ROGÉRIO DA VEIGA

Assessor parlamentar do deputado Idilvan Alencar, é mestre em política científica e tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas e membro da carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental.

O destino de um brasileiro ou uma brasileira é decidido no momento em que ele ou ela nasce. Uma criança de uma família pobre, preta, de pais com baixa escolaridade, moradora de um local com poucas oportunidades precisa de muita sorte, esforço e altas habilidades para escapar da pobreza. O contrário também é verdadeiro: uma criança que nasce em uma família rica, branca, de pais escolarizados, bem relacionados e residentes em territórios com muitas oportunidades tem grandes chances de figurar entre os cidadãos mais ricos do país.

Façamos uma analogia com corridas de rua. Há corridas de várias distâncias, 5 quilômetros, 10 quilômetros, meia-maratona (21 quilômetros), maratona (42 quilômetros), ultramaratona, para distâncias maiores. Correr 42 quilômetros é mais difícil do que correr 21 quilômetros, que é mais difícil do que correr 10 quilômetros, que é mais difícil do que correr 5 quilômetros. Se uma pessoa é de uma família rica, ela terá um bom tênis, acesso a uma alimentação

balanceada, professores de corrida e estímulo para correr. Com 5 quilômetros ela já leva a medalha; se for disciplinada e esforçada, tem plenas condições de correr uma maratona e chegar entre os primeiros, para uma recompensa muito maior. Se a pessoa nasce em uma família pobre, a situação é mais difícil: não tem acesso a uma alimentação adequada e a um tênis apropriado, não recebe estímulo para se desenvolver. Com muito esforço, conseguirá correr 5 quilômetros, mas, para famílias pobres, 5 quilômetros não dão direito à medalha. Pouquíssimos conseguirão se preparar para correr uma maratona e chegar entre os primeiros.

Indicadores produzidos pelo IMDS¹ sobre mobilidade social no Brasil ilustram essa situação utilizando dados da PNAD² de 2014. Entre os vários indicadores, um deles faz o cruzamento entre a renda de uma pessoa e a escolaridade dos pais, por idade do indivíduo. Em 2014, 74,2% das pessoas que tinham entre 55 e 65 anos cujos pais tinham Ensino Superior estavam entre os 20% mais ricos; apenas 21,8% das pessoas da mesma idade cujos pais tinham até Ensino Fundamental completo encontravam-se nesse grupo. A chance de alguém entre 55 e 65 anos estar entre os 20% mais ricos com pais com Ensino Superior é 3,4 vezes maior do que a de alguém com a mesma idade com pais sem Ensino Fundamental. Essa proporção é ainda maior para as pessoas que têm entre 25 e 34 anos: 4,88 vezes.

A escola pode ajudar a reduzir essas distâncias, desde que tenha equidade de resultados, ou seja, resultados semelhantes, independente da origem dos estudantes. Hoje, não é assim: a escola reproduz as desigualdades. Estudantes negros de famílias pobres têm uma trajetória escolar pior do que a trajetória escolar dos mais ricos. Por outro lado, **a Educação também é uma das grandes responsáveis pelas exceções, aqueles que contrariam as estatísticas e rompem com o ciclo da pobreza. Praticamente todo relato de superação tem a escola e, muitas vezes, um professor que fez a diferença.**

1. Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social. Disponíveis em: <https://imdsbrasil.org/indicadores>.

2. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ENTRE OS 20% MAIS RICOS E 20% MAIS POBRES POR IDADE E ESCOLARIDADE DOS PAIS				
Idade em 2014	Entre os 20% mais pobres em 2014		Entre os 20% mais ricos em 2014	
	Pais com até Ensino Fundamental incompleto	Pais com Ensino Superior completo	Pais com até Ensino Fundamental incompleto	Pais com Ensino Superior completo
Entre 55 e 65 anos	16,4%	9,8%	21,8%	74,2%
Entre 45 e 54 anos	23,1%	11,9%	20,6%	63,6%
Entre 35 e 44 anos	20,5%	10,3%	17,7%	69%
Entre 25 e 34 anos	23,6%	17,2%	11,8%	57,6%

Fonte: elaboração dos autores a partir dos indicadores de mobilidade intergeracional PNAD 2014 feito pelo IMDS³.

A existência de exemplos de sucesso nos traz a esperança de que podemos ter uma escola igualmente boa para todos. No Ceará, conseguimos praticamente eliminar essa distância na alfabetização: toda criança, independente de sua origem, aprende a ler na idade certa. São muitas ações concorrentes para se chegar a esse resultado, mas existe uma figura central nesse processo, sem a qual nada teria acontecido: o professor.

O gestor pode ter a melhor das intenções, mas quem alfabetiza é o professor. É o professor que está com a criança, que percebe suas facilidades e dificuldades, que deve identificar qual a melhor estratégia de aprendizado em cada situação e perceber quando algo não está funcionando bem para, então, buscar alternativas. Quanto mais bem preparado e motivado estiver o professor, melhor a qualidade de seu trabalho e melhores os resultados da Educação.

A esperança de uma escola que contribua para a redução das desigualdades no Brasil depende de professores que estejam aptos para esse desafio gigantesco. Cabe a nós, a toda sociedade brasileira, assegurar as condições adequadas para que esses profissionais realizem seu trabalho com cada vez mais qualidade, profissionalismo e dedicação.

3. Disponíveis em: <https://imdsbrasil.org/indicadores/5/mobilidade-intergeracional-pnad-20143>.

Um país em que professores não precisem ser heróis

ISABELA PALHARES

Repórter da Folha de S.Paulo, atua desde 2015 na cobertura de temas relacionados à Educação. Participou da primeira turma do Early Childhood Development Reporting Fellowship, do International Center for Journalists.

Imagine um país que dê condições para professores trabalharem sem precisar ser comparados a heróis. Eles não precisariam interromper suas aulas por tiroteios, não teriam de usar dinheiro do próprio bolso para comprar material escolar para os alunos, não se desdobriariam diariamente, apesar de se sentirem desvalorizados, para continuar tentando fazer a diferença na vida dos jovens.

Não faltam dados para mostrar que professores heróis não são uma minoria no Brasil. Em 2019, segundo a plataforma Fogo Cruzado, 74% das escolas municipais do Rio de Janeiro foram afetadas por ao menos uma troca de tiros com a presença de policiais. Já uma pesquisa do Instituto Península de 2020 mostrou que 32% dos professores de educação física do país precisam levar equipamentos próprios para dar aula. Outro estudo do mesmo instituto, de 2021, revelou também que 77% dos docentes brasileiros se sentem desvalorizados, mas 97% reconhecem ter um papel de transformação na vida dos alunos.

Na mitologia, heróis eram aqueles que tinham poderes capazes de vencer missões impossíveis aos humanos normais. Exigir que professores precisam fazer feitos heroicos para ensinar é assumir que Educação de qualidade é uma tarefa humanamente impossível. Isso também coloca neles toda a res-

ponsabilidade pelo sucesso (ou fracasso) do ensino. Um país que valoriza a Educação entende que os problemas enfrentados em sala de aula não surgiram ali nem podem ser resolvidos apenas pelos professores.

É consenso que uma Educação de qualidade não traz benefícios apenas individuais, mas para toda a sociedade. Um país mais educado tem economia mais forte, mais produtividade e equidade. Também é incontroverso que não há nada mais importante para o desempenho escolar de um estudante do que ter um bom professor.

Valorizar a profissão docente passa por reconhecer que toda a sociedade precisa se responsabilizar e buscar soluções para os problemas do ensino. É função dos governantes, da família e de toda a comunidade. O caminho para a valorização dos docentes é conhecido, mas o Brasil segue há anos na direção oposta. Não à toa, é o país que aparece sempre entre os que mais desprestigiam a carreira nas pesquisas internacionais. Em 2020, um estudo da Varkey Foundation¹ identificou que, entre 35 países avaliados, o Brasil era onde os professores tinham menor prestígio na sociedade, sendo vistos como desrespeitados e mal pagos.

A mensagem que essa percepção generalizada transmite aos estudantes é a de desvalorização da Educação como um todo. As consequências podem ser ainda mais graves para o futuro do país, já que apenas 7% dos que terminam o Ensino Médio pensam em se tornar professores, como mostrou uma pesquisa do Instituto Península em 2021.

Em um momento como o atual, de uma crise educacional sem precedentes após meses de escolas fechadas, é urgente entrar na rota já conhecida para a valorização docente. Reparar os *deficit* inéditos de aprendizagem acumulados durante a pandemia só será possível com professores motivados e com condições para trabalhar, a começar por melhorias salariais. Assim, os docentes não terão mais de enfrentar jornadas duplas e em vários colégios para ter

1. *What the world really thinks of teachers*. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/what-we-do/research/reading-between-the-lines/>.

uma remuneração que permita sua sobrevivência e de sua família. Sem ter de se dividir entre tantas turmas, terão mais tempo para o planejamento de atividades e para fortalecer laços com os alunos e a comunidade escolar.

É preciso garantir também formação adequada aos professores para que se sintam mais preparados em sala de aula. Os últimos dados do Censo Escolar mostram que 40% dos docentes de Ensino Médio fizeram graduação em área diferente da disciplina que lecionam.

Por fim, garantir que a solução para problemas de violência, pobreza e desigualdade sejam de responsabilidade de toda a sociedade. O país não pode mais esperar que seus professores desenvolvam superpoderes para lidar com eles. O Brasil não deveria buscar ter professores heróis, mas, sim, professores valorizados.

Quando o professor é a própria escola...

ISRAEL BATISTA

Deputado federal pelo Distrito Federal, é presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação e foi eleito o melhor parlamentar da Educação pelo Prêmio Congresso em Foco em 2021.

Algo inimaginável aconteceu na pandemia. As escolas fecharam e o Brasil, segundo relatório da OCDE¹, foi o país que manteve as salas vazias por mais tempo. Prejuízo incalculável, não fosse o exército silencioso que travou uma batalha pela Educação. Coube aos professores – e eu me incluo nos 2,2 milhões de docentes em atividade no Brasil – ser o referencial, como uma centelha, em um momento difuso e controverso.

Faltaram recursos e aparatos tecnológicos para chegar até os alunos, é verdade, mas sobraram criatividade e resiliência. Câmeras ligadas, de computadores e celulares, muitas vezes falaram para telas. Houve aqueles que, dado o aprofundamento das desigualdades, percorreram quilômetros a pé e até dentro d'água para levar atividades impressas. Ou, então, estavam *on-line*, tirando dúvidas quase 24 horas por dia.

Enquanto isso, no Congresso Nacional, parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Educação fizeram uma cruzada pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.477/2020 (PL da Conectividade), do qual sou coautor, para garantir acesso a internet e equipamentos adequados para alunos e professores da rede pública. Remando contra a maré imposta pelo Executivo, finalmente, após idas e vin-

1. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

das, tivemos a destinação dos recursos, beneficiando mais de 19 milhões de pessoas.

De volta ao contexto do fechamento das escolas, a pandemia evidenciou que é possível até tirar o espaço físico, o quadro e alguns elementos, mas a Educação não acontece sem o professor. Ele é, por assim dizer, a personificação da própria escola. Foi por isso que, enclausurados com os filhos em casa, os pais (re)descobriram a importância do professor como elemento central na Educação.

O Brasil avançou muito desde a Constituição Federal de 1988, ao garantir acesso à escola para todos os estudantes, além de construir políticas públicas e um sistema educacional. Mas é importante lembrar que sempre deixou o profissional da Educação em segundo plano.

Entre 35 países do mundo, o Brasil ocupa a pior colocação em prestígio dos professores, segundo o levantamento Global Teacher Status, publicado pela Varkey Foundation (2018)², que avaliou o respeito no mercado, o salário, as condições de trabalho e a confiança dos alunos. O mesmo estudo revela que os países mais bem colocados no *ranking* são aqueles com as melhores pontuações no Pisa³. Quanto mais respeitado é o professor, mais satisfatório o desempenho escolar dos estudantes. Mediante essa informação, é possível tirar algumas conclusões.

Ou colocamos o professor na centralidade, com um olhar sistemático e resolutivo, ou seremos um Brasil que fecha as portas, literalmente, para estudantes. Os efeitos colaterais da pandemia – ainda maiores do que os registrados – seriam devastadores, sob pena de perdermos uma geração inteira. Há diversos fatores a serem considerados na temática de valorização docente, como remuneração, plano de carreira, condições de trabalho e reconhecimento social da profissão. Os países que revolucionaram a Educação iniciaram o processo dentro da sala dos professores, é bom registrar.

2. *Índice Global de Status do Professor*. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/pt/o-que-n%C3%B3s-fazemos/pesquisa/%C3%ADndice-global-de-status-do-professor>.

3. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da OCDE.

Valorizar o professor impacta diretamente na qualidade da Educação, com efeitos positivos no crescimento social e econômico. São resultados que perduram anos, capazes de mudar a história de um país. Tamanho é meu apreço pela profissão que abracei muito cedo, que carrego, com muito orgulho, o nome de professor na assinatura parlamentar. Isso me faz lembrar todos os dias do meu compromisso com a Educação. Dentro e fora da sala de aula. Com os meus e os alunos dos colegas, e, também, das gerações que virão. Estamos abrindo caminho.

A importância dos professores da Educação Básica

IZALCI LUCAS

Senador pelo Distrito Federal, desenvolveu carreira profissional como professor e contador.

Os professores são, reconhecidamente, agentes fundamentais para a qualidade da Educação Básica. Não há Educação de qualidade sem professores bem formados, exercendo as suas atividades num ambiente que os valorize.

Educação é atividade regida pelas interações e pela comunicação; é atividade social por excelência. Depende da troca de experiências numa comunidade em que os docentes conduzem os estudantes por caminhos em que estes se defrontam com novas possibilidades, que constituem as oportunidades para a aprendizagem.

Preparar bem os docentes para este exercício profissional, que combina bons conhecimentos sobre os processos de aprendizagem e a realidade social dos seus alunos e o domínio de técnicas e tecnologias, constitui um grande desafio que o país ainda não conseguiu equacionar bem.

Além disso, o Brasil tem, historicamente, déficits na formação da quantidade de professores para atender às demandas das escolas de Educação Básica. A carreira docente, especialmente na área pública, foi perdendo a sua atração em função de muitos fatores, entre os quais a remuneração é um dos mais relevantes. Por essa razão, definiu-se, por meio da Lei nº 11.738/2008, uma política para

elevação progressiva do piso salarial dos professores, reforçada pela Lei nº 13.005/2014 (que estabelece o PNE¹).

Um dos grandes desafios da Educação Básica no Brasil é aproximar a escola das expectativas dos estudantes. Num país em que a distribuição de renda é muito desigual, a preparação para o trabalho deve ser valorizada. Isso exige que a conclusão dos estudos no Ensino Médio tenha como objetivos formativos os fundamentos gerais relacionados às competências para leitura, comunicação, compreensão do mundo, da sociedade e das tecnologias, mas também as competências de natureza socioemocional e o aprendizado para o exercício profissional. Esse conjunto permite ao concluinte da última etapa da Educação Básica o acesso com qualificação às primeiras oportunidades de trabalho, sem as quais sua trajetória profissional será comprometida.

Sem profissionais mais qualificados e capazes de trilhar caminhos de contínuo desenvolvimento, o país ficará também privado de pessoas capazes de exercer com dignidade inúmeras funções que pavimentam o trajeto dos avanços nos campos humano, social e econômico. Para isso, é indispensável a implantação, em grande escala, do itinerário formativo profissionalizante nas escolas públicas de Ensino Médio.

Isso nos defronta com outro grande desafio.

Todas as sucessivas gerações da legislação educacional brasileira, aplicadas em diferentes momentos históricos, apontaram a necessidade de formar mais docentes por processos abrangentes, mas também definiram possibilidades para complementar a formação de outros profissionais para o exercício da docência. É também o caso da Lei nº 13.415/2017, que trata do novo Ensino Médio. Em relação à Educação para o trabalho, isso permite incorporar como docentes profissionais em atividade que, dotados de formação pedagógica complementar, poderão tornar o itinerário formativo profissionalizante mais conectado à realidade.

Seria importante, ainda, adaptar os sistemas de contratação para permitir que esses docentes possam exercer suas atividades

1. Plano Nacional de Educação.

de forma temporária, considerando a dinâmica da demanda por formação em determinadas áreas profissionais, que poderá se esgotar ou ser redirecionada, segundo os mais legítimos interesses da sociedade como um todo e, especialmente, dos estudantes.

Sem proporcionar formação profissional em larga escala para os estudantes de Ensino Médio, o país não poderá responder às necessidades da sua população para superar o enorme fosso social que divide os profissionais qualificados daqueles que não têm formação alguma. Para isso, os professores com perfil mais técnico são essenciais.

Para afetar é necessário afeto

JANAINA BARROS

Professora de formação e de coração, inventora-experimentadora de metodologias de escuta, o que me permite transformar índices de aprendizagem e evasão em escolas públicas na Bahia.

Muito prazer, sou Janaina Barros. Formalmente, professora de formação e coordenadora pedagógica de escolas públicas da Bahia há mais de 20 anos. De coração, sou também inventora-experimentadora de metodologias de escuta, o que me permite transformar índices de aprendizagem e de evasão nas escolas onde atuo.

Mais do que gostaríamos, acontecimentos sociais levam para dentro das escolas inquietações que alargam distâncias. Pandemias, enchentes e toques de recolher são situações que nada parecem ter a ver com a escola – mas possuem um potencial enorme de impactar a jornada dos nossos alunos. Em alguns desses casos, a tecnologia emergiu como um elemento importantíssimo para que a Educação não ficasse para depois – mas nunca capaz de substituir o papel importante do professor como aquele que diminui as distâncias criadas e que sustenta processos humanizados de acesso ao conhecimento.

Diante dos agravantes históricos, o lugar de origem ou residência do aluno, a cor de sua pele, quem são seus pais, onde trabalham e o salário que ganham afetam (e em alguns casos determinam) a relação do aluno com o conhecimento – bem como sua percepção dos estudos como mola propulsora para a realização de sonhos e projetos. Além disso, a invisibilidade do aluno rural, o racismo estrutural, a não disponibilidade de material de pesquisa, a não viabilidade de acesso à internet e de um computador para organizar as ideias são aspectos que afloram dores e conflitos. Não podemos

abrir mão de políticas públicas que diminuam essas desigualdades de oportunidades, mas sabemos que, na busca por melhores condições de aprendizagem, existe uma ferramenta capaz de transformar radicalmente as condições de estudo e a experiência de aprendizagem: a relação professor-aluno.

Observei muitas vezes que, em momentos de acirramentos sociais e crises de grandes proporções, meus colegas professores escancaram de maneira ainda mais incisiva a necessidade de incluir e trazer para perto os alunos. Parece que todos eles têm dentro de si um conhecimento basilar que guia suas atitudes: todos os alunos aprendem – mas alguns só aprendem se forem amados. Nessas circunstâncias, as relações humanas se sobrepõem às práticas profissionais e às políticas públicas. Só um sujeito atento a sua responsabilidade social tem a capacidade de criar condições de inclusão e de possibilitar o acesso ao conhecimento para aqueles a quem o saber foi, historicamente, negado.

Ao longo da minha trajetória passei por diversas escolas, diferentes de diversas formas, mas com profissionais que tinham princípios comuns entre si. Refiro-me à capacidade de criar espaços produtivos de escuta das vozes dos alunos e de imaginar o que há por trás de um olhar, de um gesto ou de uma fala. E à disposição em aprender a analisar o que está por trás dos não aprendizados, sem negociar o que os sujeitos devem aprender, e se solidarizando com o contexto – agindo a favor deste, na busca de uma relação humana, equânime e com direitos de aprendizagem garantidos.

Mas é preciso estarmos atentos. Que história é essa de que a Educação Básica pública é um direito quando, na verdade, a regra são os altos índices de reprovação, estudantes que não aprendem de verdade ou que desistem de buscar na escola os conhecimentos necessários para realizar seus projetos de futuro?

Não pretendo aqui assumir uma postura ingênua e depositar toda a responsabilidade do sucesso ou do fracasso das ações desenvolvidas na escola na figura do professor. **Mas me sinto no dever de insistir e sinalizar que, quanto mais os estudantes se identificam com a escola, mais se amplia sua sensação de pertencimento com a Educação. Aos olhos dos alunos, a escola é o professor. O professor assume o papel de entidade, sendo o**

principal representante do saber. O estudante necessita sentir-se apoiado por um projeto que não abra mão do diálogo. Como a escola como entidade não fala nem escuta, cabe ao professor personificar esse papel. Assim, a equação parece não ter incógnitas: é a soma de vínculos de afeto, aprendizagens com sentido e políticas públicas adequadas que torna possível vislumbrar dias melhores na Educação.

Fica o meu apelo diante do que aqui argumentei: é preciso seguir lutando contra a ideia de que ensinar é fácil ou meramente conteudista. A incerteza, longe de ser um desafio esporádico, é uma particularidade do cotidiano do educador comprometido eticamente com seus alunos. É um erro pensar que qualquer pessoa com um pouco de dedicação, conhecimento, paciência e bons recursos será capaz de exercer a docência com relativo sucesso. Como em todos os campos profissionais, na Educação é necessário dispor de conhecimento, capacidade e práticas específicas para atender os sujeitos da aprendizagem, considerando suas histórias, o lugar onde vivem, o sentido e o significado da Educação para cada um deles.

Que diferença fazem os professores que fazem a diferença?

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA

Presidente do Instituto Alfa e Beto.

Em 2021, saiu a versão 3.0 do livro *Teach like a Champion*, de Doug Lemov¹. Imagino como seria fantástico assistir às aulas desses professores. Dar aulas como eles. Tê-los em nossas escolas. E aí esbarramos com a limitação do livro: as boas práticas existem e possivelmente são eficazes, mas dependem de talentos especiais, raros e difíceis de encontrar, daí a limitação de políticas baseadas nas “melhores práticas”. É preciso olhar as evidências.

Currículos, professores, avaliação e gestão constituem os pilares da escola e da Educação. Professores são peça central. Há robustas evidências sobre o impacto do professor².

- Professores fazem diferença. Ser aluno de um bom professor afeta o seu desempenho. O impacto é cumulativo.
- De tudo da escola, o professor é o que mais influi: em média o impacto é de .10 de um desvio padrão (DP), mas os 20% melhores professores têm impacto superior a .30 DP – mais de meio ano letivo.

1. LEMOV, D. *Teach like a Champion 3.0: techniques that put students on the path to college*. San Francisco: Jossey-Bass, 2021.

2. Este texto se apoia nos capítulos 9 a 13 de: CHRISTOPHE, M.; ELACQUA, G.; Martinez, M.; OLIVEIRA, J. *Educação baseada em evidências: como saber o que funciona em Educação*. Rio de Janeiro: Instituto Alfa e Beto, 2015.

- Pouco sabemos sobre o que faz um professor ser bom, mas sabemos que o mais relevante é o nível de habilidade cognitiva; em seguida, o domínio da matéria; em terceiro, o domínio da turma. Os dois primeiros levam tempo e são difíceis de mudar. O terceiro se aprende rapidamente, mas precisa levar jeito para isso, o que só se detecta no estágio probatório.
- Um bom professor também é afetado pelo clima escolar: onde há um clima acadêmico de respeito e disciplinado, ele viceja; onde não há, ele fenece.
- Estágios probatórios funcionam quando o professor consegue (a) aprender e praticar em escolas que funcionam bem; (b) observar bons professores dando aula; e (c) receber *feedback* de professores-tutores experientes, capazes de mostrar o que querem ensinar.

O que fazer com essas evidências? Quais políticas ajudariam o Brasil a melhorar a qualidade de seus professores? **O Brasil está diante de uma janela de oportunidade que começa a se fechar: nos próximos anos, terminará a redução no número de nascimentos, seguida de uma estabilização. Teremos menor demanda por professores e menor necessidade de repor os que se aposentam. Até o início da década de 2030, poderão se aposentar mais de 50% dos atuais professores. Portanto, é a oportunidade para renovar o plantel.**

- A longo prazo, deve-se elevar o patamar de exigência dos candidatos a professor. O desejável é exigir 650 pontos ou mais num teste como o Enem³ ou equivalente, e superior a 550 pontos numa prova como o Pisa da OCDE⁴.
- A curto prazo, o Brasil poderia aumentar a oferta se for permitido que qualquer egresso do Ensino Superior possa vir a ser professor. Critérios adicionais: o nível cognitivo e a apro-

3. Exame Nacional do Ensino Médio.

4. Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

vação numa prova nacional de conhecimento da disciplina e dos conteúdos que vai ensinar. Essa nota poderia contar como parte do concurso de acesso. Diferentes instituições poderiam ser habilitadas para oferecer exames.

- Estágios probatórios rigorosos estabelecidos pelas redes de ensino e implementados progressivamente ao longo de uma década permitiriam (a) criar escolas para servir de modelos replicáveis; (b) formar professores-tutores capazes de demonstrar as práticas que ensinam; e (c) haver rigor na avaliação dos professores que seriam efetivados.
- Novas carreiras seriam necessárias. Para oferecer salários elevados capazes de atrair melhores candidatos, a carreira deveria ser “achatada” como na maioria das profissões: os aumentos anuais seriam modestos e os salários, no máximo, dobrariam ao longo da vida. Com piso inicial elevado seriam atrativos.

E o que fazer com os professores que não migrarem? Também quanto a isso há evidências conhecidas por “ensino estruturado” – devidamente implementado com sistemas adequados de supervisão.

É o professor, estúpido!

JOÃO MARCELO BORGES

*Mestre em economia política internacional pela London School of Economics
e pesquisador do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e
Políticas Educacionais, da Fundação Getúlio Vargas.*

Em 1992, em reunião no comitê do então candidato Bill Clinton, um dos estrategistas do Partido Democrata deixou a seguinte frase num quadro com sugestões de temas que dominariam a campanha para presidente da República nos Estados Unidos: “A economia, estúpido”. Um ano antes, o ocupante da Casa Branca, George W. H. Bush, havia alcançado 90% de popularidade e sua reeleição parecia garantida. Não obstante, Clinton concentrou sua campanha nos temas econômicos, derrotou Bush e o resto é história.

Trinta anos depois, o Brasil vive sua maior tragédia educacional em função das disrupções causadas pela pandemia e da péssima resposta nacional a ela. Todos nos perguntamos o que deve ser feito para superar esse desafio. Obviamente não há resposta única, pois um trauma sistêmico requer reação também sistêmica. Contudo, qualquer estratégia começa assim: “É o professor, estúpido!”

Entre os fatores intraescolares que influenciam a aprendizagem dos estudantes, nenhum é mais importante que a qualidade dos professores. Rivkin, Hanushek e Kain demonstraram em *Teachers, Schools, and Academic Achievement* (2005) que seria mais efetivo investir para melhorar em um desvio-padrão a qualidade média dos professores em uma escola do que reduzir o tamanho da turma retirando dela dez alunos.

No entanto, melhorar as competências dos professores é uma tarefa hercúlea, ainda mais em um país com as dimensões do Bra-

sil, com mais de 1,8 milhão de docentes só na Educação Básica. E temos avançado pouco. Por exemplo, o país tem privilegiado a titulação em detrimento da formação de competências dos professores. Entre 2010 e 2019, a proporção de professores da Educação Básica com Ensino Superior completo aumentou de 69% para 85%, mas somente 74% das turmas de matemática no Ensino Médio em 2019 tinham docentes com a formação adequada para a disciplina (Censo Escolar/Inep¹). Mais importante ainda é o fato de que são as competências, e não as certificações formais, que determinam a efetividade de um professor, conforme crescente corpo de evidências empíricas.

Falar das competências dos docentes requer analisar sua formação inicial e continuada. A BNC-Formação² visa enfrentar algumas das principais deficiências nessa área no Brasil: a baixa eficácia das estratégias formativas (fragmentadas, excessivamente teóricas, desvinculadas das práticas pedagógicas e das avaliações) e a falta de incentivos formais para melhorar a qualidade do ensino dos professores.

As duas resoluções, apesar de suas lacunas, induzem importantes melhorias, mas precisarão chegar aos cursos de formação inicial e aos provedores de formação continuada. Considerando que a maior parte da formação de docentes brasileiros se dá em faculdades privadas e a distância, será necessário um poder regulatório, não visto no Ministério da Educação (MEC) na última década, para assegurar que essas normas se transformem em práticas.

Mesmo que tudo isso seja aprimorado, quem quer ser professor no Brasil? Nos países com melhor desempenho educativo, os professores são selecionados entre os alunos do Ensino Médio com melhores resultados acadêmicos, e os salários são mais competitivos que a remuneração média dos docentes brasileiros. O país testemunha o exato oposto e por isso não admira que seja a nação onde os professores possuem o mais baixo *status* social

1. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

2. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

entre as 35 nações do Índice de Status Social dos Professores, da Fundação Varkey³.

Por fim, apesar de existirem instrumentos adequados para a contratação de professores, o Brasil não os utiliza adequadamente. As provas de concursos privilegiam questões históricas, regulatórias e de conhecimento disciplinar, mas pouco exigem de experiência prática. O estágio probatório, por sua vez, geralmente é um mero lapso até a efetivação dos professores.

Diante dos múltiplos desafios, antigos e novos, enfrentados pela Educação brasileira, é preciso reiterar a priorização absoluta dos docentes em qualquer planejamento estratégico para vencer a maratona que temos pela frente. Essa, por sua vez, não deve buscar “reconstruir melhor” (*build back better*), mas “construir um novo melhor” (*build forward better*). Quem fará isso são os professores, ou então não será feito.

3. *What the world really thinks of teachers*. Disponível em: <https://www.varkeyfoundation.org/what-we-do/research/reading-between-the-lines/>.

Os não professores

JOICE LAMB

Graduada em letras com especialização em Gestão Escolar e Coordenação Pedagógica, é professora e coordenadora pedagógica da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo (RS) e vencedora do Prêmio Educadora do Ano de 2019.

Sou professora da rede pública municipal há mais de 30 anos. Durante esse tempo sempre ouvi a respeito da necessidade de valorização dos professores, da importância deles (nossa) como peça central na tão necessária melhoria da Educação pública brasileira. Entendo que essa “valorização” não tem apenas um significado ou uma só intenção, é um conceito múltiplo e recheado de possibilidades, tanto favoráveis quanto desfavoráveis para a nossa classe.

O sociólogo português Manuel Jacinto Sarmiento traz, em diversos textos, o conceito de não criança. A infância é protegida por diversas leis e tratados, mas nesse mundo tão desigual, as crianças são as mais desamparadas. A visão moderna de infância se entrelaça com a da criança como “o sujeito menor de idade”, que é sem-teto, que pede esmola nos faróis, que é substituído por comida, que trabalha 16 horas por dia, que foge de guerras, que é cooptado pelo tráfico, que luta em milícias. Esses sujeitos também são crianças e deveriam ser protegidos pela lei, mas simplesmente não o são, então o conceito de não criança se faz real.

Entrelaçado com o puro e belo ideal de professor, também existe o outro lado: o não professor. Existem vários professores no Brasil que têm sua carreira valorizada: os de universidades, de escolas técnicas federais, de escolas particulares da elite etc. A sociedade brasileira se regozija em exaltar esses profissionais, o que é correto, eu tenho que dizer. Mas a maioria dos professores do Brasil luta ainda para ver cumprido o piso salarial, não tem um plano de carreira adequado, trabalha em escolas insalubres, ainda

precisa fazer greve por um pouco de valorização e quando o faz é chamado de baderneiro. Esses cidadãos são geralmente professores das grandes redes públicas municipais e estaduais de Educação Básica. Justifica-se essa diferença dizendo: vocês precisam ter melhor formação, ser mais produtivos, ter mais sucesso, conhecer mais práticas, ter incentivo por mérito, seguir os manuais. Vocês ainda não estão prontos. E os professores, cansados da luta sem avanço, acreditam que devem se esforçar mais, porque não estão prontos para serem o que o país precisa, e deslizam sem perceber para esse lugar de professores não-professores. Professores que são culpados pelos próprios infortúnios.

Hoje, **milhares de não professores estão lutando ao lado de milhares de não crianças, milhares de não cidadãos, de não pessoas por uma vida digna.** Entendo que precisamos tirá-los desse lugar de não professores, mas não para esse lugar idealizado e formatado, e sim para um lugar real, construído por meio da discussão democrática e do trabalho colaborativo.

Qualquer pacto de “valorização dos professores” que se estabeleça não pode ser feito sem ouvir aqueles que serão os destinatários das políticas – os professores da Educação Básica que trabalham na escola pública nas redes estaduais e municipais. Esses professores precisam exercer o protagonismo não só na vida real, mas também no imaginário social constituído a respeito deles. Basta de dizer que os professores são mal preparados, desmotivados e doentes. A valorização real dos professores e a verdadeira transformação da Educação pública brasileira passa por salários justos e dignos, possibilidades de ascensão na carreira, investimento em infraestrutura, formação continuada em serviço e uma verdadeira gestão democrática nas escolas e nas redes, com assembleias, conferências, conselhos e fóruns municipais permanentes.

Dessa forma, faremos uma revolução real e duradoura, diferente das constantes reformas que só servem para maquiagem os problemas e apaziguar os sentimentos da sociedade em geral, enquanto continuam empurrando mais e mais professores para a invisibilidade, permitindo e legitimando que existam categorias de pessoas sem direitos.

Professor: diferenciado entre os iguais

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

Professor da Fundação Getúlio Vargas/Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas e diretor do Centro de Desenvolvimento da Gestão Pública e Políticas Educacionais. Trabalhou de 2004 a 2014 no Ministério da Educação, onde ocupou as funções de ministro de Estado, secretário-executivo e presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Ao longo dos séculos, para não dizer dos milênios, muito já se falou a respeito do professor e do seu importante e particular papel na formação dos jovens e da sociedade. Desse modo, é extremamente difícil dizer algo novo sobre esse ofício. A verdade é que a docência é uma das profissões que mais exigem responsabilidade daqueles que a exercem. Não apenas é o professor quem auxilia na formação e capacitação de todos os demais profissionais, como, independentemente das dificuldades que se apresentem durante o exercício de sua prática, atua com um alto propósito, que é o de transformar a vida de crianças e jovens. Daí ser um profissional extremamente diferenciado, já que sempre leva uma mensagem de esperança e carrega consigo uma missão: a de garantir a aprendizagem, a conquista do conhecimento e o crescimento de seus estudantes sob os mais diversos aspectos.

Esse compromisso com a aprendizagem é a garantia de aprendizagem para todos, não obstante as adversidades e todos os riscos decorrentes da pandemia e das desigualdades econômicas, sociais e, particularmente, educacionais. Apesar das dificuldades, o professor tem o compromisso de não deixar ninguém para trás – um compromisso decorrente da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas

(ONU), portanto, compromisso universal, transformador e baseado no respeito aos direitos humanos. É importante lembrar que a Agenda 2030 é o mais abrangente plano já elaborado por qualquer instituição para a erradicação da pobreza extrema, a redução das desigualdades sociais e a proteção do meio ambiente e do planeta.

Para cumprir com esse propósito, especialmente num país como o Brasil – que apresenta um nível de profunda desigualdade em todos os campos e sob qualquer ângulo que se encare a realidade –, o professor precisa de extrema sensibilidade e versatilidade para conseguir compreender e auxiliar os estudantes em suas necessidades específicas. Durante a pandemia, por exemplo, alguns dos principais problemas apresentados pelos jovens das classes média e alta estavam associados a não sair de casa. No sentido exatamente contrário, alguns dos principais problemas dos jovens pobres estavam ligados a não sair das ruas, seja porque o espaço em casa era exíguo, seja porque não havia móveis nem equipamentos para que pudessem estudar ou se ocupar, seja porque viviam e/ou presenciavam situações de violência doméstica. É preciso considerar, ainda, que os problemas decorrentes da pandemia tendem a aumentar a desigualdade na aprendizagem.

Desse modo, e **como agente formador de cidadãos habilitados a atuarem na sociedade, é fundamental que o professor tenha garantido o suporte para enfrentar e vencer seus desafios.** Esse suporte deve ser dado pela gestão educacional a partir da cultura de acompanhamento, que permite identificar as necessidades de apoio e aprimoramento ao professor, tais como formação continuada, melhoria das práticas pedagógicas, apoio à metodologia de ensino e fornecimento de material didático. A partir do SNE¹, a visão deve ser sistêmica, onde os entes se apoiam por meio do regime de colaboração para atingirem o objetivo da aprendizagem.

Esse apoio deve ser dado já na formação inicial dos professores, que precisam aprender e dominar as práticas pedagógicas. Considerando que os cursos de formação inicial docente têm mui-

1. Sistema Nacional de Educação.

ta teoria e pouca prática, a BNC-Formação² está ancorada em três eixos que vão nortear a formação inicial e continuada dos docentes de todo o país para melhorar a aprendizagem, desde a alfabetização até o Ensino Médio: conhecimento, prática e engajamento.

Resumidamente, a BNC-Formação diz que, no eixo do conhecimento, o professor deve dominar e saber como ensinar os conteúdos, conhecer os estudantes e seus processos de aprendizagem; na prática, deve planejar as ações de ensino que resultem na aprendizagem efetiva e conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, competências e habilidades previstas no currículo; e, no eixo do engajamento, deve ter compromisso com o próprio desenvolvimento profissional, a aprendizagem dos estudantes e o princípio de que todos são capazes de aprender. O ponto mais importante, contudo, é a prática pedagógica, que havia antigamente e, ao longo das últimas décadas, deixou de ser exercida.

Ao cumprir o seu propósito, o professor está contribuindo fortemente para a criação de uma sociedade socialmente mais justa e voltada para a paz.

2. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

Investir no professor pode transformar diagnóstico de crise em soluções efetivas

JOSÉ MENDONÇA FILHO

Consultor da Fundação Lemann, foi ministro da Educação e governador de Pernambuco.

De uma família simples de agricultores e pequenos comerciantes do Nordeste, no Agreste pernambucano, descobri cedo a Educação como um valor familiar. Meu avô materno não concluiu os estudos, era autodidata e escrevia poesia. Meu pai, órfão cedo, virou arrimo de família, terminou os estudos tornando-se a primeira geração da sua família com curso superior. Na nossa casa, a Educação sempre foi vista como uma janela a mostrar que o mundo é maior do que o nosso quintal. Nesse ambiente, onde a Educação vem transformando a vida de gerações, o professor sempre foi uma autoridade, um sinônimo de Educação.

Na vida pública tive o privilégio de vivenciar a Educação noutra perspectiva, a da política pública. A pauta da Educação é extensa, complexa e traz o professor como figura central. Seja na identificação de problemas ou na busca de soluções, a sua importância se faz presente. A qualidade das aprendizagens depende da qualidade do trabalho do professor. As evidências mostram que, entre os fatores que podem ser controlados pela política educacional, o professor tem o maior peso no desempenho dos alunos.

Meu primeiro encontro com a Educação pública foi nos anos 2000, ao coordenar como vice-governador a implantação das es-

colas em tempo integral em Pernambuco. Modelo inovador de Ensino Médio, em pouco tempo apresentou desempenho muito superior ao sistema educacional regular, tanto acadêmico, como na condição de trabalho e salarial dos professores. Depois, no Ministério da Educação, conheci de maneira sistêmica a fascinante e complexa engrenagem da Educação brasileira. Foi a mais instigante e desafiadora função que ocupei em mais de 30 anos de vida pública.

Por quase dois anos percorri todos os estados, conversei com educadores, professores, pais e estudantes. Ouvi, vi de perto e senti as dores dos diversos personagens que formam o quebra-cabeça do sistema educacional. Nessa jornada, ficaram **duas certezas. A primeira é que a Educação só dará o salto de qualidade que precisamos quando for prioridade na agenda do país, como são a economia e a política. A segunda é que a Educação deve estar acima de ideologias e preferências partidárias.** Na gestão pública, é preciso coragem política para fazer mudanças.

A Educação impacta a vida das pessoas, e a cada atraso numa solução deixa-se para trás o futuro de crianças e jovens. Essa certeza nos levou a, em pouco tempo, apresentar no Ministério da Educação (MEC) um conjunto de mudanças estruturais. Com uma equipe técnica comprometida, fizemos a reforma do Ensino Médio, incluindo a política nacional de escolas em tempo integral; entregamos a primeira BNCC¹; a política nacional de alfabetização; o novo Fies²; mudamos o Enem³.

Para esse conjunto de ações ter efetividade, era urgente enfrentar um dos gargalos da Educação: a formação do professor. O diagnóstico: baixa qualidade da formação inicial dos professores, currículos extensos e diversos, ausência de atividades práticas, estágios curriculares sem planejamento e vinculação com as escolas, desempenho insuficiente dos estudantes. Não podíamos prescindir de uma política nacional de formação de pro-

1. Base Nacional Comum Curricular.

2. Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

3. Exame Nacional do Ensino Médio.

fessores capaz de olhar para frente, melhorando e integrando os programas existentes.

Lançada em 2017, com foco na ampliação da qualidade e do acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, a política de formação incluiu a base nacional docente; o programa Residência Pedagógica; e o ProUni⁴, flexibilizando a legislação para preencher vagas ociosas de licenciatura e a retomada de oferta de vagas pela Universidade Aberta. Na formação continuada, uma plataforma com cursos e percursos formativos, certificações, mestrados profissionais, especialização, cooperação internacional.

É muito gratificante ver sementes plantadas – o Novo Ensino Médio, a BNCC, o Residência Pedagógica, a BNC-Formação⁵ – darem frutos. Dados da CAPES⁶ apontam que 246 instituições de Ensino Superior têm o Residência Pedagógica, hoje presente em 2.875 escolas e 656 municípios, beneficiando 35.891 licenciandos. O impacto das experiências pessoais, acadêmicas e profissionais dos professores afetados por ações como o Residência Pedagógica certamente vai transformar o diagnóstico de crise em soluções efetivas. É disso que o Brasil precisa.

4. Programa Universidade para Todos.

5. Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

6. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Reflexões e práticas em escolas amazônicas e o ser professor na contemporaneidade

KÁTIA SCHWEICKARDT

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em ciências do ambiente e sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Idealizadora do Programa “Plantar Educação para colher árvores” e consultora especialista da Região Amazônica do Instituto Gesto.

Pensar no ser professor na contemporaneidade, especialmente no mundo pós-pandemia, pode nos levar a nos conectarmos com outras experiências educacionais até então bastante invisibilizadas e, muitas vezes, restritas a territórios específicos. A Escola Municipal Indígena Kanata T-Ykua, à beira do rio Negro, em Manaus, é uma dessas que teria muito a nos dizer sobre práticas de gestão e pedagógicas significativas. Toda sua organização pedagógica se dá em torno da vida em comunidade, das questões culturais, nos saberes e nas experiências dos anciãos, do aprendizado colaborativo, integral e ambientalmente referenciado. Instruir os alunos não é algo apartado de formá-los como cidadãos sustentáveis, das questões relacionadas a sua cultura, ao seu território e a sua ancestralidade.

Ao pensar na ação docente nos dias de hoje, precisamos pensar na clássica relação entre Educação e instrução, que é a essência do fazer pedagógico. Desde a sua origem, a missão da pedagogia é a formação integral do cidadão. Porém, o seu fazer sofre mui-

tas modificações ao longo do tempo. Em cada uma das revoluções que marcam boa parte dos processos de aprendizagem na lógica do mundo ocidental, desde a invenção da escrita até o advento da internet, na virada dos séculos 20 para o 21, o ser humano passou a lidar com o cérebro e a aprender de maneira diferente. As nossas crianças não aprendem da mesma maneira que nós e não se relacionam com o conhecimento do mesmo modo (NÓVOA, 2019, 2013, 2009).

A neurociência pensa, hoje, que não são as mesmas regiões do cérebro que são excitadas por uma folha de papel e por uma tela de computador. Há uma reorganização da pessoa inteira (MIRANDA; DE MORAES, 2018; RATO; CASTRO-CALDAS, 2010; CARVALHO, 2010). Sempre digo que temos um descompasso de 200 anos entre a escola tradicional e as expectativas dos alunos e as competências e habilidades a serem trabalhadas na escola contemporânea. A escola, com a arquitetura e estrutura que conhecemos, se organiza no século 19, no processo de modernização e industrialização. Sua função era disciplinar os corpos e preparar os trabalhadores para a indústria nascente. Instrução e disciplina eram a sua finalidade.

Boa parte de nossos professores foram formados no século 20. Uma parte desses professores teve a ênfase da sua formação e atuação na perspectiva crítica à alienação e à desigualdade promovida por essa escola a serviço da reprodução sistema; outra parte, no modelo instrucionista e de transmissão de conteúdos – modelo este que resiste há muito tempo e que teve importância estratégica para levar a escola a todos com resultados relevantes no acesso ao direito à Educação.

Hoje, já sabemos que esse modelo não sobre-existe como projeto futuro. Não basta garantir o acesso à escola. É preciso promover ambientes criativos e colaborativos para a aprendizagem. O pensamento crítico não é uma alternativa à escola de qualidade, é parte dela. Não há Educação de qualidade que não incorpore a diversidade, os conhecimentos e a cultura local, que não promova aprendizagem significativa, em que todos, professores e alunos, possam aprender juntos.

Esse é o grande desafio dos professores hoje. No mundo contemporâneo, a informação se tornou disponível na palma da mão

de todas as pessoas, e como tal, mudou o eixo do poder. Em termos esquemáticos, podemos considerar que, na sociedade moderna ocidental, a escola que temos é a do século 19, o professor está no século 20 e os estudantes são do século 21. O que isso significa? Que a maior parte de nós usamos o computador como um instrumento, ao passo que as crianças e adolescentes de hoje vivem no e pelo computador.

Michel Serres, filósofo francês que trabalhou no Brasil, muito crítico à filosofia cartesiana, fala que desde a invenção do telefone, nossa percepção e significação de proximidade mudou drasticamente (SERRES, 2017). Ao ligar para alguém em outro país, podemos estabelecer uma conexão, uma relação de “vizinhança”, que é possível que não tenhamos com a pessoa que vai ao nosso lado no ônibus. Isso dá ao mundo atual um outro perfil. Muda a nossa noção de geral e particular.

Porém, não basta ter a informação para ter o SABER. O processo de produção do conhecimento de modo relacional se mantém. É preciso que alguém ensine. Só que esse ato de ensinar muda de configuração: deixa de significar instruir e passa a se reconectar com a ideia clássica da *Paideia* (origem da palavra “pedagogia”), educar, formar a pessoa no sentido geral.

É evidente que o professor precisa dominar sua disciplina, ter repertório. Isso é indiscutível. Agora, não estamos mais falando de um professor que tem que saber de tudo para poder “ensinar”. O novo professor deve ser aquele que se dispõe a sempre aprender junto com seus alunos e a superar a configuração da transmissibilidade para a da interatividade.

Toda essa discussão não é recente. Essas questões já eram debatidas desde os pioneiros da Escola Nova (CAMPOS; SHIROMA, 1999). Cada criança aprende de uma maneira própria, porém isso não é possível no atual ambiente escolar. É preciso mudar a estrutura da escola, começando pela reorganização da sala de aula e a derrubada dos muros da escola para uma maior integração com o território onde está inserida. O professor precisa ser capaz de tornar a sala de aula um ambiente de aprendizagem que não fique restrito a quatro paredes. Deve praticar com seus alunos a aprendizagem colaborativa e a autonomia, a pesquisa e a resolu-

ção de problemas. Deve buscar metodologias para a personalização e organização da aprendizagem, tornando-se um orientador do percurso formativo dos estudantes, um mediador do processo de produção do conhecimento colaborativo e engajado no mundo que eles devem experimentar – e desde muito pequenos. Ser professor deve ser entendido como uma profissão coletiva.

Assim, a formação, seja a inicial ou continuada, precisa considerar que a prática de sala de aula não é um acessório do processo e, sim, estruturante na constituição da ação docente. O estágio deveria ser substituído por um sistema de prática, intensivo e progressivo, em que a teoria e a prática vão se articulando.

Se sempre foi fundamental ser um profissional que ajudasse a estabelecer pontes entre seus alunos e o mundo (FREIRE, 2014), agora, mais do que nunca, ele precisa ser capaz de estabelecer interações produtivas: com os alunos, com as famílias e a comunidade no entorno da escola e com seus pares.

As escolas indígenas e ribeirinhas na Amazônia, com várias de suas salas multisseriadas e suas construções sem muros e, muitas vezes, sem paredes, cujo fazer e ser não se separam da existência nem das experiências e contradições das suas vidas em comunidade, nem do território em que estão inseridas, podem ser uma importante bússola para a urgente reinvenção da escola, especialmente no mundo pós-pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Roselane; SHIROMA, Eneida. O resgate da Escola Nova pelas reformas educacionais contemporâneas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 80, n. 196, 1999.
- CARVALHO, Fernanda Antoniolo Hammes de. Neurociências e educação: uma articulação necessária na formação docente. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 8, n. 3, p. 537-550, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- MIRANDA, Carlos Roberto; DE MORAES, Elisangela Figueiredo. A neurociência na educação infantil. *Revista de Pós-graduação Multidisciplinar*, v. 1, n. 5, p. 99-114, 2018.
- NÓVOA, António. *Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.
- _____. Entrevista com o prof. Antonio Nóvoa. *Olhares: Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp*, 1(1), p. 416-418, 2013.
- _____. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. *Educação & Realidade*, v. 44, 2019.
- RATO, Joana; CASTRO-CALDAS, Alexandre. Neurociências e educação: Realidade ou ficção?. In: Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, 2010, p. 626-644.
- SERRES, Michel. *Tempo de crise*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2017.

A valorização docente e a coerência pedagógica sistêmica

KATIA STOCCO SMOLE

Diretora do Instituto Reúna.

Os professores se encontram entre as fontes de influência mais poderosas para que a aprendizagem de qualidade e com equidade aconteçam. Assim, pode parecer redundante que, em pleno desenrolar do século 21, em cenário desafiador como esse causado pela pandemia, com impacto alarmante na Educação brasileira, tenhamos que reforçar a importância do professor para a Educação pública de qualidade e com equidade. Parece, mas não é.

No Brasil de 2022, avançamos em diversos aspectos da Educação incluindo acesso à escola desde a Educação Infantil, a conquista de uma BNCC¹, e a permanência da principal política de financiamento da Educação Básica com a aprovação da nova lei do Fundeb². No entanto, como entre essas conquistas ainda não há claramente a valorização da profissão docente, até a implementação dos referidos avanços, os reflexos na aprendizagem dos estudantes podem estar comprometidos.

Entre as muitas opções de abordagem para a centralidade do professor na Educação pública brasileira, a opção, neste artigo, foi pela relação com a aprendizagem profunda dos estudantes, associada ao conceito de visão pedagógica sistêmica.

1. Base Nacional Comum Curricular.

2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

Aprendizagem profunda é um conceito amplo, que se refere a habilidades, conhecimentos, atitudes e competências que os estudantes devem adquirir para serem cidadãos responsáveis e poder avançar em seus projetos de vida. Esse conceito se caracteriza pela integração do conhecimento novo com outros que o estudante já possui, favorecendo sua compreensão e uso, no longo prazo, em diferentes contextos para resolução de problemas diversos.

No pilar da aprendizagem profunda, se faz essencial a clareza do que se espera que os estudantes aprendam em cada etapa escolar, reforçando a centralidade de um referencial curricular nacional no que diz respeito às mudanças educacionais que pretendem impulsionar a aprendizagem de qualidade com equidade em escala. Também é relevante uma revisão da prática pedagógica, bem como mudança nas avaliações de aprendizagem, na formação docente e, ainda, nos recursos utilizados para que a aprendizagem aconteça. A relação entre todos esses aspectos constitui o que Smole (2021) denominou de coerência pedagógica sistêmica.

Não é necessário um grande esforço para compreender que a condução desse processo pedagógico e sistêmico em sala de aula ficará a cargo do professor, de quem são esperadas capacidades, como desenvolver o capital humano e social dos estudantes; traduzir as metas curriculares em um plano de trabalho baseado em evidências das avaliações que pratica, com experiências didáticas que garantam as aprendizagens; e a capacidade de atuar em comunidade docente, entre outras.

Para alcançar tais patamares, é **premissa que o professor tenha formação de excelência, mas outras coisas devem se somar a isso, tais como a valorização da carreira docente, o direito de exercer a docência em condições dignas e, também, um amplo reconhecimento nacional, pelos mais diversos atores, da importância da profissão docente.** Segundo Hargreaves e Fullan (2014), quando todos esses fatores caminham juntos, aliados a uma boa gestão das escolas, a maioria dos professores é capaz de alcançar alto desempenho e ensinar como um craque.

Não há como alcançar em nosso país a coerência pedagógica sistêmica, nem Educação de qualidade com equidade, sem a criação de políticas consistentes de valorização docente. Afinal,

quando a porta da sala se fecha, é o professor quem conduz, e isso lhe dá um poder maior do que tem qualquer outro ator no cenário educacional, sendo por isso que o progresso contínuo, consistente e duradouro de bons resultados educacionais só poderá ser feito por e com eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HARGREAVES, A.; FULLAN, M. *Capital profesional: transformar la enseñanza en cada escuela*. Madrid: Morata, 2014.
- SMOLE, K. S. BNCC – Desafios da implementação dos novos currículos. In: GARCIA, L. M. M. e LIMA, A. C. (org.). *Educação em movimento: o direito universal, as transformações e possibilidades durante e após a pandemia* [livro eletrônico]. São Paulo: Fundação Santillana: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/educacao-em-movimento/>.

O país dos bares abertos e das escolas fechadas

LAURA MATTOS

Colunista e repórter especial da Folha de S.Paulo, integra o grupo de pesquisa Jornalismo, Direito e Liberdade na Universidade de São Paulo.

Após enfrentar seguidas tentativas de suicídio da mãe, uma garota de 12 anos resolveu imitá-la e tentou se matar. Sua professora de matemática percebeu que algo não ia bem, chamou-a para conversar e depois lhe entregou uma carta com uma sugestão: “Quando estiver triste, coloque os problemas nas mãos, feche-as e diga: ‘Vocês não vão me vencer’”. Ela seguiu o conselho, teve forças para elaborar seus traumas e acabou se tornando uma das principais especialistas em prevenção ao suicídio do Brasil.

A história da psicóloga Karina Fukumitsu ilustra a dimensão do papel dos professores. **Além da tarefa de ensinar matemática, língua portuguesa e tantas outras disciplinas fundamentais, eles têm o potencial de dar suporte ao desenvolvimento socioemocional e formar redes de proteção para os alunos partindo de relações de escuta.**

Para a perda de quase dois anos de aulas no Brasil na pandemia, há cálculos dos prejuízos no aprendizado e do prazo para a recuperação – 15 anos provavelmente. Mas como calcular os danos de se ter sonegado a crianças e adolescentes, por todo esse tempo, os alicerces que a convivência escolar representa para a formação humana?

A reconstrução exige um plano de pós-guerra e tem de começar pelo reconhecimento de que o fechamento prolongado das escolas foi um erro grave. As políticas restritivas contra a dissemi-

nação da covid-19 evidenciaram a diferença entre as nações que levam a sério a Educação e as que não levam. Nas primeiras, a regra foi, basicamente, “fecha tudo e abre escola”; nas demais, “abre tudo e fecha escola”.

Bar liberado e escola proibida foi a cara do Brasil, que entra para a história como um dos países que mais postergaram a retomada na Educação. A negligência chegou ao cúmulo de, no início de 2022, algumas prefeituras adiarem a reabertura das escolas, fechadas por quase dois anos, ao mesmo tempo que cogitavam realizar o Carnaval.

Enquanto isso, o país da folia vivia a falácia do ensino remoto. Falácia, antes de mais nada, porque no Brasil tem Carnaval, mas não tem internet e computador para todos. E também porque não há aparato tecnológico que dê jeito em um fato que a pandemia escancarou: Educação a distância não funciona para crianças e adolescentes.

No despertar do pesadelo das aulas *online*, veio a ressaca dos estragos no aprendizado e na saúde mental, e uma infinidade de dados trágicos. Pincemos aqui um deles, lembrando a história da professora de matemática e da aluna que tentou se suicidar: ao final de quase dois anos sem aulas presenciais regulares, 69% dos estudantes da rede pública de São Paulo relataram sintomas ligados a depressão e ansiedade.

Na reabertura tardia das escolas, os professores se defrontam com um cenário de acentuada vulnerabilidade socioemocional. O que nas pesquisas são números, na sala de aula é um pesadelo: crianças e jovens desestimulados, sem foco, mais apáticos ou agressivos e que, em casos graves, podem chegar a se cortar e até tentar se matar.

Os professores, ao mesmo tempo em que precisam lidar com tudo isso, tentam equacionar a disparidade educacional. Aquele estudante que conseguiu minimamente avançar no conteúdo com o ensino remoto senta-se ao lado do que passou dois anos completamente sem acesso a aulas e a qualquer atividade escolar.

São novos problemas somados a tantos outros acumulados historicamente no país, que deixou de priorizar a Educação bem antes de fechar escolas e abrir bares. Educadores, também esgota-

dos com a pandemia, deparam-se com uma missão que tem cara de impossível, diante da falta de estrutura das redes de ensino. A isso se soma a formação precária de docentes no Brasil, que, em grande parte e muito anteriormente à covid-19, cursam universidades EaD¹ sem nenhuma regulação e fiscalização por parte dos órgãos governamentais, verdadeiras fábricas de diplomas.

A qualidade despenca, assim como o interesse do jovem por carreiras na Educação. Estudo do Instituto Península e da Fundação Getulio Vargas divulgado em 2021 aponta que, enquanto 28% dos alunos do Ensino Médio querem trabalhar na área da saúde e 17% em tecnologia, apenas 5% desejam se tornar docentes. Nessa toada, a falta de professores – que o Brasil já enfrenta – tende a piorar nos próximos anos se nada for feito para tornar a profissão atraente. Isso passa por melhorar não somente a remuneração, mas também a qualidade da formação e as condições de trabalho.

É vital, ademais, que o país se livre de concepções enviesadas e autoritárias sobre os professores, tratados como “inimigos da pátria, da família e dos bons costumes”, a serem vigiados em sala de aula. A solução também não é considerá-los super-heróis capazes de salvar a Educação no Brasil. Não é preciso ter superpoderes, e sim preparo e ferramentas adequadas, para dar boas aulas, assim como para perceber quando uma conversa acolhedora pode fazer mais sentido para o aluno do que a matemática.

1. Educação a distância, modalidade de ensino.

Repensar a seleção e alocação de professores para garantir bons profissionais em sala de aula

LEONARDO ROSA

Pesquisador em políticas públicas. Concluiu seu doutorado em economia da Educação pela Universidade de Stanford em 2019 e desde então coordena estudos de avaliação de políticas educacionais.

Um desafio de quase todos os sistemas educacionais é lidar com a escassez de professores. No Brasil, aproximadamente 44% dos diretores em escolas públicas afirmam que o funcionamento da escola foi dificultado por inexistência de professores para algumas disciplinas ou séries¹. **Ao mesmo tempo em que os gestores escolares relatam falta de professores, estudos que analisam dados de concursos públicos indicam que existem mais docentes participando dos concursos do que as vagas demandadas por redes e escolas.**

Nesse contexto, para prover professores para as salas de aula, parece essencial discutir e analisar os processos de seleção e alo-

1. Dado do questionário contextual da Prova Brasil.

cação. Esses processos têm alta influência sobre as decisões dos professores e podem ser determinantes para garantir que bons profissionais cheguem às escolas que mais precisam.

Existem cinco elementos essenciais em um processo de seleção de docentes. Primeiro, um bom processo de seleção deve ser ágil e responder em tempo real as demandas das escolas por professores. Segundo, as etapas deveriam utilizar múltiplos instrumentos de seleção (provas, entrevistas, observação e estágio) para que redes e escolas identifiquem profissionais que ensinam adequadamente os alunos. Terceiro, um bom processo deveria ser mais descentralizado e envolver os gestores escolares para que eles selecionem perfis mais adequados para seu contexto. Quarto, deve respeitar e garantir o bem-estar dos professores. Por último, deve ser pensado de maneira que minimize o impacto sobre o orçamento, incluindo custos relacionados à rotatividade docente causada por uma seleção inadequada.

Ao analisarmos dados de documentos de concursos públicos encontramos que os processos de seleção no Brasil adotam abordagens que não atendem a essas cinco melhores práticas. A seleção de professores tende a ser morosa e depender de grandes processos seletivos, como concursos públicos ou seleção anual de temporários. Os instrumentos de seleção no Brasil são baseados em testes de conhecimento e formação prévia, e não em práticas em sala de aula. Isso reduz as chances de que profissionais com boas práticas pedagógicas sejam selecionados.

A comunidade escolar tende a ter baixa participação no processo de seleção de docentes. Diretores e coordenadores têm pouca (ou nenhuma) margem de atuação no recrutamento, de modo que perdem a chance de formar equipes que trabalhem de maneira coesa e adequada para o seu contexto escolar. Os profissionais candidatos a vagas tendem a enfrentar problemas de transparência acerca dos locais de trabalho e das vagas disponíveis. Problemas como esses têm potencial para gerar uma escassez artificial de professores. Em geral, as escolas que mais sofrem são as que atendem estudantes mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

Diante da realidade brasileira, os tomadores de decisão e pesquisadores poderiam refletir acerca de cinco pontos para melhorar

os processos de seleção e alocação de professores. Primeiro, pensar em uma certificação docente de maneira coordenada. Nesse caso, essa certificação poderia substituir a necessidade de provas nos concursos públicos. Segundo, contratarem professores de maneira contínua, para que as escolas consigam repor seus profissionais o mais rápido possível. Terceiro, incluir a comunidade escolar no processo de seleção. Assim, etapas como entrevista com diretores e coordenadores pedagógicos poderiam ser adotadas como práticas complementares no processo de seleção que acontece no nível das redes de ensino.

Quarto, garantir que essa participação de gestores seja transparente. Nesse contexto, mecanismos de responsabilização são bem-vindos. Os diretores e coordenadores pedagógicos, ao terem autonomia na formação de seu corpo profissional, também poderiam ser cobrados por resultados relativos à qualidade dessa seleção. Finalmente, as secretarias poderiam adotar práticas mais ativas de compensação financeira para professores e profissionais que atuam em regiões mais vulneráveis.

O poder da Educação

LUCIANO HUCK

Apresentador, empreendedor e curioso.

Conheci tia Lolô em 2019, em Viamão, cidade-satélite de Porto Alegre (RS). Queria contar sua história na TV. Aos 7 anos, seu primogênito, Hendry Henrique, começou a frequentar a única escola pública da região, onde enfrentou dificuldades de aprendizado. Preocupada, a mãe zelosa procurou a diretora em busca de aulas de reforço para o filho. A resposta foi crua, reflexo da falta de verba e apoio com que tinha de lidar: se aquela mãe soubesse onde encontrar aulas de reforço escolar no bairro, que avisasse, porque ali não havia nada disponível para os alunos com dificuldade.

Losângela decidiu ajudar o filho e – por que não? – também os amigos dele sozinha. Ela só havia cursado o primeiro grau, mas isso não a impediu de colocar um banquinho na entrada de casa e começar a dar aulas às crianças, que se sentavam no chão em roda, diante dela.

Em menos de duas semanas a instalação improvisada foi tomada por um grupo de alunos. A solução para receber todos estava literalmente na esquina, perto da oficina do seu Oswaldo: uma carcaça de ônibus em que já crescia mato, mas que, com uma boa limpeza, daria uma ótima sala de aula. Dito e feito: hoje, o ônibus segue estacionado, agora em um galpão em frente à casa de Losângela, onde funciona a Associação Beneficente Tia Lolô, que atende mais de 250 crianças por dia com reforço escolar, acompanhamento psicológico, futebol, balé e outras atividades.

No nosso primeiro encontro, encantado em ver como a resiliência daquela mulher e sua devoção à Educação haviam trans-

formado sua comunidade, resolvi convidá-la para conferir o que acontece quando um país inteiro resolve transformar a Educação em prioridade de Estado.

Juntos partimos para Seul, a capital da Coreia do Sul.

Imagine um país tomado pela corrupção, com parte da população vivendo em favelas, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e refém da violência urbana e do subdesenvolvimento. Errou quem pensou no Brasil. Estamos falando da Coreia do Sul até os anos 1970. Passado meio século, 98% dos coreanos com idade entre 25 e 34 anos têm instrução equivalente ao Ensino Médio. O que ocorreu foi uma revolução silenciosa.

A Coreia do Sul é hoje uma democracia pujante e desenvolvida. Erradicou a pobreza, reduziu a desigualdade, entrou para a vanguarda tecnológica. E mais: reconstruiu seu patrimônio histórico, galgou o topo da lista de desenvolvimento humano, ganhou voz na geopolítica global e influencia o mundo com música, cinema e arte. Na década de 1980, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do país era menor que o do Brasil; hoje, é quase cinco vezes maior.

Resolvi mergulhar com tia Lolô no sistema sul-coreano de ensino público. Nosso destino foi Songdo, cidade a 40 quilômetros da capital, onde conversamos com Soleiman Dias, professor nascido no Ceará que dirige ali uma escola internacional. “A escola pública que visitaremos tem 98% de permanência dos alunos até a formatura”, nos contou o brasileiro quando lhe perguntei sobre evasão escolar na Coreia do Sul (aqui, a evasão no Ensino Médio é superior a 12%). Soleiman explicou que o Estado capacita, recicla e avalia os docentes. “A escola é um templo, e os professores são pessoas sagradas”, revelou. **Boa parte do meio milhão de docentes da rede pública foi recrutada entre os 20% melhores alunos do Ensino Médio. Bons alunos viram bons professores.**

Nas últimas décadas, o Brasil conseguiu construir uma Educação pública que atende à diversidade étnica e à amplitude geográfica do país. Foi um avanço importante no processo de redemocratização. Mas falta dar o passo seguinte: qualificar o ensino. Hoje, temos 180 mil escolas nos lugares mais distantes, com quase 50 milhões de crianças e jovens matriculados. Criamos também o

Fundeb¹. Qualificar a Educação no país não depende de cimento e tijolo. Já temos escolas construídas e recursos garantidos no orçamento obrigatório. Para quem acredita, como eu, que Educação é a ferramenta mais poderosa para reduzir as desigualdades, as condições básicas estão postas.

Precisamos fazer uma aliança com os professores que têm o mesmo espírito da tia Lolô e que estão em todo canto do Brasil, apoiar seu trabalho e viabilizar seus sonhos. Eu acredito.

1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

Educação: a conquista do futuro

LUIS ROBERTO BARROSO

Ministro do Supremo Tribunal Federal, professor titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e doutor pela mesma instituição. É mestre pela Universidade de Yale e senior fellow na Harvard Kennedy School.

Se você olhar vai verificar que por trás de toda pessoa excepcional há um grande professor.

Stephen Hawking¹

Em 2019, desenvolvi uma pesquisa sobre a Educação Básica no Brasil e a publiquei em um artigo acadêmico intitulado “Educação Básica no Brasil: do atraso prolongado à conquista do futuro”. Considero este um dos principais itens de uma verdadeira agenda patriótica.

Não existe bala de prata em matéria de Educação. Como dito anteriormente, é preciso um plano estratégico, suprapartidário, com objetivos de curto, médio e longo prazos bem definidos e perseguidos com políticas públicas consistentes e constantes. Abaixo, três ideias – em meio a muitas – que constituem consensos importantes nessa matéria.

A atração e capacitação de professores é um dos pontos neurálgicos da Educação Básica no Brasil: a pouca atratividade da carreira do magistério. Há problemas de valorização institucional e, conseqüentemente, dificuldade de atrair valores para os quadros.

1. HAWKING, Stephen. *Brief answers to the big questions*. New York: Bentham Books, 2018, p. 201.

Sem desmerecer a dedicação e o talento de muitos professores vocacionados e abnegados, os dados demonstram que, nos últimos tempos, os cursos de pedagogia são escolhidos pelos que têm rendimento abaixo da média no Enem². Há problemas de formação de professores, de condições de trabalho, de infraestrutura das escolas e limitações quanto à remuneração. É preciso tratar o magistério como uma das profissões mais importantes do país, elevar a capacitação dos professores e aumentar a atratividade da carreira, com incentivos de naturezas diversas.

A ampliação do tempo de permanência na escola de cinco para oito horas é providência reconhecida como decisiva para o avanço da Educação Básica. Naturalmente, é necessário atentar para a qualidade desse tempo extra, com medidas curriculares e extracurriculares. Os estados da Federação que adotaram programas de escolas em tempo integral, como Espírito Santo e Pernambuco, destacaram-se nos resultados do Ideb³. De acordo com dados do Inep⁴, menos de 10% dos alunos do sistema de Educação Básica estudam em tempo integral. Desnecessário enfatizar que o protagonista na implantação dessa importante política educacional há de ser o professor.

Por fim, a Educação Infantil. Documentos do Banco Mundial e pesquisadores reconhecidos internacionalmente atestam que o principal investimento a ser feito em Educação Básica é a partir das primeiras semanas de vida da criança. Nessa fase, o cérebro é uma esponja que absorve todas as informações que lhe são transmitidas. Esse é o momento de se assegurar que a criança receba nutrição adequada, afeto, respeito, valores e conhecimentos básicos. Embora o papel da família seja determinante, o fato é que, em um país como o Brasil, com tantos lares desfeitos, a escola precisa, em um percentual bastante relevante, suprir demandas que muitas vezes a criança não terá atendidas em casa. Mas as creches têm de ser de qualidade, quer nos seus professores, quer nas condições

2. Exame Nacional do Ensino Médio.

3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

4. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

mínimas de infraestrutura. Pesquisas demonstram que boas creches contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento do potencial das crianças, enquanto creches de má qualidade possuem, inclusive, efeitos contraproducentes.

Antes de encerrar, retomo aqui o tema da formação dos professores. De acordo com os dados disponíveis, formaram-se no Brasil, na última década, uma média de mais de 200 mil professores por ano. A maior procura foi pelos cursos de pedagogia. A esse propósito, é preciso ter em mente que o ofício docente não consiste apenas no ato de cuidar. Trata-se, na verdade, de uma arte e de uma ciência. Não basta a vocação, sendo imprescindível a capacitação necessária. Para deixar claro: professores precisam da formação técnica adequada, estudos continuados e atualização permanente. Não deve haver improvisado aqui. Atrair, capacitar e motivar bons professores continua a ser um dos grandes desafios do país.

Uma observação final: também **existe consenso entre os especialistas – e comprovações empíricas mundo afora – de que a mera injeção de recursos, sem aprimoramento da gestão, sem projetos concretos e consistentes, não é capaz de trazer resultados significativos**. O trâmite do dia 9 de março de 2022 do SNE⁵ foi um passo muito significativo para fortalecer a jornada de conquistar o futuro.

5. Sistema Nacional de Educação.

Salto para uma nova história

LUIZ MIGUEL GARCIA

Presidente nacional da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), é doutor em linguística aplicada e pesquisador sobre formação crítica de professor, além de professor de Educação Básica com mais de 30 anos de sala de aula.

Quando um estudante adentra a escola, em seu primeiro passo de expansão do seu universo, é recebido e guiado pelo professor! Feito uma fada madrinha, o professor inicia uma jornada poético-laboriosa e um percurso formativo/criativo/desbravador/transformador que será coletivo e único, simultaneamente.

A dimensão dos mundos criados, o nível de ampliação de consciência de cada aventureiro nessa jornada e a infinitude do resultado são proporcionais à capacidade libertadora e criativa do professor que recebeu o aluno e com ele caminhou pelas trilhas do conhecimento e da escolarização.

A escola traz nitidez a aspectos turvos da realidade conhecida e vivenciada no tempo que a precedeu e promove uma expansão daquele que contemporiza e constrói. **O professor é a materialização da escola em seu papel provocador, inspirador e transformador.**

Os obstáculos e múltiplos sentidos e possibilidades das palavras “Educação” e “escola” se materializam e se personificam no professor. O professor é a escola viva que convida cada estudante a se aventurar por infinitas trilhas de exploração do que existe, do conhecimento construído e compartilhado até então, e o desafia a apagar o prefixo da palavra impossível.

Embora pareça que esse não é um trabalho poético, exige um laborar que respeite cada história, tempos e caminhos particulares, mas que também merece ser provocativo, crítico, reflexivo e permitir a todos os sujeitos o direito de fazerem suas escolhas com consciência e múltiplas possibilidades.

Uma Educação que cria possibilidades pede atores que, coerentemente, tenham-nas! O professor, muitas vezes o mais experiente dentre os personagens dessa história, é quem estrutura de modo consciente a expansão dos mundos próprios e do universo deles conseqüente. Se não tem condições de sonhar, de fazer da utopia seu horizonte, não terá como fazer parte desse fluxo criativo de evolução coletiva.

Melhorar as condições em que vivemos e construir um mundo digno para as próximas gerações exige Educação de qualidade e com equidade! Isso só é possível com professores inspiradores: operários, poetas e utópicos ao mesmo tempo! Companheiros de jornada de seus alunos nas descobertas de cada dia e sedentos por novas aprendizagens.

No Brasil deste tempo, transformar essas palavras em realidade exige a opção por um novo paradigma de formação e de valorização de professores. É necessária uma formação integral que permita o desenvolvimento de amplas potencialidades e vivências; é preciso que prática e teoria dialoguem e sejam exercitadas e vivenciadas, por isso o professor merece dedicar-se exclusivamente aos estudos e práticas pedagógicas desde o início de sua formação; é preciso que seja garantida Educação Integral e em tempo integral para a formação de professores e que esses profissionais recebam investimento financeiro para essa dedicação plena e exclusiva; é preciso, para além do discurso, tirar a carreira do posto de pior remuneração financeira, dando-lhe a liberdade social para o exercício pleno de sua escolha pela docência com decência e justiça social.

É esse professor, peça central para a qualidade da Educação brasileira e de qualquer lugar do mundo, que é capaz de propiciar oportunidades aos filhos daqueles que limpam a escola, a liberdade para fazer escolhas conscientes: de limpar o que e como quiserem e encontrarem dignidade e respeito nessa atividade. Professores inspiradores são capazes, em uma geração, de tirar famílias inteiras da condição de exclusão absoluta para a posição de liberdade de escolha. O Brasil precisa desse salto geracional que somente a Educação de qualidade, promovida por professores inspiradores e realizados, pode proporcionar!

Formação de professores: ainda o grande desafio

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Presidente do Conselho Nacional de Educação e da Associação Brasileira de Avaliação Educacional. Foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), secretária estadual de Educação de São Paulo e secretária executiva do Ministério da Educação.

O Brasil herdou do século 20 o desafio de melhorar a qualidade e a equidade da Educação Básica. No final dos anos de 1990 e início do nosso século, demos grandes saltos na cobertura do atendimento. No entanto, o desempenho dos nossos sistemas de ensino avançou pouco nos últimos anos, como mostram os resultados das avaliações nacionais – o Saeb¹ e o Ideb² – até o final de 2019.

Os impactos da pandemia da covid-19 ampliaram as desigualdades educacionais existentes e indicam um quadro complexo a ser enfrentado nos próximos anos, segundo as pesquisas disponíveis. Quais prioridades devem ser definidas para mitigar os efeitos traumáticos do longo período de fechamento das escolas que atendem 46 milhões de estudantes da Educação Infantil ao Ensino Médio no país? Como planejar ações que assegurem a recomposição das aprendizagens e a superação dos problemas socioemocionais agravados na pandemia? Como garantir a implementação dos novos currículos desenhados para alcançar o desenvolvimento

1. Sistema de Avaliação da Educação Básica.

2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

das competências e a formação integral previstos na BNCC³? Como diminuir as desigualdades educacionais?

Há consenso que a formação de professores continua sendo o grande desafio para assegurar a qualidade das aprendizagens e a diminuição das desigualdades. Evidências de vários estudos internacionais e nacionais têm ressaltado a qualidade dos professores como o principal fator para melhorar a qualidade do ensino. Entre as políticas recomendadas por esses estudos, destacam-se três grandes diretrizes.

- **A atratividade da carreira docente** traduzida em salários, incentivos à carreira e valorização dos profissionais de Educação, de modo a estimular estudantes com bom desempenho acadêmico a ingressar em cursos de formação de professores;
- **A reorganização dos cursos de formação inicial** de professores com ênfase em vários aspectos: identidade e desenvolvimento profissional; lócus da formação – práticas universitárias e práticas de estágios – que garanta maior articulação entre os órgãos formadores e os sistemas de Educação Básica; didática aplicada ao ensino nas licenciaturas; gestão do currículo e estratégias de ensino e aprendizagem na sala de aula.
- **A avaliação dos professores**, com ênfase em diferentes procedimentos que valorizem a carreira docente e se articulem ao desempenho dos alunos; avaliação do desempenho docente (provas, organização de portfólios, comissões externas de avaliação, vídeos de sua atuação na sala de aula etc.); políticas de incentivos e seu impacto na progressão na carreira; mecanismos rigorosos de seleção e ingresso na carreira; cursos de formação que preparem os novos ingressantes na carreira antes de assumirem suas funções na sala de aula; certificação de professores.

As recomendações dos vários estudos internacionais e nacionais foram cruciais para o aprofundamento dos debates sobre formação de professores ocorridos no CNE⁴. O aperfeiçoamento das

3. Base Nacional Comum Curricular.

4. Conselho Nacional de Educação.

diretrizes dos cursos de formação docente, inicial e continuada, avançaram. A Resolução nº 2/2019 do CNE, que define diretrizes de formação inicial e a base de formação docente, assim como a Resolução CNE nº 2/2020, que estabelece diretrizes de formação continuada, ambas sintonizadas com a BNCC, são um passo importante nessa direção. Elas servem como referencial de orientação aos cursos de licenciatura e programas de formação continuada e devem ser implementadas a partir deste ano de 2022.

A importância da formação, das condições de trabalho e carreira dos professores torna-se cada vez mais nítida quanto mais evidências empíricas se acumulam acerca do peso que o trabalho docente representa na determinação do sucesso da aprendizagem. O contexto atual, marcado pelas consequências da pandemia na Educação, é propício para tomada de decisões que contribuam direta ou indiretamente para valorizar o professor, seja pela via da carreira, seja pela criação de mecanismos de incentivo para sua qualificação. É também o momento ideal para um investimento forte na formação e no desenvolvimento das competências digitais dos professores, fator essencial para o uso inteligente das tecnologias como ferramenta de inovação pedagógica.

Há pelo menos 25 anos o Brasil está empenhado na universalização do acesso e melhoria da qualidade da Educação Básica. Nesses esforços, as carreiras de professor têm sido, até agora, mais parte do problema do que da solução. Pautadas pela hierarquia e pelo cartorialismo, as carreiras docentes não favorecem a cultura do mérito e da responsabilidade por resultados.

Alcançado o acesso para a maioria, o grande desafio agora é garantir não apenas que todos permaneçam na escola, mas que aprendam conhecimentos e competências pertinentes para conduzir sua própria vida com autonomia, participar de modo responsável e solidário da sociedade e ter boas oportunidades no mundo do trabalho. A chave do sucesso nessa empreitada está na valorização dos professores para o projeto de país que almejamos.

Professor tem que ter poder para aprender sempre

MARIA INÊS FINI

Presidente da Associação Nacional de Educação Básica Híbrida e pesquisadora da Cátedra de Educação Básica do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, foi fundadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Nenhuma profissão requer tanta atualização como a de professor. O progresso das ciências e suas tecnologias impõe a continuada capacitação desse profissional cuja atuação tem seus fundamentos em todas as áreas de conhecimento. Entretanto, o contexto das políticas estruturais que regulam o exercício profissional é mesclado com descontinuidades, e, conseqüentemente, seu trabalho sofre contínuas rupturas.

Em que pesem os PNEs¹ e os movimentos da sociedade civil, cada vez mais ativos, o Brasil está longe de ter a Educação como política de Estado com projetos e ações estruturantes com a continuidade necessária para que se consolidem, construam evidências de progresso e apontem indicadores de aperfeiçoamento.

O trabalho do professor foi redimensionado na pandemia, e seus memoráveis esforços evidenciaram ainda mais as condições precárias de trabalho, apesar do empenho de todos para enfrentar a situação de isolamento físico imposto e manter os vínculos com os estudantes.

1. Planos Nacionais de Educação.

Foi trabalhando em condições de muita insegurança sanitária e pedagógica, acentuadas pela desinformação e ausência de gestão da política nacional da Educação, que os professores enfrentaram a situação-problema advinda da pandemia. Usaram, primeiramente, as experiências que tinham desenvolvido em seus trabalhos presenciais para organizar a etapa remota; depois, constituíram grupos, trocando preocupações e experiências; desenvolveram novas modalidades de comunicação com famílias e com estudantes, enfrentando o próprio semianalfabetismo digital e buscando manter os vínculos afetivos e cognitivos com seus alunos. Angustiarão-se com suas ausências nas práticas propostas, muitas vezes em decorrência das condições precárias das famílias.

É possível esperar que as escolas de Educação Básica tenham desenvolvido ou estejam finalizando, em 2022, um planejamento renovado de suas propostas pedagógicas, potencializando as aprendizagens positivas das experiências vividas no período da pandemia para implementar caminhos que possam corrigir rumos e estruturar o novo com as responsabilidades advindas da flexibilização curricular, previstas nos dispositivos legais e que reafirmam a autonomia da escola.

Esse tempo pós-pandemia vem obrigando a escola a reconhecer um novo e inusitado ecossistema de relações entre os diferentes participantes da comunidade escolar. Impactada pelo isolamento físico entre seus membros, reagiu integrando as funções administrativas de suporte à gestão e as do ensino e da aprendizagem, envolvendo professores, alunos e suas famílias dentro do universo das possibilidades experimentadas ao longo dos anos letivos de 2020 e 2021.

Há muito reconhecemos que, no contexto da escolaridade formal, são os professores que representam o elo mais importante e significativo do salto de qualidade. A eles deveriam ser dadas todas as condições e apoio para que se aperfeiçoem e implementem uma proposta de ensino inovadora.

Para superar os desafios dos próximos anos e repor a escolaridade que faltou aos alunos, e também para implantar a

BNCC², os professores terão de se envolver em processos coletivos de trabalho com divisão de tarefas integradas entre os diferentes componentes curriculares do mesmo ano/série e entre os professores dos mesmos componentes em anos subsequentes.

Só a consolidação de coletivos de professores, funcionando como grupo articulado em cada escola, dará conta de identificar as demandas de capacitação continuada. Não cabem mais propostas padronizadas vindas de fora de cada ambiente escolar, por mais meritórias que sejam. As condições de trabalho precisam urgentemente mudar para abrigar espaços remunerados nas jornadas de trabalho e no contexto das escolas em que trabalham para que se efetive a aprendizagem do professor. Ele precisa aprender mais para ensinar melhor e deve fazer isso trabalhando.

Se você é professor, atuando efetivamente nas escolas brasileiras, deve sentir-se homenageado pelo que já realizou e incentivado a renovar suas energias para prosseguir, buscando integrar o ecossistema de sua unidade com otimismo e vontade de aprender mais para ensinar melhor.

2. Base Nacional Comum Curricular.

A centralidade do trabalho docente no processo de ensino aprendizagem

MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA

Professora Bebel é deputada estadual por São Paulo. Mestre em administração educacional, é membro do Observatório Internacional do Pisa – Políticas Educacionais. Foi secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e membro do Conselho Nacional de Educação por dois mandatos, além de ter presidido o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

Não sou uma, somos, atualmente, mais de 300 mil professores na rede de ensino em São Paulo, incluindo os professores e professoras aposentadas. Quase 89% são mulheres. A idade média é de 44,8 anos. Destes, mais de 70 mil são temporários. **Considerar, e, de fato, criar políticas públicas que coloquem o trabalho docente como centralidade, requer a construção coletiva de uma consistente proposta de carreira para o magistério com foco na valorização e formação.**

Nossos salários estão em patamares abaixo do piso salarial profissional nacional. É um absurdo que isso ocorra no estado mais rico da federação. Não temos reajustes e a melhoria salarial é substituída por subsídios. Como se não bastasse, a proposta é que passemos por avaliações e outros critérios que não estão sequer definidos. No caso dos aposentados, o atual governador instituiu uma injusta e abusiva cobrança previdenciária adicional – os aposentados, que já contribuíram durante toda a vida, têm sua aposentadoria confiscada. Durante o meu primeiro mandato

como deputada na Assembleia Legislativa de São Paulo, realizo uma luta incessante em defesa da Educação e, em especial, destaco o Projeto de Decreto Legislativo nº 39/2020, que propõe anular esse confisco.

A valorização e a formação docente devem ir muito além de subsídios e da oferta de cursos pontuais; a formação docente deve fazer parte do currículo! Sabemos que as exigências legais quanto à formação docente não nascem do acaso, nascem das vozes das agências internacionais, que datam início e fim para que o processo transcorra com o objetivo central de atender a demanda do capital. Nossa luta é para que se cumpra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 e os Planos Estaduais e Nacional de Educação, que estabelecem metas claras para a valorização docente, bem como a formação em serviço.

É preciso insistir que tudo que fazemos na escola é currículo, mesmo que oculto! A formação em serviço é, portanto, parte do currículo. Dar o devido alcance social à carreira do magistério sempre foi foco de nossa atuação, como relatora do Parecer nº 3/2009 do Conselho Nacional de Educação. Ao examinar todas as interfaces da organização do processo educacional, tínhamos clareza de que, para oferecer às crianças, aos jovens e aos adultos um ensino de qualidade e poder organizar as devidas obrigações educacionais da União, dos estados e dos municípios era – e ainda é – necessária a criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE), ampliando o entendimento da função social da escola e a necessidade da organização de seus tempos, seus espaços e seu currículo para atender aos desafios do mundo contemporâneo¹.

Pensar o SNE é fundamental para avançarmos na formação inicial e continuada, nas condições de trabalho, na remuneração e na jornada de trabalho. Não podemos deixar de mencionar o extraordinário momento no qual foram discutidas e apresentadas as Diretrizes Nacionais para a Carreira do Magistério a que me

1. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CNE/CEB nº 3/1997 que fixa as Diretrizes para os Novos Planos de Carreira e de Remuneração para o Magistério dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Relatora: Maria Izabel Azevedo Noronha, publicado no Diário Oficial da União de 29/5/2009, Seção 1, p. 41.

referi. Vivíamos um momento em que o Ministério da Educação, de maneira corajosa, adotava importantíssimas políticas para assegurar um salto de qualidade na Educação brasileira, e abria-se uma perspectiva real para a construção do SNE, articulado à sociedade por meio das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional de Educação.

Papel imprescindível na sociedade

MARIANA VITÓRIA GONÇALVES SARMENTO SOUZA

Aluna da Escola Técnica Estadual Professor Lucilo Ávila Pessoa, Recife (PE).

Muito mais que educador, com ternura e sabedoria, o professor inspira e participa da formação cidadã e da consolidação dos valores de seus alunos. Admirável em seu poder de transformação, compartilha saberes com os estudantes e é capaz de influenciar e estimular o lado humano de cada aluno.

Estando desanimada para os vestibulares que iria fazer, uma professora, com um abraço e uma palavra de motivação, foi capaz de transformar meu ponto de vista sobre a situação. Por isso, digo que **o professor é esperança, uma luz capaz de iluminar a vida de cada aluno**. Além disso, é o profissional que faz com que todas as outras ocupações existam.

Os professores exercem um papel fundamental na vida do indivíduo. Sem eles simplesmente não existiria uma sociedade cidadã firme em seus valores.

Atratividade da carreira docente

MARIZA ABREU

Foi professora da Educação Básica, secretária municipal e estadual de Educação e consultora legislativa da Câmara dos Deputados. Graduada em história e direito, atualmente está aposentada.

Entre os meios para assegurar Educação de qualidade, com acesso, permanência, conclusão na idade certa e aprendizagem adequada a todos, destaca-se a valorização do magistério.

EXPANSÃO DO ACESSO À ESCOLA VERSUS DESVALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES

A taxa de escolarização da população brasileira de 7 a 14 anos cresceu de 36% em 1950 para 94,9% em 2000. Em 2020, 98,0% das crianças e jovens de 6 a 14 anos estavam na escola.

Até as décadas de 1950 e 1960, a escola pública atendia à classe média urbana e, a partir daí, passou a incorporar os setores populares da cidade e do campo. Naqueles anos, os professores eram recrutados nos setores médios urbanos, recebiam formação sólida e salários segundo os padrões dos estratos médios da sociedade. A foto do aluno sentado à mesa da professora no antigo grupo escolar simboliza a identidade da classe média com a escola naquele período.

Porém, o aumento das matrículas a partir dos anos 1960 não foi acompanhado por igual destinação de recursos à Educação. A escola empobreceu. Os professores passaram a receber formação de menor qualidade, a atender maior número de alunos, a ministrar mais horas semanais de aula, a multiplicar jornadas de trabalho e a receber salários menores.

Esse empobrecimento do magistério é simbolizado por Dora, a professora do filme *Central do Brasil*, de 1998. Devido à piora da situação da categoria, somada à de prédios, equipamentos e materiais escolares, a expansão quantitativa da Educação ocorreu sem qualidade.

DESAFIOS PARA VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Nos últimos anos, a concepção de que a principal medida para valorização dos professores é mais salário levou à instituição do piso nacional em 2008. Em consequência, aumentou a remuneração média do magistério, embora continue insuficiente. Hoje, há vantagens como a estabilidade, e o salário médio dos professores das redes públicas é maior que o das redes privadas, segundo a pesquisa sobre oferta e demanda de professores no Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de 2021¹.

Porém, desde então, não houve o avanço esperado nos indicadores educacionais. A fim de pagar o piso, foram implementadas adequações na carreira dos professores. Esse processo tem contribuído para a valorização do magistério ou apenas se orienta pela necessidade de realizar o pagamento? Tem implicado achatamento dos salários ou assegurado articulação entre a valorização dos professores e a melhoria da aprendizagem? A polêmica sobre o critério de reajuste do piso do magistério, presente desde 2008 e intensificada em 2022, e as dificuldades para o pagamento do piso têm intensificado conflitos entre sindicatos e poder público, o que não contribui para a melhoria da aprendizagem.

Além de políticas para melhoria da formação inicial do magistério e qualificação das carreiras, talvez seja importante ressaltar as atratividades da carreira docente. Como demonstra a pesquisa do Instituto Península, o retorno financeiro não é o motivo principal para um jovem querer ser professor. O impacto positivo na vida de outras pessoas e a possibilidade de contribuir

1. *Pesquisa sobre demanda e oferta de professores no Brasil*. Relatório consolidado. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/OFERTA-E-DEMANDA-CONSOLIDADO.pdf>.

para um país melhor são as motivações dos futuros professores.

Ser professor da Educação Básica é contribuir para a formação das futuras gerações, como em uma corrida de bastão, na qual os mais velhos transmitem, em sentido positivo, o conhecimento acumulado pela humanidade aos mais jovens para que sigam em frente. Ser professor implica acreditar que o futuro pode ser melhor que o presente e que o futuro é obra coletiva; que o conhecimento é instrumento fundamental na construção coletiva de um futuro melhor.

O bom professor tem uma relação democrática com o saber, pois se realiza em compartilhar o que sabe com seus alunos, ao mesmo tempo em que aprende com eles, mantendo-se atualizado pela interação com as novas gerações. Enfim, **sem descartar a imperiosa necessidade de melhor formação, remuneração e carreira, é importante enfatizar que a profissão docente apresenta uma dimensão de gratificação – sentir-se útil e fazer algo de bom para os outros – que a diferencia das demais atividades profissionais.**

Professor: o poder da transformação

MARTA CHRISTINA BARROS BELLO

Professora da rede municipal de São Luís (MA). Gosto de filosofia, literatura e artes, mas amo ser professora.

O meu encontro com a docência aconteceu meio na contramão. Não me preparei para ser professora cursando pedagogia. Estudei filosofia na UFRJ¹, nos anos 1980, e tudo era muito voltado para a pesquisa. Isso me causou inquietação, porque gostaria de aplicar a filosofia na vida de modo prático e não via com clareza como poderia fazer isso. Anos depois, conheci a teoria de Mathew Lipman e a filosofia para crianças, e compreendi que havia encontrado sentido para os conhecimentos adquiridos: poderia ajudar as crianças a desenvolverem o pensar, e isso as ajudaria a mudar o mundo. Comecei a ser professora buscando esse objetivo, por meio da filosofia e da arte.

Hoje, vejo claramente o papel do professor como agente de transformação, eterno aprendiz, mediador de trocas, curador, parceiro de investigações e, muitas vezes, a única oportunidade de mudanças significativas acontecerem na vida de muitas pessoas. Daí a grande responsabilidade de exercer essa profissão: lidamos com gente.

Ser professora de escola pública me fez acreditar que é possível mudar os rumos da história no exercício diário do compromisso de potencializar saberes dos estudantes para o enfrentamento

1. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

da vida, com consciência, competência e conhecimento. Sabendo que somos referência.

Como professora alfabetizadora não posso descrever maior prazer do que abrir o mundo para alguém por meio da leitura e da escrita, ampliar o seu olhar para além do conhecido, instigar a pesquisa para saciar suas curiosidades, e também percebê-lo sensível, criança, futuro. No desempenho desse papel, o professor vivencia momentos únicos, que dão sentido a tudo. A sala de aula cria vida a partir do seu olhar atento, pois “um professor não transmite aquilo que diz, transmite aquilo que é” (José Pacheco). Aqui reside a magia de fazer a diferença para seus alunos – diferença que ajuda a mudar o destino de um país.

Assim, o docente é um dos elementos imprescindíveis para que a Educação possa atingir patamares de excelência no Brasil. Cabe aqui a reflexão sobre quem são esses profissionais e como estão sendo valorizados em seus saberes ou o quanto investem em conhecimento. A Educação é o único caminho possível para a construção de um país mais justo, mais livre e mais ético, mas o professor precisa estar fortalecido em sua prática e respeitado em seus direitos – e ser consciente de seu papel. Precisamos saber que somos importantes nesse processo, que somos referências. Precisamos de políticas públicas que nos permitam desenvolver o nosso trabalho visando a formação integral do estudante. Tendo o poder da transformação, podemos tornar pedra bruta em pedra lapidada, somos professores!

Sem Educação não haverá futuro

MOZART NEVES RAMOS

*Professor emérito da Universidade Federal de Pernambuco,
foi aluno do professor Câmara Lima.*

Esse foi o título do meu último livro¹, que na sua essência trazia um grito de urgência para que o Brasil passasse a valorizar seus professores. Não existe sistema educacional de boa qualidade cujo alicerce não tenha a figura do professor, com salários dignos, planos de carreira compatíveis com seu desenvolvimento profissional, formação sólida e socialmente valorizado. O Brasil, infelizmente, ainda está longe disso, não obstante os avanços mais recentes, com a Lei do Piso do Magistério e o Fundeb². Esses dois instrumentos produziram efeitos importantes na questão salarial docente, mas ainda estamos longe do que fazem os países mais desenvolvidos no campo da Educação. Uma das consequências dessa baixa valorização social do professor é que, no Brasil, os jovens não querem seguir a carreira do magistério. Como torná-la atrativa para nossa juventude? Essa é uma questão central para começar a mudar a Educação no Brasil.

Mas o título desse nosso livro também poderia ser interpretado numa visão mais pessoal, sobre o meu próprio futuro, porque o que sou hoje se deve aos meus bons professores. Essa é uma história que me dá prazer contar, porque talvez possa inspirar outros

1. *Sem Educação não haverá futuro: uma radiografia das lições, experiências e demandas deste início de século 21*. Disponível em: <https://www.fundacaosantillana.org.br/publicacao/sem-educacao-nao-havera-futuro/>.

2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

jovens pelo magistério. Vamos começar pelo que chamo de **“bons” professores: são simplesmente professores inspiradores, criativos e inovadores, que, quando nos ensinam, têm brilho nos olhos, nos encantam. Felizmente, tive, ao longo de minha vida educacional, muitos com esse espírito.** Posso com toda a certeza representá-los pelo meu saudoso professor de física, Câmara Lima, no Colégio de São Bento, em Olinda. Nos meus primeiros passos na docência, eu imitava até seu jeito de andar e de falar, sem esquecer a lousa, muito parecida com a dele. Eu e outros tantos colegas não nos conformávamos com as aulas regulares do colégio e íamos para a garagem de sua casa, nas noites de quarta-feira, para ter aulas com ele. Como aquilo foi importante para mim!

A vontade de ser professor, já nos primeiros anos do Ensino Médio, com o tempo tornou-se uma convicção que pode ser retratada numa atitude que tomei quando estava prestes a concluir o curso de engenharia química. Estava, na verdade, no penúltimo ano desse curso da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em meados de 1976, quando resolvi fazer uma prova para ingressar na tão sonhada Petrobrás. Uma aprovação me levaria a fazer o último ano na Universidade Federal da Bahia: ganharia a especialização em engenharia de petróleo e iria trabalhar na empresa, após a conclusão do curso, no polo de Camaçari (BA) – o sonho dourado de todo jovem daquela época. Passei no exame, mas desisti, simplesmente porque queria ser professor, para a loucura de meus pais. Não me arrependo, porque vivemos para ser felizes, e sou muito feliz. Isso se deve, em grande parte, à família que tenho e à escolha que fiz tempos atrás.

Os anos se passaram, e certa vez escrevi um artigo no *Correio Braziliense* que tratava da questão da baixa atratividade no Brasil pela carreira do magistério, e o que fazer para reverter isso. Ao ler meu texto, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, me convidou para escrever um plano sobre o tema, que posteriormente ficou conhecido como “Quero ser professor, quero ser cientista”. Não houve tempo para implementá-lo, em função do *impeachment* da então presidente da República Dilma Rousseff. Mas as suas bases permaneceram, e a meu ver continuam bem atuais, apesar dos anos passados.

Aprendi com o mestre Ariano Suassuna, nas minhas conversas regulares com ele quando me tornei reitor da UFPE, que toda boa aula tem que ter enredo. Ali estava o encantamento, o tal brilho nos olhos que tão bem o professor Câmara Lima me ensinou.

Para concluir, certa vez, no aeroporto de Guarulhos, meu voo estava atrasado, por conta de um efeito dominó em toda a operação da companhia aérea naquela ocasião. A decolagem, que seria às 21h, para meu desespero, só seria às 3h da manhã – isso numa sexta-feira –, e eu com uma vontade louca de chegar em casa. De repente, meu nome foi chamado pelo alto-falante da companhia aérea, e a funcionária, claramente emocionada, me disse: “Aquele rapaz trocou o voo dele com o do senhor. Ele disse que o professor tem primazia em relação ao aluno, e que ele havia sido seu aluno e o admirava muito”. Ganhei o maior prêmio que um professor pode receber: o de ser amado e respeitado pelos seus alunos.

Fixar os professores em uma escola aumenta o aprendizado dos alunos

NAERCIO A. MENEZES FILHO

Professor do Instituto de Pesquisa e Ensino (Insper) e da Universidade de São Paulo.

Apesar dos grandes avanços no acesso à Educação e dos anos médios de escolaridade nos últimos 30 anos, o aprendizado dos alunos ainda é muito baixo no Brasil, especialmente no segundo ciclo do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Uma parte das dificuldades de aprendizagem dizem respeito às condições socioeconômicas das famílias dos alunos e outra deve-se à gestão escolar e às condições de trabalho dos professores.

Em termos das condições familiares, a literatura recente tem enfatizado a importância do desenvolvimento na primeira infância como uma fase-chave para o desenvolvimento do capital humano. Habilidades cognitivas, tais como raciocínio e memória, e socioemocionais, como resiliência e perseverança, são desenvolvidas com muita velocidade nessa época da vida e são essenciais para o processo de aprendizagem. As crianças precisam estar num ambiente estimulador e com cuidados protetivos, nessa fase, para se desenvolverem plenamente e estarem prontas para aprender.

No Brasil, cerca de 20% das crianças de 0 a 6 anos vivem em famílias pobres que não recebem transferências de renda, 25% vi-

vem em casas com infraestrutura inadequada (superlotada ou com construção precária) e 50% não têm acesso a sistemas de esgoto. São obstáculos significativos para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais no Brasil.

Outro componente importante para melhorar o aprendizado é a gestão escolar e as condições de trabalho dos professores, pois eles são capazes de reverter parcialmente os impactos das condições socioeconômicas das famílias mais pobres. A qualidade das escolas brasileiras varia substancialmente entre o setor privado *versus* público, entre regiões do país e entre áreas rurais *versus* urbanas. As escolas podem melhorar o desempenho dos alunos se adotarem melhores práticas de gestão e ensino.

Um dos principais fatores que atuam para melhorar o aprendizado dos alunos são os professores. **Pesquisas enfatizam que o professor é o que mais importa na escola para a aprendizagem dos alunos, que sua motivação e capacidade de transmitir conhecimento podem fazer a diferença em uma sala de aula, e que os alunos que têm aula com ótimos professores acumulam mais capital humano a longo prazo e ganham maiores salários ao longo da vida.**

Em um artigo recente, nós examinamos se o capital humano do professor e suas condições de trabalho impactam o desempenho do aluno, após controlarmos pela habilidade do professor e do aluno¹. As principais características analisadas foram escolaridade, tipo de formação inicial, renda familiar, experiência, posse, múltiplos empregos e horas trabalhadas com dados do projeto Geres², que acompanha aproximadamente 10 mil alunos de quatro grandes cidades brasileiras ao longo de quatro anos.

Os resultados mostram que as horas de trabalho dos professores impactam positivamente o desempenho dos alunos nas provas de língua portuguesa e matemática. Os professores que trabalham em tempo integral em uma escola têm um impacto de 24% de um

1. MARIONI, Larissa; FREGUGLIA, Ricardo. The Impacts of Teacher Working Conditions and Human Capital on Student Achievement: Evidence from Brazilian Longitudinal Data, *Applied Economics*, v. 52, p. 568-582, 2020.

2. Estudo Longitudinal da Geração Escolar (2005).

desvio-padrão das notas dos testes de língua portuguesa em relação aos professores de meio período, e de 30% do desvio-padrão em matemática. Além disso, professores com mais de 15 anos de experiência na profissão têm efeito positivo nas notas dos testes de língua portuguesa (24% do desvio-padrão) em relação aos professores com menos de um ano de experiência. Esses resultados sugerem que professores mais experientes podem explorar melhor as habilidades de seus alunos, levando-os a alcançar pontuações mais altas no teste.

Em suma, as condições familiares e os docentes interagem para melhorar o aprendizado das crianças. No Brasil, as condições familiares são criticamente importantes, porque uma parcela significativa das crianças vive em famílias vulneráveis e muitas delas não conseguem desenvolver suas habilidades cognitivas e socioemocionais essenciais para o aprendizado. Porém, os professores também enfrentam condições difíceis de trabalho. Muitos trabalham em mais de uma escola, dedicando poucas horas aos alunos de cada uma, e alguns não têm qualificações para ensinar matemática.

Portanto, uma política que poderia melhorar o aprendizado no Brasil é fixar os professores em apenas uma escola, para que eles pudessem passar mais horas interagindo com seus alunos, dar *feedback* a eles e ter mais tempo para preparar as aulas. Devemos melhorar as condições das famílias também, investindo em infraestrutura e melhorando os programas de transferência de renda existentes.

Preparo para acolher e ensinar

PAULA FELIX

Repórter da revista Veja, cobre a área de saúde desde 2014. Já passou pelos jornais O Estado de S. Paulo e Agora SP.

Desde o primeiro contato na escola, está nas mãos dos professores a tarefa de conectar seus alunos com as lições básicas para que eles se tornem adultos com autonomia e conhecimento sobre o funcionamento do próprio corpo, da natureza e da sociedade. O uso de diferentes recursos e materiais para cumprir essa tarefa não é novidade no ambiente escolar, mas saltou aos olhos quando esses profissionais passaram a desempenhar seu trabalho com vídeos editados em casa e aulas adaptadas para o ambiente virtual durante a pandemia de covid-19, responsável por um prejuízo incalculável para os estudantes do Brasil.

Foi nesse momento de mudança em tantos hábitos da humanidade que começou a ganhar destaque, com atraso de décadas, a capacidade dos professores de se reinventarem, de superarem as dificuldades – em um cenário que já era de redução de investimentos – e de serem ponto de apoio para a construção da inteligência emocional de crianças e adolescentes.

Com seus filhos em casa, sem acesso às escolas, à merenda e ao convívio social, a população entendeu a árdua missão que é formar cidadãos. As famílias compreenderam que é com a união entre conhecimento e dedicação de cada professor que as instituições escolares demonstram seu potencial de entregar jovens preparados para um mundo desigual com habilidades que, embora não estejam nas grades curriculares, são transmitidas pelos edu-

cadores por meio de suas vivências e da relação que desenvolvem com os alunos e seus responsáveis.

Sem as tradicionais aulas e com os encontros *online*, os professores entraram na casa dos alunos e foi inegável o suporte que deram para lidar com as dificuldades de aprendizado. Com o estreitamento da relação com os pais, surgiram as dúvidas sobre como organizar a rotina sem os horários da escola e sem o espelho do comportamento em grupo. Eu pedi ajuda para o desmame e desfralde do meu filho, e vi que questões profundas vieram, como o luto, o medo e a ansiedade. Os professores estavam preparados para, mais uma vez, acolher e ensinar.

Preparados porque não é de hoje que lidam com problemas complexos. Na minha infância, uma professora de ciências nos fez guardar folhas em vidros com álcool para mostrar os impactos da bebida no fígado. Eu mostrei o resultado, uma folha sem a cor verde, para boa parte da minha família. Hoje, sei que, pela voz convincente das crianças, estava sendo debatido o alcoolismo.

Resiliência, consciência sobre o autocuidado e empatia são apenas algumas das ditas competências do futuro requisitadas por grandes empresas e já oferecidas em cursos específicos. O que talvez não esteja no radar de todos é que são conceitos difundidos ainda na primeira infância e que integram o dia a dia nas escolas, inclusive as públicas, tão esquecidas quando o tema da qualidade da Educação é abordado em debates que envolvem a população em geral. Afinal, são os professores e seus auxiliares que transmitem as primeiras noções, fora do ambiente familiar, sobre respeito, amizade, entender o tempo do outro, acolhimento e até a ajustar a respiração em momentos mais tensos.

Iniciativas que partiram do olhar atento de professores, por sinal, demonstraram potencial para se estabelecer como lei e mudar a vida dos estudantes. Basta pensar no intenso debate que ocorreu recentemente sobre a pobreza menstrual, causa de faltas e evasão escolar. Por muitos anos, professoras e diretoras compraram absorventes e distribuíram para as alunas que precisavam do item de higiene pessoal.

Por mais que a escola seja a nossa referência de ambiente lúdico, nada vem como mágica. O encantamento diante da bravura

com a qual os professores lutaram para manter os alunos engajados durante a maior crise sanitária deste século não pode ser esquecido. A admiração precisa ser retribuída com investimento, suporte aos estudos e à saúde mental desses profissionais que, nas sutilezas, demonstram a importância da escola como organismo social que transforma e ajuda na replicação de comportamentos que fortalecem o ser humano.

Dos artífices da invenção e reinvenção da humanidade

PAULO HARTUNG

*Economista e ex-governador do estado do Espírito Santo (2003-2010/2015-2018),
é membro do Conselho do RenovaBR.*

Do ar livre dos bosques atenienses em que Platão e Aristóteles fundaram e deram curso exuberante à Academia e ao Liceu, respectivamente, às multitelas do ensino remoto nestes tristes e enclausurados tempos pandêmicos, se há algo que permanece milênios afora é a importância dos mestres e mestras no processo educacional-civilizatório.

Infelizmente, em nosso país, o magistério nunca teve o reconhecimento de que é digno. É exatamente essa uma das frentes decisivas para que o Brasil consiga produzir uma revolução educacional que não apenas permita a superação das suas resistentes mazelas socioeconômicas, mas que também, concomitantemente a investimentos em ciência, tecnologia e inovação, nos habilite a ingressar efetivamente na sociedade do conhecimento, na era da informação.

A reinvenção da história dos professores reclama um amplo programa de atitudes prioritárias. Vai desde a atualização da formação dos nossos mestres e mestras até a garantia de um dia a dia de trabalho docente que permita um desempenho qualificado, passando por rotinas de desenvolvimento profissional e valorização salarial.

Há um dito popular que diz que a profissão mais importante de todas é justamente a do magistério, nas suas mais variadas feições, posto que todas as demais profissões dependem dela.

Destacando o valor da Educação na existência de cada um de nós, “ninguém se torna alguém” sem ter tido um professor na vida.

Os educadores são elementos centrais à constituição de uma Educação livre, o que, segundo o professor italiano Nuccio Ordine, juntamente com a cultura, conforma o

“líquido amniótico ideal no qual podem se desenvolver vigorosamente as ideias de democracia, liberdade, justiça, laicidade, igualdade, direito à crítica, tolerância, solidariedade e bem comum” (ORDINE, 2016, p. 35).

Das individualidades às coletividades, a constituição da dignidade humana passa fortemente pela Educação, cujo processo intraescolar tem nas professoras e nos professores protagonistas indiscutíveis. Essa liderança é crucial tanto à transmissão de conhecimento quanto à inspiração à produção de novos saberes, fazendo caminhar a humanidade.

Assim, por exemplo, quando se almeja dar um novo rumo a uma nação, a Educação é caminho obrigatório. Nesse movimento de emancipação cidadã e desenvolvimento socioeconômico inclusivo, nossos professores são atores essenciais, devendo, por isso, ter atenção especialíssima da nação, se o que desejamos é escrever uma outra história nacional.

Nesse caminho, é importante salientar que Educação rima com oportunidade. As palavras do ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln acerca do que deve ser um governo são exatas para classificar o sentido político da palavra oportunidade. Disse Lincoln que o objetivo essencial do governo é “elevar a condição dos homens [...] para permitir um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida” (PHILLIPS, 2007, p. 70).

Nosso Mario Quintana, que vinculou o conceito de democracia à garantia de acesso igualitário às oportunidades, poetizou: “Democracia? É dar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, isso depende de cada um” (QUINTANA, 2013, p. 106). O que garante “um começo a todos e uma chance justa na corrida da vida”, assim como permite “dar a todos o mesmo ponto de partida”, é precisamente a Educação.

Entre os imensos desafios do país nessa área, além das questões ligadas ao magistério já citadas, podemos listar déficits nas políticas educacionais de aprendizagem, nas estratégias de gestão, tanto institucional quanto escolar, e na articulação entre os entes federados. É preciso garantir acesso, permanência e aprendizagem a todas as crianças e jovens brasileiros, de modo que os estudantes tenham idade compatível com as séries da Educação Básica correspondentes as suas faixas etárias.

Precisamos melhorar a infraestrutura educacional, investir em uma escola de Educação Integral em tempo integral. É inadiável organizar uma rede de EPT¹ em diálogo com as demandas e oportunidades do sistema produtivo contemporâneo. Essa modalidade atende à formação técnica dos nossos jovens e também à capacitação e reinserção de profissionais que precisam de atualização para voltarem ao mercado de trabalho ou nele caminharem.

Enfim, uma revolução que se pretenda verdadeiramente republicana, com repercussões tanto na vida de cada indivíduo quanto na caminhada de toda uma nação, está na dependência da Educação que se cultiva. Como agentes decisivos nesse processo, nossas professoras e nossos professores precisam da atenção que a sua nobre missão requer.

Afinal, das lições nos jardins dedicados às deidades gregas Academo e Apolo Liceu, onde se fomentaram as bases da nossa civilização, à cibereducação, que fez um contraponto vital à escuridão virótica, nossos mestres e mestras são guias essenciais na perene tarefa de invenção e reinvenção do existir humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ORDINE, Nuccio. *A utilidade do inútil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- PHILLIPS, Donald T. *Liderança segundo Abraham Lincoln*. São Paulo: Landscape, 2007.
- QUINTANA, Mario. *Caderno H*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

1. Educação Profissional e Tecnológica.

Por que o prestígio da carreira docente importa tanto?

PRISCILA CRUZ

Co-fundadora e presidente-executiva do Todos Pela Educação.

OLAVO NOGUEIRA FILHO

Diretor-executivo do Todos Pela Educação.

Em 2017, fizemos parte de um grupo de profissionais do campo educacional que viajou ao Chile para conhecer melhor as práticas educacionais que fazem do nosso vizinho o “melhor” país da América Latina quando o assunto é desempenho médio em provas padronizadas¹. Sim, nossos companheiros de continente têm lá um bocado de problemas na Educação (por exemplo, altíssima desigualdade nos resultados educacionais), estão em um país unitário, com PIB *per capita* 60% maior que o nosso e, em termos populacionais, mais ou menos do tamanho do estado de São Paulo. Mesmo assim, nos pareceu relevante compreender melhor a trajetória chilena.

1. Na última edição do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Pisa), que avalia estudantes de 15 anos pertencentes a dezenas de países, 68% dos estudantes chilenos obtiveram pontuação igual ou maior ao nível 2 em leitura (considerado o nível mínimo de proficiência que é necessário para uma pessoa participar plenamente na sociedade moderna). Dos demais países da América Latina participantes do Pisa, Uruguai (58%) e México (55%) são os que vêm na sequência. O Brasil registrou 50% dos alunos nessa situação, enquanto a média dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi 77%. O Canadá, por exemplo, tem 86% dos estudantes nessa condição.

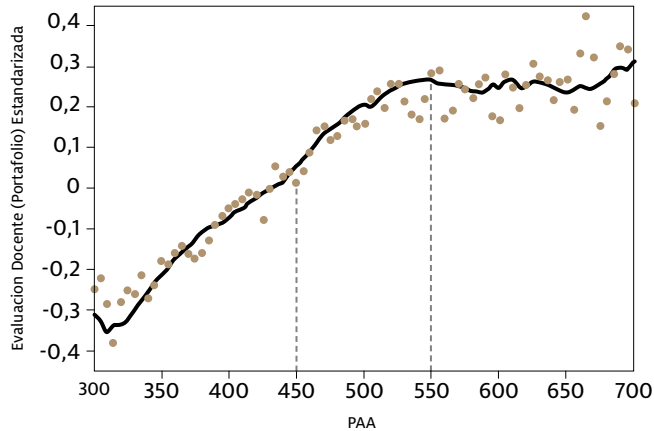
Na visão de múltiplos atores com quem conversamos (acadêmicos, gestores públicos, professores e líderes sindicais), os “bons” resultados pouco (ou nada) tinham a ver com a conhecida – e agressiva – política de *vouchers*² avançada durante o regime Pinochet. Mesmo os acadêmicos “de direita” concediam que a política teve, sim, papel importante para acelerar o acesso à Educação Básica, mas que não era variável-chave relacionada à *qualidade*. Pelo contrário, revelaram entendê-la como uma das razões para a alta desigualdade nos resultados entre alunos mais ricos e mais pobres.

Era outro o tema que sobressaía: *políticas docentes*. Havia um entendimento de que medidas para fortalecer a profissão docente, avançadas sistemicamente ao longo das últimas décadas, estavam na raiz do relativo sucesso. Entre elas, (i) um profundo fortalecimento do sistema de regulação da formação inicial de professores, incluindo aí maior rigor na certificação de cursos e mecanismos para coibir o avanço do EaD³; e (ii) mudanças no desenho da carreira docente, com o aumento dos salários iniciais e políticas de desenvolvimento profissional focadas na prática pedagógica dos professores.

Mais marcante, porém, foi a revelação de que um dos principais objetivos perseguidos com essas mudanças era tornar a carreira docente mais atrativa para alunos de alto desempenho no Ensino Médio. Justificaram isso a partir de um único gráfico, reproduzido a seguir:

2. *Vouchers* são bolsas de estudo financiadas pelo setor público para que os alunos paguem as taxas de instituições privadas de ensino. Os pagamentos podem ser feitos diretamente para as famílias ou indiretamente para escolas privadas selecionadas (privadas, com ou sem fins lucrativos). Os *vouchers* podem ser implementados de maneira universal (para todos os alunos) ou de maneira focalizada (geralmente priorizando os estudantes mais vulneráveis ou com necessidades especiais). Os programas de *voucher* têm longa história em países como Chile e Suécia, onde os *vouchers* são universais, e na Colômbia e nos Estados Unidos, onde são focalizados. Fonte: *Dados para um Debate Democrático na Educação* (D3E), 2022, no prelo.

3. No Brasil, os últimos dados disponíveis indicam que os estudantes de pedagogia e licenciaturas que estudam na modalidade EaD (educação a distância) já são 54% do total, percentual que era de 32%, em 2010. Fonte: Todos Pela Educação, 2019.



Fonte: Centro de Estudios Públicos – Chile.

Cada ponto do gráfico combina duas informações: a pontuação de atuais professores chilenos no exame equivalente ao Enem⁴ (quando os mesmos eram estudantes no Ensino Médio) e os resultados desses mesmos professores em avaliações oficiais da qualidade da prática pedagógica. A mensagem é clara: até certa pontuação (550), a correlação entre essas duas variáveis é muito forte, sugerindo, assim, que o desempenho no Ensino Médio de um professor chileno tem significativa força preditora do seu desempenho futuro como docente⁵.

À época em que nos mostraram o gráfico, a média dos estudantes ingressando na carreira girava em torno de 450 pontos, algo próximo à pontuação média geral. **Munido dessa evidência, o então governo havia estabelecido que, em 10 anos, instituiriam como “régua” mínima para entrada na carreira a pontuação de 550 (implantação gradual para evitar um problema de oferta). Em síntese: “Se sabemos que esse é o ponto que marca a diferença, nenhum de nossos futuros professores pode estar abaixo dele”.**

4. Exame Nacional do Ensino Médio.

5. Ainda que as evidências da literatura internacional sobre “preditores” da prática pedagógica sejam inconclusivas, o famoso relatório da consultoria McKinsey, *How the world’s best performing schools systems come out on top* (Como os sistemas escolares com melhor desempenho no mundo chegam ao topo), destaca a atração de alunos de alto desempenho no Ensino Médio para a carreira docente como um dos três princípios-chave para explicar os resultados dos melhores países no Pisa (os outros dois são: fornecer uma formação para o magistério de alta qualidade e assegurar que todas as crianças aprendam).

Alguns dados sobre o quadro da atratividade docente no Brasil: 56% dos alunos concluintes de pedagogia tiraram nota abaixo da média no Enem e 25% sequer poderiam requerer o certificado de conclusão do Ensino Médio⁶. Ou seja: se aplicarmos a lógica do gráfico chileno por aqui, provavelmente estaríamos abaixo da linha dos 450 pontos.

É possível fazermos uma Educação de melhor qualidade sem que a alavanca da atratividade seja introduzida? Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Teresina (PI), entre outros, provam que sim. Não obstante, diante de um mundo globalizado, em que o conhecimento passa a exercer tremenda influência no desenvolvimento econômico e social das nações, alcançar patamares educacionais mais altos que as nossas melhores experiências se torna um imperativo. Com “régua mínima” ou não, eis a questão central: conseguirmos aumentar o prestígio da carreira docente junto aos estudantes do Ensino Médio que, hoje, de modo geral, não escolhem a profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Formação inicial de professores no Brasil*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2019. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/317.pdf?1619510590.

CRUZ, Priscila; NOGUEIRA FILHO, Olavo. *Dados para um Debate Democrático na Educação – D3E*. *Escolas Charter e Vouchers: o que dizem as evidências sobre subsídios públicos para entidades privadas em Educação?*, 2022. No prelo.

6. Fonte: Inep/Microdados do IDD (2017)/Microdados do Enem (2013). Cálculo e elaboração: Todos Pela Educação.

Protagonistas da Educação

REGANE BENEVIDES

Vencedora do Prêmio Nacional de Gestão Escolar, é gestora da Escola Municipal Sérgio Alfredo Pessoa Figueiredo em Manaus (AM).

No cenário de uma escola municipal da cidade de Manaus, localizada na orla de um igarapé do bairro Presidente Vargas, área de alta vulnerabilidade social e econômica, totalmente desacreditada perante a sociedade, nasce uma história de superação protagonizada por professores com um grande potencial. Porém, eles estão desmotivados do ponto de vista financeiro e também social e emocional, pela convivência com alunos agressivos e pela ausência de parceria da parte das famílias. Em decorrência, adoecem física e mentalmente, dia após dia.

Nesse contexto desolador, que parecia um quebra-cabeça impossível de encaixar (embora todas as peças estivessem sempre lá), surge um convite um tanto desafiador para mim, pois não tinha experiência em gestão escolar. No entanto, como professora de formação, sonhava em transformar o mundo por meio da Educação, então essa seria a minha chance de juntar aquelas peças e mudar o rumo daquela história, embora não tivesse ideia de como o faria.

Passado algum tempo, percebi que os elementos fundamentais para obter êxito seriam os professores. Embora lhes faltasse brilho nos olhos e estivessem desalinhados e afastados uns dos outros, tinham um valor incalculável, o que observei, de modo individual, até detectar a necessidade de cada um. Assim, começaram a se conectar e conquistaram, aos poucos, o respeito e a admiração de toda a comunidade, até transformar a antiga escola em uma instituição de referência em Manaus.

Eis que surge um quebra-cabeça mais unido que nunca: uma unidade de Educação Integral acolhedora, com um Ideb¹ de 4,3 que aumentou para 7,3. O ambiente agora proporciona um aprendizado muito mais prazeroso e chamativo, reacendendo sonhos de um futuro melhor em estudantes, familiares e comunidade, tornando-os capazes de vencer qualquer obstáculo. Um professor é fundamental na construção de um projeto de vida, ele é o adulto de referência que a criança encontra fora de casa.

Embora muitas vezes surgissem problemas, o objetivo comum de proporcionar uma Educação pública de qualidade era gritante. O amor pela profissão me fez seguir firme no propósito de transformar aquela escola, considerada um “patinho feio”, em um belo cisne. Para isso, os professores foram essenciais, pois tinham a inovação na alma e, assim como eu, sonhavam com dias melhores. O que faltava ali era apenas sensibilidade para enxergar além dos obstáculos que impediam que notássemos as diferentes habilidades no grupo e que, somadas, o transformaram em uma equipe de sucesso.

Com notável compromisso, empenho e dedicação dos professores nos tornamos Referência Internacional em Educação, tendo alguns projetos premiados nacionalmente. Modificamos o ambiente escolar e tornamos as atividades mais atrativas. Com isso, os professores ficaram ainda mais motivados em decorrência de sua valorização como profissionais. Ainda que não tenha havido reconhecimento financeiro naquele momento, receberam reconhecimento das famílias e da sociedade, o que foi fundamental no processo de encorajamento da equipe.

Passaram-se seis anos nessa gestão compartilhada, que me ensinaram que **uma escola sem professores engajados perde o brilho e impede a comunidade de visualizar um futuro promissor para filhos e netos**. A pandemia de covid-19 reforçou a importância dos professores que não soltam a mão dos seus alunos e que criam vínculos com os familiares, ultrapassando o limite da aprendizagem entre as paredes da escola para exercer um papel social que os tornaram inesquecíveis no cotidiano doméstico.

1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Professores têm o poder de ressignificar sua atuação, redescobrimo o real valor de seu papel na sociedade. Moldando-se, reinventando-se, despertando paixões e construindo sonhos, são os verdadeiros protagonistas da Educação, pois vivem o dia a dia com seus estudantes, muitas vezes tornando suas jornadas menos cansativas, dividindo frustrações e compartilhando momentos eternos.

Não podemos repetir a mesma reportagem de quatro em quatro anos

RENATA CAFARDO

Colunista de Educação e repórter especial do jornal O Estado de S. Paulo, é vice-presidente e fundadora da Associação dos Jornalistas de Educação (Jeduca) e autora de O roubo do Enem.

Em 2018, me foi designada a tarefa no *Estadão* de escrever uma grande reportagem sobre os desafios do próximo presidente da República na área à qual me dedico há mais de 20 anos no jornalismo, a Educação. Não tive dúvidas em afirmar que o objetivo principal de quem governaria o país a partir de 2019 deveria ser o investimento nos professores.

Passei semanas ouvindo especialistas do Brasil e do mundo sobre o assunto. A reportagem deixava claro que o país já havia aumentado em três vezes o valor investido por aluno, colocado em prática políticas como avaliações e a BNCC¹, mas tinha olhado pouco para os professores. O recado era de que precisávamos nos espelhar em Chile, Cingapura, Estônia e outros tantos, para atrair os melhores profissionais para a docência, fazer uma seleção rígida de quem pode dar aulas, fechar cursos ruins, replicar as boas estratégias para ensinar.

1. Base Nacional Comum Curricular.

Essa reportagem ganhou um importante prêmio de jornalismo, mas tudo o que estava escrito nela continua sendo um desejo. Por pior que fossem as previsões diante do resultado das eleições presidenciais, não se imaginava um governo cuja política não olha para a escola pública. E ainda veio a pandemia de covid-19, que levou o país à maior crise educacional da história, com grande retrocesso de aprendizagem.

Mais uma vez precisamos dos professores. Antes da pandemia, antes de Jair Bolsonaro, a Educação só chegaria à qualidade esperada com investimento em quem ensina. Agora, os professores se tornaram mais cruciais ainda.

São eles que estão recebendo de volta as crianças nas escolas. São para eles que elas vão olhar e acreditar que é possível aprender de novo. Ou que é importante voltar, para os que se evadiram.

Professores de alunos de 9 anos precisam agora ser também formados para alfabetizar, já que durante a pandemia muitos não aprenderam a ler e escrever. Sem isso, esses estudantes vão acabar desistindo da escola.

Os docentes precisam ainda ser formados para acolher, ouvir, ajudar. A pandemia afetou a saúde mental de crianças e adolescentes – e também dos professores. Além disso, é fundamental dar ferramentas e práticas para que consigam recuperar a aprendizagem e ainda evoluir no currículo.

Temos que fazer tudo que era necessário em 2018 e muito mais. Temos que ter nossos melhores profissionais ensinando nossas crianças se acreditamos que a Educação é a responsável pelo desenvolvimento do nosso país. Não é possível pagar pouco e formar mal.

Não é possível que universidades tenham autorização para graduar um docente que estudou 100% a distância. Os professores não podem ser obrigados a ter jornadas de 12 horas diárias, em mais de uma escola, atravessando cidades, para ganhar um mínimo. Não podem entrar em sala de aula sem terem sido preparados para a prática diária, com suporte de coordenadores pedagógicos e ouvindo seus pares. Precisam sempre ser avaliados e precisam receber incentivos para atuar nas escolas onde estão os estudantes mais vulneráveis. Não se deve deixar de prepará-los para a inclu-

são, para permitir que o aluno com deficiência aprenda e ensine seus colegas. Tudo isso precisa ser um objetivo a ser perseguido arduamente nos próximos anos.

É muito trabalho, mas o Brasil nunca vai crescer só pensando em reformas econômicas: a Educação precisa ser o centro da política daqui para frente, com o professor como peça fundamental dessa política. Não quero ter que escrever a mesma reportagem daqui quatro anos.

A profissão docente enquanto uma liderança pedagógica da escola

RICARDO HENRIQUES

Economista, é superintendente executivo do Instituto Unibanco e professor associado da Fundação Dom Cabral.

Nas últimas cinco décadas, estudiosos da Educação se dedicaram a identificar quais são as características comuns às escolas tidas como eficazes e efetivas, definidas como aquelas que conseguem compartilhar valores, conhecimentos e habilidades entre todos os estudantes, independentemente de sua origem econômica, social e familiar.

Dentre os fatores intraescolares, a qualidade do professor é o principal fator positivamente associado ao melhor desempenho de alunos, seguido pela gestão escolar. Em que se pese a importância dos aspectos extraescolares, tais como escolaridade de pais e mães e renda familiar, estudos recentes apontam que a ação intencional da escola pode mitigar os efeitos desses elementos.

A pesquisadora Darling-Hammond¹, por exemplo, encontra associações positivas entre a qualidade do trabalho docente e o desempenho de estudantes em linguagem e matemática. Além de

1. DARLING-HAMMOND. Teacher quality and student achievement: A review of state policy evidence. *Education Policy Analysis Archives* 8 (1), 2000.

DARLING-HAMMOND. Teacher education around the world: What can we learn from international practice? *European Journal of Teacher Education*, 40:3, 291-309, 2017.

menores taxas de abandono escolar. Nesse sentido, a autora destaca que oportunidades centradas na escola para o desenvolvimento profissional dos professores são características de sistemas educacionais bem-sucedidos.

Esses resultados indicam a importância de políticas voltadas para as carreiras docentes que garantam condições para sua valorização e profissionalização. Na prática, isso significa que as carreiras precisam ser capazes de atrair e reter bons profissionais, além de garantir oportunidades de formação e qualificação voltadas, sobretudo, à prática em sala de aula.

Por um lado, é importante que a evolução nas carreiras esteja baseada em critérios que combinem avaliação de conhecimentos, práticas e engajamento profissional. O uso de avaliações de desempenho e desenvolvimento deve ser incentivado e estar atrelado a sistemáticas constantes de *feedback* para que os docentes e gestores tenham clareza acerca de quais caminhos formativos devem ser trilhados. É igualmente importante que políticas de desenvolvimento do magistério estejam atreladas a uma matriz de competência local e conectadas aos desafios reais enfrentados pelas redes.

Por outro, é imprescindível a realização de ações direcionadas à valorização. Isso vai desde o cumprimento do piso docente com vistas a garantir uma remuneração mais competitiva, até a adoção de medidas não monetárias de incentivo. Isso significa, por exemplo, desenvolver profissionais para um papel de liderança nas escolas, criar ambientes de trabalho adequados, promover sua saúde mental e física e fomentar uma cultura de reconhecimento de sua atuação.

A partir de premissas como essas, o Consed² e o Consad³, em parceria com o Instituto Unibanco e com o Profissão Docente, lançaram em 2021 o documento *Temas estratégicos para discussão sobre planos de carreira do magistério público da Educação Básica – Estudos, análises e sugestões*⁴. Produto de meses de discussão que alia conhecimentos de técnicos de secretarias de Educação e de

2. Conselho Nacional de Secretários de Educação.

3. Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração.

4. Disponível em: <https://www.consed.org.br/produto/temas-estrategicos-para-as-carreiras-docentes-documento-completo>.

especialistas, o documento aponta para diretrizes sobre evolução funcional, remuneração e benefícios das carreiras, além de abordar a importância da boa gestão do gasto público para viabilizar a sustentabilidade das ações no longo prazo.

Em suma, valorizar a carreira docente e garantir aos profissionais mecanismos e estratégias para incentivar e promover seu pleno desenvolvimento é investir para que todos os estudantes tenham acesso a uma Educação de qualidade e com mais equidade.

Professor do século 21 tem papel cada vez mais importante

ROSSIELI SOARES DA SILVA

Foi secretário da Educação dos estados de São Paulo e Amazonas, secretário de Educação Básica do Ministério da Educação e conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Participou diretamente na reformulação do Novo Ensino Médio e na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Foi também ministro da Educação de abril a dezembro de 2018.

Vamos fechar os olhos, respirar, relaxar um pouco, esquecer os problemas e focar apenas naquilo que fizemos de bom na vida até agora: as pessoas que ajudamos, as viagens que fizemos, os bens que conseguimos comprar com o suor do nosso trabalho. Agora, vamos começar a pensar nas pessoas que nos ajudaram.

Claro: tudo, em parte, é nossa conquista individual, nosso esforço. Mas para cada conquista há uma história sendo contada, há um passado. É aí que vamos encaixando essas pessoas importantes, pois sem elas não construímos nada.

Se você fez esse breve exercício de reflexão, não consigo imaginar que tenha deixado de fora um professor. Desde aquele que o auxiliou a juntar as sílabas até o solucionador de complexos problemas matemáticos. Ouso dizer que os professores são a continuação dos nossos pais.

A Educação é a área mais importante de um país. Por meio da Educação, resolvemos problemas de saúde, de violência, de cultura, de economia, da ciência e de tantos outros setores. O estudante é – e deve ser – o objetivo principal de toda a estrutura educacional, afinal, é o aprendizado dele que interessa, acima de qualquer coisa. E o motor que faz tudo funcionar para o aprendizado do estudante é o professor.

Longe de mim querer classificar quem – ou o que – é mais importante na Educação. No entanto, o básico da Educação se faz com um estudante querendo aprender e um professor querendo ensinar. É por aí que entramos no complexo mundo dessa área tão apaixonante.

Tenho anos da vida dedicados às políticas públicas para a área e sempre entendi o papel do professor como primordial para o aprendizado. O exemplo mais recente disso é a nova carreira para os professores do estado de São Paulo, que, além de mexer na remuneração inicial, valoriza os profissionais de diversas outras maneiras, com oportunidades de crescimento e reconhecimento para aqueles que buscam aprender, cada vez mais, para ensinar melhor.

A melhoria da Educação envolve atrair novos talentos. A nova carreira docente terá salário inicial de R\$ 5 mil, um aumento de 73% em comparação à remuneração do ano passado e 30% maior que o novo piso nacional. Já para os professores ativos e inativos, além de reajuste, também passa a valer, a partir da mesma data, o novo piso nacional de R\$ 3,8 mil, aprovado em fevereiro pelo Governo Federal. Os docentes que não atingirem o valor-base terão complementação do seu salário inicial.

Justamente para dar poder de escolha para tão importante função para a Educação, a adesão à nova carreira será voluntária, com prazo de até dois anos. Estudo da Seduc-SP¹ mostra que, caso optem por migrar, 89% dos docentes terão aumento imediato. Os temporários e ingressantes já serão automaticamente enquadrados no novo modelo.

Essa valorização é uma forma de colocar em prática o que sempre defendi. Precisamos lembrar que ser professor vai além da formação acadêmica. Ele contribui desde a primeira infância para a formação e o desenvolvimento de um ser humano como participante de uma sociedade complexa e plural. É o principal facilitador para a adaptação de uma criança ao mundo, na aprendizagem das competências socioemocionais, no comportamento na coleti-

1. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

vidade e nas relações interpessoais. Por ser um pilar fundamental para a sociedade, a Educação tem, no professor, o agente formador de cidadãos.

Na atualidade, o papel do professor se torna ainda mais relevante, porque hoje cabe ao professor, além do ensino, o estímulo e a orientação para a busca do próprio conhecimento, de respeito e de democracia. Como reflexo de tudo isso, ele é responsável pela construção de uma sociedade melhor. **Com a aprovação da BNCC² e o Novo Ensino Médio, que colocam o estudante como protagonista, também cabe ao professor fazê-lo entender que é livre e dono de si, e deve buscar seu futuro.**

2. Base Nacional Comum Curricular.

A importante jornada de nossos mestres da Educação brasileira

SANTHIAGO ALEXANDRE DO NASCIMENTO

Aluno da Escola Estadual de Ensino Médio Mariano Martins, Fortaleza (CE).

Durante esses anos como estudante, tive alguns professores que marcaram minha vida. Muitos fizeram eu ter cada vez mais vontade de estudar e me ajudaram a enxergar meu potencial. Suas maneiras de ensinar me incentivaram a não desistir em momentos de desmotivação. Por conta disso, vou lembrar sempre deles em minhas conquistas acadêmicas.

Os professores estão bastante presentes na construção de nosso país e são de grande valor para todos nós – eles são responsáveis por nos ensinar a falar, escrever, ler e pensar. **A maior parte do que sabemos hoje se deve ao conhecimento que nos transmitiram em algum momento de nossa vida. Por isso, “o educador se eterniza no ser que educa”, como dizia o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire.**

É fundamental destacar a importância dos professores principalmente na Educação pública, a qual tenta desvincular do crime crianças e jovens, trazendo uma forma de solucionar a pobreza enfrentada pela maior parte dos alunos. No entanto, as dificuldades que os educadores encaram torna difícil sua atuação.

Isso ocorre pelas falhas na estrutura educacional e pela desvalorização que esses profissionais enfrentam. Segundo um estudo feito em 2021 pela Fundação Carlos Chagas (FCC) e pelo D3e (Dados

para um Debate Democrático na Educação)¹, o volume de trabalho dos professores dos anos finais do Ensino Fundamental no Brasil era expressivamente maior em comparação com outros países, como Estados Unidos e França.

Esse cenário não mudou muito de lá para cá: é só parar para observar quantos professores, além de lecionarem em mais de uma sala de aula, trabalham também em mais de uma escola. Isso ocorre, sobretudo, em função da baixa remuneração – um dos fatores responsáveis pela falta de atratividade por essa profissão entre os jovens – e, de acordo com a FCC, pode resultar em prejuízo para a qualidade do ensino.

Mesmo com esses obstáculos, a atuação dos educadores influencia a formação da sociedade, porque são eles que nos ensinam a entender como funcionam as leis que regem nosso povo e também para sermos capazes de escolher quem deverá nos representar como nação. Vale destacar também que, na escola pública, os professores contribuem para que os adolescentes tenham a oportunidade de escolher a profissão com que sonham, ingressar no mercado de trabalho, saírem de situações difíceis e serem donos de suas próprias trajetórias de vida, sem precisar recorrer a meios alternativos de sobrevivência, o que, em alguns casos, pode trazer consequências ruins.

Esses profissionais ainda trabalham dobrado para levar a Educação a regiões de maior vulnerabilidade, porém, infelizmente, são desprestigiados. Apesar de existirem leis que favorecem o magistério, a formação ainda sofre com a falta de investimento, tornando mais complicado o desempenho em cenários que já são exigentes.

Mesmo enfrentando empecilhos em sua jornada, os docentes se esforçam para levar o aprendizado aonde quer que seja, fazendo com que os alunos tenham boas condições de vida e sejam bons cidadãos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de nossa pátria. Por isso, são importantes para a Educação brasileira e precisam ser mais valorizados por todos.

1. MORICONI, Gabriela Miranda; ANTONIO, Nelson. *Volume de trabalho dos professores dos anos finais do ensino fundamental: uma análise comparativa entre Brasil, Estados Unidos, França e Japão*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2021.

Os professores que me devolveram o direito de sonhar

TABATA AMARAL

Eleita em 2018, aos 24 anos, foi a sexta deputada federal mais votada de São Paulo e a segunda mulher mais votada do Brasil. Formou-se em ciência política e astrofísica pela Universidade de Harvard com bolsa integral. É ativista pela Educação e cofundadora do Projeto VOA! e dos movimentos Mapa Educação, Acredito e Vamos Juntas.

Foram os meus professores que me devolveram o direito de sonhar e, assim, salvaram a minha vida – e não é força de expressão. Não fosse por eles, eu não estaria aqui. Não teria me formado no Ensino Médio, feito uma graduação e, tampouco, encontrado o meu propósito na luta por uma escola pública e de qualidade.

Minha família mora em uma ocupação na periferia da Zona Sul de São Paulo e, na minha infância, passamos por grandes dificuldades, especialmente quando meus pais estavam desempregados. A dependência química e a bipolaridade contra as quais meu pai lutava também traziam medo e instabilidade. O preconceito e o estigma se somavam à ausência de políticas públicas, e as batalhas travadas pela minha família eram motivo não só de sofrimento, mas de vergonha, e eu logo me tornei uma criança muito tímida.

O entusiasmo com que Rosângela, minha professora do 5º ano, comemorava meus êxitos fez com que eu visse a Educação como refúgio. Ver esses pequenos logros serem celebrados me fazia sentir que eu tinha valor. Foi Simone, minha professora de matemática do 6º ano, quem nos incentivou e treinou, fora do ho-

rário escolar, para a 1ª OBMEP¹. Esses incentivos renderam uma medalha de prata na OBMEP e um curso de matemática no Colégio Etapa, uma escola privada de excelência.

O colégio decidiu dar bolsas de estudo aos participantes do curso com medalha de ouro e foi aí que a coordenadora Silvinha e o professor Ricardo argumentaram que a escola tinha que olhar o todo e não um único resultado. Graças a eles eu pude terminar o Ensino Fundamental e o Ensino Médio como bolsista do Etapa. Foi difícil me convencer que eu pertencia àquele lugar, mas, para que eu me sentisse acolhida, nunca faltaram criatividade e empenho por parte dos meus professores.

No Ensino Médio, quando comecei a avançar nas seletivas das competições internacionais, meu pai iniciou o uso de drogas mais pesadas e voltamos a passar por grandes dificuldades. Faltava dinheiro não só para o lanche, mas também para o transporte. Decidi abandonar a seletiva da Olimpíada Internacional de Química, da qual estava participando, e, quando informei isso ao professor Rubens, ele, com respeito e paciência, conseguiu arrancar de mim o motivo. Eu nunca tinha falado com ninguém sobre as batalhas enfrentadas pela minha família.

Ele não só me acolheu e me convenceu a continuar no processo, como se uniu a outros professores e administradores do colégio para garantir que eu receberia recursos para alimentação e transporte, além de hospedagem em um quarto de hotel próximo à escola durante a semana.

Foi esse mesmo grupo de professores e administradores, como Edmilson, Pablo e Thiago, que não me deixou desistir dos meus sonhos, quando, quatro dias após eu ser aceita em Harvard, perdemos o meu pai para as drogas.

Se hoje tenho instrumentos para lutar para que o Brasil tenha a melhor escola pública do mundo, é por causa deles. Esse sonho só será realidade quando valorizarmos, de maneira concreta, a profissão docente.

1. Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

A luta pela valorização dos professores passa por uma formação inicial e continuada que os prepare para a sala de aula. Passa também pelo cuidado com a saúde mental e qualidade de vida dos profissionais da Educação. O Projeto de Lei nº 1.540/21, aprovado na Câmara, de autoria do deputado professor Israel Batista e do qual fui relatora, cria diretrizes que dizem respeito a esses cuidados.

Valorizar os professores significa dar-lhes os equipamentos necessários. É por isso que lutamos por mais de dois anos, apesar da oposição do governo, para que a Lei de Conectividade, da qual também fui relatora, seja efetivada, garantindo o acesso a equipamentos e internet a 1,5 milhão de professores. Foi uma emenda de minha autoria, inclusive, que garantiu a esses profissionais prioridade na vacinação.

Por fim, mas não menos importante, é essencial que os professores sejam valorizados em termos salariais. Com nossa luta, o Fundeb² passou a ser permanente e contar com mais do que o dobro de recursos da União, um passo importante na defesa de um piso nacional do magistério justo.

A transformação do Brasil passa necessariamente pela transformação da Educação. Para isso, precisaremos de professores bem formados, apoiados e valorizados. Só assim esses profissionais terão condições reais de fazerem por milhões de alunos o que tantos fizeram por mim: garantir que, independentemente de origem, cor da pele, gênero, orientação sexual ou deficiência, nossas crianças possam sonhar sem limites.

2. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

A política e a profissão docente

THIAGO PEIXOTO

Economista, é mestre em administração pública pela Universidade de Harvard. Foi deputado federal (2011 a 2019), secretário de Educação e secretário de Gestão e Planejamento em Goiás, e também exerceu a coordenação geral do Movimento Profissão Docente.

Este é um ano crucial para o futuro do Brasil, no qual decidiremos, voto a voto, os principais agentes políticos que irão liderar nosso país e cada estado da nossa Federação. Imagino que boa parte deles falarão que Educação é uma das prioridades. Claro que todos concordamos com essa afirmação. Porém, precisamos de muito mais. A Educação e a profissão docente têm de superar os *status* de palavras bonitas em discursos e avançar para o patamar de políticas públicas prioritárias, sólidas e transformadoras.

Sem dúvida alguma, a Educação pública brasileira demanda mudanças sistêmicas, mas nada irá gerar mais impactos positivos do que avanços focados em valorização, desenvolvimento profissional e carreiras dos professores. Um desafio tão grande como esse só pode ser superado por meio da política. Não faço aqui uma referência à desacreditada e desgastada política que acompanhamos na mídia, mas sim à política com princípios, valores e compromissos públicos. Refiro-me à política como eficaz provedora de soluções. Sim, isso existe!

Porém, antes de falarmos dos meios, vamos ao conteúdo: uma proposta que consiga virar o jogo, que realmente valorize e potencialize o papel dos professores. Antes de mais nada, a docência deve ser elevada, por políticos, mas principalmente pela sociedade, ao patamar de profissões em que pessoas altamente capazes entrem e permaneçam com alto nível de satisfação e com

remuneração adequada. Também se faz fundamental que os professores tenham acesso à formação continuada, que ela esteja conectada aos seus interesses e que eles possam ter a oportunidade de avançar em suas carreiras sem ter de trocar as salas de aula por funções administrativas.

A construção de um novo modelo para isso não pressupõe a reinvenção da roda. Existem exemplos, dentro e fora do Brasil, de boas práticas que servem de inspiração. Ao observar experiências internacionais, fica claro que as boas práticas de carreiras se repetem em sistemas educacionais de alto desempenho.

No meu ponto de vista, algumas delas são: trilhas de carreiras que geram oportunidade e preparam professores para assumir posições de liderança, seja em salas de aula, na gestão das escolas ou na elaboração de políticas públicas educacionais. O avanço também pode seguir o caminho do desenvolvimento profissional, em que, por exemplo, professores experientes contribuam com o desenvolvimento daqueles que estejam no início de suas trajetórias. Nosso maior desafio é reconhecer e trabalhar para que a proposta de uma boa carreira para docentes não se limite a discussões de salários e à remuneração. Claro que o aumento é fundamental. Porém, ele não é uma bala de prata capaz de resolver todos os desafios nesse campo.

As soluções para a valorização e o desenvolvimento profissional dos professores estão sendo construídas por algumas redes educacionais públicas, e o Movimento Profissão Docente vem sendo um ponto de apoio importante para isso. Entendo que o ambiente educacional e o de políticas públicas já possuem conhecimento e capacidade para desenhar boas carreiras docentes. No entanto, falta ainda criar as condições para que esse novo conceito se torne prioritário e viável politicamente. Nesse sentido, **vale destacar, comemorar e aprender com a recente nova carreira de professores do estado de São Paulo, uma experiência de sucesso que combinou excelência técnica e grande competência política.**

Assim como não se faz Educação de qualidade sem professores altamente preparados, não é possível construir e implementar políticas públicas sem bons políticos, que compreendam essas

mudanças como essenciais para que o Brasil viva avanços educacionais, sociais e econômicos. Tradicionalmente, quando os políticos olham para a carreira do professor, é comum que se limitem a abordagens que não qualificam o debate. Uma das principais é o enfoque fiscal, pelo qual se altera ou constrói carreiras docentes olhando somente para o fluxo de caixa dos estados e municípios. Outra é a da busca de popularidade política, quando se promovem grandes aumentos salariais em carreiras pouco estruturadas. Claro que os dois olhares são legítimos, mas por que não usar toda essa energia desenhando e implementando soluções que não se limitem a arrochos salariais ou ganhos de popularidade?

Entendo que por meio da boa política é possível construir caminhos que respeitem os princípios da boa governança fiscal, da valorização do professor e do desenvolvimento profissional, e que mantenham o docente comprometido com sua profissão e com seus alunos. Será isso realmente viável? Sem dúvida! Trata-se de uma proposta difícil, complexa, que exige alta capacidade de diálogo, comunicação e articulação. Um desafio que depende de resolver gargalos técnicos e políticos, mas que somente a boa política conseguirá entregar.

Nesse contexto, 2022 surge como uma grande oportunidade para escolhermos um presidente, governadores, senadores e deputados que entendam a importância e a diferença que professores e professoras valorizados e bem preparados podem fazer na vida de cada aluno brasileiro.

Ypakaiê é “professor” na língua do meu povo. Arnã, anehô, hotxomãp, ypakaiê: Eu, tu, nós, professores

UBIRACI PATAXÓ

Indígena nascido em Coroa Vermelha (BA), é graduado em ciências da natureza e matemática pela Universidade Federal do Sul da Bahia, com licenciatura Intercultura Indígena pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. É educador, palestrante e terapeuta comunitário integrativo.

Na minha comunidade, eu, com meus 38 anos, já sou considerado um velho. Por isso, vou utilizar da liberdade dos mais velhos para refletir sobre o tempo...

No seio familiar, aprendi que respeito é o nosso maior diploma e precisa ser utilizado e exercitado sem nenhuma moderação. Aprendi que o ato de pedir a bênção não levando em consideração o grau de parentesco era, e é, uma obrigação. Só agora, sendo um jovem ancião, consigo perceber que ser abençoado pelos meus velhos era a essência do exercício do respeito por aqueles que já tinham vivido algo que eu ainda saberia ou aprenderia.

Saber ler não é ser sábio, porém, quem lê tem a possibilidade de adquirir conhecimento ou informações. Na Educação comunitária, a sabedoria está intimamente ligada a uma vida de práticas e aprendizado, alcançada ao longo de um caminho de escuta e observação de si, do outro e do mundo.

Sou de um tempo em que um olhar valia, literalmente, mais que mil palavras, e que a gentileza tinha grande significado. Sou de um tempo em que não era necessário repetir o que se deveria ou não fazer, de um tempo em que o compromisso era compromisso. Sou do tempo em que a Educação familiar ou a Educação comunitária não eram confundidas com Educação escolar. Cada uma tinha sua importância, seu espaço, sua hora e seu lugar. E cada uma complementava a outra no processo de formação do sujeito.

Sempre interrogam-me: “Quem é você?”. Tal questionamento frequentemente vem de maneira autoritária, com a intenção de inferiorizar-me, desacreditando, inclusive, que, ao nascer, eu já não era alguém. No entanto, para além do Silva e do Matos, que representam meu pai e minha mãe, meu nome é Ubiraci Pataxó e tal sobrenome representa todo o meu povo, que existe e resiste antes de mim. Pataxó é minha ancestralidade, minha descendência e minha escola.

Ao entrar na escola, ganhei um outro nome pelo qual seria reconhecido por alunos e colegas em todos os espaços de aula, nas ruas e nas cidades: “Professor”. Tal palavra acrescentou em mim a magia de ser aprendiz daqueles que tanto queriam aprender. Tal palavra movimentou em mim a chama que arde feroz naqueles que amam Educação: a força do amor e a persistente ação dos verbos amar e esperar. Na comunidade, o professor torna-se liderança pelo simples exercício da profissão e é reconhecido como um ajudador, um semeador do saber, como alguém que destampa a panela quente do sabor do conhecimento e o apresenta com gosto de comida de mãe.

Aqueles que nunca sentiram o cheiro da terra antes de chover, que nunca contemplaram o orvalho da manhã, que ainda não perceberam o despertar de uma borboleta ou ficaram admirados com um beija-flor, não saberão reconhecer o brilho do amor despertado entre o educando e o educador a partir do ato de lecionar.

No entanto, fazer e viver a poesia de educar no nosso país ainda não é garantia de reconhecimento e valorização. Não é garantia, em muitos lugares e setores, de carteira assinada, de salários justos, de boas condições no local de trabalho, seja ele *online* ou presencial, de tempo de descanso e, nem mesmo, de ter a profissão regulamentada.

No meu povo, cantamos *Pataxó, muká mukau*, que significa “po-vo unir e reunir”. Essa música é uma convocação para cuidar do que é mais sagrado para nosso povo: nossos velhos, nossas mulheres, nossos jovens, nossas crianças, nossos territórios e, acima de tudo, cuidar da vida. Ela enaltece que somos a luz do amor (*Pataxó mayō werimehy*) e, por amor, com amor, unidos, defendemos o que for mais importante.

Então, meu convite é que TODOS CANTEM “Ypakaiê, muká mukau, muká mukau”. “Ypakaiê”, professor. “Muká”, unir. “Mukau”, reunir. Que possamos nos reunir, assim como minha comunidade, na defesa do que é sagrado para nós. Que nos unamos respeitando nossas especificidades e singularidades de saberes, e que o “muká mukau” possa ser o mantra de “nuhâtê” (força) que ecoa dos nossos corações aos quatros cantos do mundo.

“!Dxá’á áhê’xóp iē hūgoré’irá” Que sejamos a mudança!

O fortalecimento do educador para lidar com a Educação do futuro

VIVIANE SENNA

Presidente do Instituto Ayrton Senna. Psicóloga, nomeada “Líder para o Novo Milênio” pela CNN/Revista Time. Participa de conselhos de organizações públicas e privadas.

A Educação brasileira vive um emaranhado de mudanças e desafios causados pelo contexto do século 21. No centro dessa roda viva, professores aparecem como protagonistas de uma urgente transformação. Com uma carreira que, além de mais valorização, demanda desenvolvimento constante, sua atuação ganha espaço no cenário mundial das pesquisas – em todas elas, evidências apontam a centralidade do educador, com resultados de aprendizagem até 70% maiores¹ quando os estudantes aprendem com os melhores professores.

Tamanha influência traz importantes questões, tais como lidar com o preocupante cenário de perdas de aprendizagem causadas pela pandemia da covid-19 – apenas 3% dos jovens paulistas concluíram o Ensino Médio com desempenho adequado em ma-

1. Dados do estudo “Caminhos para melhorar o aprendizado”, produzido em 2011 pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Todos Pela Educação, com coordenação de Ricardo Paes de Barros, que reúne evidências da pesquisa nacional e internacional sobre fatores determinantes para o aprendizado.

temática, segundo dados do Saesp² 2021. Essa triste realidade encontra no fortalecimento do professor o caminho mais efetivo para a melhoria da Educação brasileira.

Sabemos que já existem diversas ações de formação docente, muitas delas oferecidas pelas próprias redes de ensino. Como, então, transformar essas iniciativas para obter resultados mais efetivos para problemas existentes, como abandono da carreira ou esgotamento mental? A ciência tem a resposta: não basta oferecer somente conteúdos teóricos ou formações padronizadas para todos; é preciso ter um olhar de formação integral também para o educador, abordando aspectos socioemocionais e reconhecendo individualidades.

Ações voltadas para fortalecer as competências socioemocionais de educadores são uma direção potencial, mas, para que sejam efetivas, é preciso ter evidências sobre as necessidades de cada contexto. Além disso, deve-se ter clareza sobre quais características do professor mais contribuem efetivamente para o desenvolvimento integral dos estudantes, algo que o Instituto Ayrton Senna já vem há alguns anos pesquisando. Uma das maiores contribuições para o conhecimento já produzido foi a identificação dessas competências, viabilizada pela realização, em 2021, de um mapeamento socioemocional inédito, mobilizando mais de 40 mil educadores da rede estadual paulista.

Vimos que 96% têm orgulho da profissão e 92% sentem-se animados em trabalhar com estudantes. No entanto, mais da metade (57,5%) gostaria de receber mais apoio da rede para o desenvolvimento do autocontrole emocional – uma das competências mais relevantes para o atual contexto em que vivemos. Também descobrimos que a maior parte deles aprecia e trabalha com base na colaboração e que a inovação nas práticas de ensino é considerada muito importante para mais de 90% dos profissionais.

Mapeamentos como esse permitem criar ações, metas e planos que podem embasar e fortalecer políticas públicas de formação de educadores. Iniciativas que enfatizam seu desenvolvimento

2. Sistema de Avaliação das Redes do Estado de São Paulo.

socioemocional já vêm sendo realizadas com sucesso por diversas redes municipais e estaduais, como as de Teresina (PI), Sobral (CE), Mato Grosso do Sul e São Paulo. **Programas de formação desenvolvidos intencionalmente com o olhar no socioemocional permitem estruturar políticas, ressignificar e orientar o desenvolvimento dos profissionais, oferecendo insumos e possibilidades que permitam conectar a sala de aula com a Educação necessária para os tempos atuais.**

É urgente multiplicarmos oportunidades de desenvolvimento integral para professores de todo o Brasil, permitindo que eles construam seu próprio plano de desenvolvimento pessoal com base em diagnósticos estruturados. Nesse contexto, o Instituto Ayrton Senna acelerou a concretização de um sonho: um espaço educador! Trata-se de um ambiente inovador, que promove o autoconhecimento e o desenvolvimento integral e é oferecido gratuitamente para educadores de todo o Brasil – uma contribuição para que cada profissional possa se conectar com suas potencialidades, construir sua jornada e, a partir daí, ser o agente de transformação de que a Educação brasileira tanto precisa.

Docentes e futuro, uma equação que precisa dar certo!

WASHINGTON BONFIM

*Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí
e ex-secretário de Educação de Teresina.*

Em fevereiro de 2022, pouco antes de completar dois anos de pandemia, nos chega uma guerra, que chama a atenção do mundo ocidental por envolver geograficamente uma potência nuclear atacando um país que a separa da Europa Ocidental e suas nações. Além da crise sanitária e de um conflito militar, temos duas outras questões fundamentais a serem enfrentadas: a mudança climática e as tecnologias digitais.

Em resumo, talvez mais do que em qualquer outro momento de nossa história recente, a reflexão acerca do papel do professor em nossa sociedade é central, em especial porque estamos em uma espécie de encruzilhada histórica, flertando – para usar um termo de Yuval Harari – com a irrelevância de centenas de milhões de indivíduos que correm o risco de não terem lugar na “nova ordem mundial”.

Enquanto sociedade global, precisamos nos reinventar em face dos riscos ambientais que ameaçam o planeta; da aceleração da mudança tecnológica que desloca empregos e pessoas; e, por fim, das circunstâncias de um mundo em transformação que enfrentará novas pandemias e crises diplomáticas internacionais derivadas da ausência de uma potência mundial mais proeminente capaz de dar direcionamento a países e blocos de nações.

O que tudo isso tem a ver com a profissão docente? A equação

é por demais complexa. Precisamos estruturar as carreiras públicas para que sejam atrativas, e, ao mesmo tempo, flexíveis o suficiente para dar conta de questões centrais como o relacionamento de nossos estudantes com a tecnologia, o clima, o novo ambiente econômico e, não menos importante, a convivência com os valores humanísticos da democracia, da tolerância e da diversidade.

No caso brasileiro, ainda temos as enormes dificuldades relacionadas àquilo que se convencionou chamar de crise de aprendizagem, ou seja, o presente e o futuro que descrevi acima já estão aqui, mas tão mal distribuídos que a tarefa docente nesse momento é também criar uma ligação entre os séculos 19, 20 e 21.

Uma agenda tão densa e permeada de problemas complexos sugere uma organização temática de abordagem, o que faço aqui apenas à guisa de contribuição para um debate mais profundo.

1. Precisamos realizar um esforço nacional de avaliação continuada de nossos alunos quanto aos prejuízos de aprendizagem que a pandemia lhes trouxe, pelo menos nos próximos quatro anos. Com base nesse diagnóstico e no acompanhamento dos dados, deveremos apoiar decisivamente os professores na tarefa de amparar os estudantes na superação das evidentes perdas ocorridas durante a crise sanitária.
2. É fundamental repensar os cursos de formação de professores! Metodologias ativas, sala de aula invertida, cooperação, pedagogia por projetos, enfim, há uma revolução pedagógica acontecendo no mundo. Impactada pelas mudanças tecnológicas, precisa ser conhecida e praticada por nossos docentes.
3. **Devemos iniciar o processo de organização das escolas públicas e do trabalho docente de uma maneira mais tecnológica, construindo uma aproximação dos adultos com o modo como crianças e jovens lidam com as tecnologias. A dissonância cognitiva existente entre professores e alunos só irá se aprofundar nos próximos anos, com prejuízos enormes para a aprendizagem dos estudantes e a saúde mental dos docentes.**
4. É fundamental, por fim, que os atuais docentes também sejam agentes dessa transformação da sala de aula no país. A

maioria dos que já têm 15, 20 ou mais anos de docência terão problemas com a transição que precisa ser feita. Como estruturar tal transição e envolver os professores como esse perfil no processo?

As salas de aula, como o mundo, vêm mudando. A profissão docente está, então, adquirindo outros contornos que precisam ser compreendidos. Devemos também integrar nossos professores às tarefas de construir pontes em um país onde ainda convivemos com três séculos de manifestações da desigualdade. Não enxergo nada mais urgente que a Educação e o cuidado com os nossos docentes!

Parceiros

MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE

O Movimento Profissão Docente é uma organização criada em 2018 com a missão de apoiar as redes públicas de ensino, estaduais e municipais, em ações que visem a valorização e o desenvolvimento profissional dos professores brasileiros. Os mantenedores do Movimento Profissão Docente são a Fundação Itaú Social, a Fundação Lemann, a Fundação Telefônica, o Instituto Natura, o Instituto Península e o Instituto Unibanco, com o apoio do Movimento Todos Pela Educação. A secretaria executiva é exercida pelo Instituto Península.

<http://profissaodocente.org.br/>

INSTITUTO PENÍNSULA

O Instituto Península é uma organização do terceiro setor que atua na área de Educação. Fundado em 2011 pela família Abílio Diniz, trabalha para apoiar a melhoria da carreira docente porque acredita que os professores são os principais agentes de transformação para uma Educação de qualidade no Brasil. Para garantir a aprendizagem de todos os estudantes, precisamos contar com professores bem formados e desenvolvidos em múltiplas dimensões – cognitiva, social, emocional e relacional –, bem como respeitar os diferentes contextos nos quais docentes e alunos estão inseridos. Por isso, o Instituto Península acredita que é importante somar o melhor das teorias existentes com a prática do dia a dia. Para concretizar suas ações, possui projetos conectados ao propósito de transformar vidas por meio da Educação, além de um Núcleo de Pesquisas e Estudos, sempre buscando conhecer a fundo os professores de nosso país e identificando as melhores referências do mundo. Dessa forma, atua de maneira sistêmica, contribuindo para o avanço de políticas públicas que impactem positivamente a carreira docente, desde aspectos como atratividade, profissionalização e valorização até o desenvolvimento contínuo dos educadores.

www.institutopeninsula.org.br

EDITORA MODERNA

A Moderna atua há mais de 50 anos com o compromisso de educar para um mundo em constante mudança. É uma empresa que se renova sempre, reposicionando-se para atender às demandas reais da Educação de hoje.

Com uma equipe de autores e especialistas que conhecem profundamente as necessidades e particularidades regionais das instituições de ensino brasileiras, a Moderna investe em pesquisa, inovação e metodologias de ponta para criar e produzir conteúdos didáticos, literários e serviços educacionais efetivos. Assim, coloca-se como parceira de secretarias de Educação, escolas e famílias, desenvolvendo habilidades, competências e valores para que os estudantes possam lidar com seus desafios pessoais e profissionais ao longo da vida.

Desde 2001 como parte do Grupo Santillana, presente em 21 países, a Moderna participa de projetos sociais de fomento à Educação em parceria com a Fundação Santillana e outras entidades do setor. Também apoia a formação de professores e gestores, com a realização de cursos, oficinas e seminários gratuitos e a disponibilização de obras de referência para incentivar reflexões e políticas em prol da equidade e da qualidade do ensino público brasileiro.

www.moderna.com.br

FUNDAÇÃO SANTILLANA

Comprometida com a Educação, a Fundação Santillana, presente no Brasil desde 2008, atua na superação das desigualdades educacionais, com base na certeza de que esse é o motor para o desenvolvimento de um país mais justo, democrático e sustentável.

As ações promovidas compreendem a disseminação de conhecimentos para munir gestores de instituições públicas e privadas, professores e a sociedade civil com informações de qualidade em defesa da Educação de excelência para todos. Para tal, caminha ao lado de educadores e pesquisadores que constroem saberes na academia e nas salas de aula, sempre na fronteira do conhecimento. Também se dedica a parcerias com organizações nacionais e internacionais.

Além disso, a Fundação Santillana realiza e apoia ações que contribuem para o desenvolvimento da Educação, incentivando a produção e a difusão de conhecimentos sobre temas centrais das políticas educacionais, do ensino e da aprendizagem. Fomenta ainda o debate plural sobre desafios e soluções compartilhados por gestores, professores, alunos e famílias em diferentes instâncias e regiões por meio da divulgação de análises, ideias, indicadores e boas práticas nas políticas públicas, assim como incentiva premiações que valorizam e reconhecem professores e gestores.

www.fundacaosantillana.org.br

Este livro foi composto nas fontes Milo e Milo Serif
e concluído em junho de 2022.

instituto
península

Profissão
docente

O professor é o fator intraescolar que mais impacto tem na aprendizagem dos estudantes. Assim, a docência precisa ser uma carreira atraente, intelectual e materialmente, tanto para os que ingressam nela, como para os que já contam anos em sala de aula. Para isso, o Brasil deve formular, implantar e aperfeiçoar políticas públicas que fortaleçam o professor em seus múltiplos papéis: o de condutor da aprendizagem, o de participante de equipes colaborativas que aprendem entre si e com os alunos, o de ator com voz ativa nas decisões da comunidade escolar, o de integrante de uma das grandes categorias profissionais contemporâneas. É sobre esses temas que tratam os 84 especialistas reunidos nesta obra, atentos ao que Haroldo Corrêa Rocha, coordenador do Movimento Profissão Docente, afirma no prefácio: “Os professores brasileiros reclamam por valorização do importante papel que têm na vida de crianças, adolescentes e jovens e no desenvolvimento do nosso país”.

ISBN 978-85-527-1942-7



9 788552 719427